

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

OS ÍNDIOS TERENA E A AGROINDÚSTRIA NO
MATO GROSSO DO SUL: A RELAÇÃO CAPITAL-
TRABALHO E A QUESTÃO INDÍGENA ATUAL

MARIO NEY RODRIGUES SALVADOR

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**OS ÍNDIOS TERENA E A AGROINDÚSTRIA NO MATO GROSSO DO
SUL: A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO E A QUESTÃO INDÍGENA
ATUAL**

MARIO NEY RODRIGUES SALVADOR

Sob a Orientação do Professor Doutor

Andrey Cordeiro Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Rio de Janeiro
Fevereiro 2012

Dedico este trabalho:

À minha esposa Valquiria que durante esta jornada me deu confiança e me apoiou com todo o amor, carinho, compreensão e companheirismo, ainda que o desejo maior fosse o de nunca ficarmos longe.

Aos meus pais, Plácido e Neide, que me ajudaram na fé, que rogaram a Deus por mim e que me ensinaram a sonhar e vencer com dignidade.

Aos meus irmãos Léca, Zana, Leô e Sula pelo amor, amizade e companheirismo e por sempre apostarem em mim.

Ao meu cunhado Waldir e cunhada Sebastiana que tem sido como irmãos.

Aos meus tios Adolfo e Aurora, que foram por longos anos como pais para mim, pelo apoio, cuidado, amizade e confiança.

Aos meus avós Bartolo e Vergínia (*in memorian*) que foram fonte de inspiração, garra e alegria.

À minha avó Paulina, pelo imenso carinho.

Ao meu avô Bernardino, pelas informações preciosas para este trabalho.

Aos meus tios e tias, em especial a Theófilo e Rita, Denilson e Maria de Fátima, Claudete, José, João, Rosalino, Antonio Marcio e Daniel.

Aos indígenas de Lalima pelo apoio e confiança.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, a quem eu recorri quando não mais tinha forças para seguir a caminhada. Foi pela fé que eu consegui trilhar o caminho acadêmico e ganhar espaço para debater e refletir sobre a situação do meu povo.

Agradeço ao meu orientador Dr. Andrey Cordeiro Ferreira, pela dedicação, apoio e pelos debates que me proporcionaram aprender cada vez mais. Além disso, pela amizade e pelo trabalho que construímos e desenvolvemos nestes pouco mais de 2 anos. Além de mestre, para mim é exemplo de vida e prova de que as condições de origem não são limites para sonhar e vencer.

Devo mencionar ainda meu imenso agradecimento à Fundação Ford e toda equipe da Fundação Carlos Chagas – Programabolsa, pelo suporte financeiro, logístico e pelo acompanhamento cuidadoso do princípio ao fim da bolsa.

Agradeço também aos professores Ivanir Casagrande e Teodomiro Fernandes da UCDB, que me apoiaram e acreditaram na minha capacidade e à Regina Landim Bruno, que me deu suporte logo que ingressei no CPDA.

Agradecimentos especiais aos demais professores e equipe do CPDA que me deram o suporte logístico e intelectual para desenvolver este trabalho, especialmente à John Cunha Commerford, Maria José Carneiro, Cláudia Job Schmitt, Jorge Romano e Eli Lima.

Aos meus amigos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade que enriqueceram os debates e fizeram das aulas um rico laboratório.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – Construção do Campo das Relações de Trabalho Terena.....	24
1.1. A Economia Doméstica Terena e a Colonização do Sul de Mato Grosso	26
1.2. A Territorialização e sua Dimensão Econômica	31
1.3. O <i>Continuum</i> das Atividades Tradicionais.....	38
1.4. O Trabalho Assalariado.....	46
1.5. Considerações	53
CAPÍTULO 2 – A Mão de Obra Indígena e as “Usinas” de Mato Grosso do Sul.....	56
2.1. Os Terena e a Primeira “Usina” de Miranda	57
2.2. O contexto político-econômico das usinas do Proálcool.....	60
2.3. Os Terena nas usinas do Proálcool.....	66
2.3.1. Características das relações interétnicas de trabalho.....	66
2.3.2. Condições físicas nos locais de trabalho	73
2.3.3. Condições sociais das Reservas	73
2.4. Considerações	75
Capítulo 3 – O Trabalho Assalariado Indígena, a Agroindústria Moderna e o Contexto das Reservas Terena Contemporâneas.....	77
3.1. O Contexto que Precedeu a Implantação das Novas Usinas no Mato Grosso do Sul	77
3.2. Fase Atual do Setor Canavieiro.....	79
3.3. Organização Territorial, Economia Doméstica e o Trabalho nas Usinas dos Terena na Contemporaneidade.....	84
3.4. Considerações	98
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS	104

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapas

Mapa 1: Localização do Município de Miranda.....	11
Mapa 2: Localização das Terras Indígenas Terena no município de Miranda-MS.....	12
Mapa 3: Cana de Açúcar – Origem e Disseminação	57
Mapa 4: Localização das Terras Indígenas Terena e das Unidades Agroindustriais no Mato Grosso do Sul.	83

Tabelas

Tabela 1: População Terena Por Aldeia e Município.....	14
Tabela 2: Dados de Criação das Reservas Indígenas Terena	31
Tabela 3: Situação Atual das Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul	32
Tabela 4: População Indígena das Reservas até 1954	37
Tabela 5: Recenseamento Populacional da Reserva Indígena de Lalima (1936 – 1958).....	37
Tabela 6: Produção Indígena e Produção do Posto na Década de 1920.....	39
Tabela 7: Primeiras Usinas do Mato Grosso do Sul.....	65
Tabela 8: Unidades Agroindustriais do Mato Grosso do Sul (2011)	82
Tabela 9: Entrevistas aos trabalhadores indígenas	93

Figuras

Figura 1: Relato de 1925 Sobre Indígenas de Lalima	34
Figura 2: Indústria Canavieira: novos produtos e novos usos	81

Fotos

Foto 1: “ <i>Usina Assucareira Santo Antonio Ltda</i> ” e Foto 2: Antiga Usina Santo Antonio e a Ferrovia.....	59
Foto 3: Ruínas da Antiga Usina Santo Antonio e Foto 4: Ruínas da Antiga Usina Santo Antonio	59
Foto 5: Portão de entrada da Aldeia Lalima e Foto 6: Placa do Governo Federal	86

RESUMO

Nos últimos anos, as questões étnicas emergiram como tema importante para debates, tanto na esfera pública (com o Estado tendo que interferir nos conflitos e problemas sociais étnicos) quanto na esfera privada (em que as instituições da sociedade civil participam de forma significativa – mídia, intelectuais, pesquisadores, instituições de pesquisas). Diante disso, este estudo propõe uma reflexão sobre o atual contexto das Reservas Indígenas do município de Miranda-MS através de três tópicos fundamentais: as relações de trabalhos – firmadas entre os indígenas e a agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul – a economia doméstica e o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido procuramos descrever a relação capital-trabalho e a “questão indígena” (entendida como problemas sociais colocados às sociedades indígenas) e construir a história das relações entre capital e trabalho e da formação do campo das relações de trabalho agroindustriais. A idéia surgiu principalmente frente ao avanço da lavoura de cana, da implantação de novas agroindústrias em Mato Grosso do Sul, das reorganizações que surgem a partir do uso de novas tecnologias e das realidades sociais das aldeias indígenas Terena de Miranda-MS. As Reservas Terena foram por bom tempo vistas como reserva de mão de obra para as usinas e fazendas da região. Nosso enfoque, portanto, será nas implicações que a relação de trabalho provoca dentro das aldeias e como os indígenas percebem essa questão das relações de trabalho assalariadas.

Palavras chave: agroindústria canavieira, relações de trabalho, índios Terena.

ABSTRACT

In recent years, the ethnic questions had emerged as important subject for debates, as much in the public sphere (with the State having that to intervene with the conflicts and ethnic social problems) how much in the private sphere (where the institutions of the civil society participate of significant form – media, intellectuals, researchers, institutions of research). Ahead of this, this study it considers a reflection on the current context of the Aboriginal Reserves of the city of Miranda-MS through three basic topics: the relations of works – firmmed between the aboriginals and the sugarcane industry in the Mato Grosso do Sul – the domestic economy and the capitalist development. In this direction, we look for to describe the relation capital-work and the “aboriginal question” (understood as placed social problems to the aboriginal societies) and to construct to the history of the relations between capital and work and of the formation of the field of the agro-industrial relations of work. The idea mainly appeared front to the advance of the sugar cane farming, of the implantation of new sugarcane industries in Mato Grosso do Sul, of the reorganizations that appear from the use of new technologies and the social realities of the aboriginal villages Terena of Miranda-MS. The Terena Reserves had been for good time seen as reserve of hand of workmanship for the plants and farms of the region. Our approach, therefore, will be in the implications that the work relation provokes inside of the villages and as the aboriginals perceive this question of the wage-earning relations of work.

Words key: sugarcane industry, relations of work, Terena indians.

INTRODUÇÃO

1. Tema e relevância

Este estudo analisa o avanço da lavoura da cana e a mão de obra indígena no estado de Mato Grosso do Sul. Trazemos como enfoque principal: o estudo das *relações de trabalho assalariadas* entre índios e agroindústria, e as implicações dessa relação no interior das Reservas Indígenas Terena do município de Miranda-MS.

A relação entre capital e trabalho, assim como o avanço de instituições capitalistas foi apresentada por Marx como uma correlação de forças desiguais cujo resultado implica necessariamente na dominação do primeiro sobre o segundo. Pelo que me apresentava o trabalho indígena nas usinas e pelo fato de eu ser um indígena Terena, tais aspectos incentivaram-me a buscar entender por que, mesmo no trabalho “*sofrido*” do corte de cana, os índios continuavam a trabalhar nestes locais. Estava convicto de que a continuidade dos trabalhos na agroindústria canavieira implicava de alguma forma no cotidiano das aldeias. Alguns elementos se tornaram visíveis: os índios conseguiram através do trabalho adquirir bens materiais de alto valor para o padrão indígena (motos, carros, etc.); na medida em que o dinheiro obtido pelo trabalho possibilitou acessar novos objetos houveram algumas transformações nos aspectos culturais, na forma de se vestir, no comportamento; o trabalho dentro da economia doméstica passou por reorganizações; a política indígena apresentava novas ideologias; as aldeias se “modernizaram”, etc. Alguns destes aspectos tem ligação direta com as relações de trabalho, outras não, mas de toda maneira são resultados de longos anos de interação social através do trabalho. Esse conjunto de *alterações/mudanças*, mas também de *persistências* (Cândido, 1975) de elementos da sociedade indígena, resultantes de várias décadas de contato com a sociedade nacional foram responsáveis pela forma como as aldeias estão apresentadas.

Mesmo com o histórico visivelmente sólido de dominação do capitalismo sobre populações nativas, partimos do ponto de que não se tratava de uma simples relação de trabalho (como se construiu com os camponeses, por exemplo), mas de uma *relação interétnica de trabalho*. A *relação interétnica de trabalho*, que está sendo considerada aqui, pressupõe que determinadas condições específicas nas relações do trabalho afetam o grupo pelo fato de se ter uma identidade étnica e não outra. Na realidade, o que tentamos demonstrar é que a etnicidade (a condição étnica ou o pertencimento a um grupo étnico) é um elemento específico que afeta diretamente o trabalho feito pelos índios e, consequentemente, a inserção

deles nas relações de trabalho. As especificidades podem ser observadas na necessidade de ter alguém do grupo para disciplinar o trabalho a partir de um determinado momento, como o surgimento do “cabeçante” nas usinas; a transposição do trabalho da esfera doméstica para além das fronteiras territoriais; a relação temporária, por prazos determinados, por exemplo, diferente da relação contínua com os migrantes nordestinos; a localização das reservas indígenas que permite toda uma logística sempre em benefício das unidades agroindustriais. Isso fez toda diferença na hora de visualizar o contexto das Reservas Indígenas Terena atuais. Portanto, as relações de trabalho com as usinas careciam de ser problematizadas de maneira que não nos ficasse a mera imagem “natural” do desenvolvimento capitalista que altera, modifica e absorve formas particulares de vida, mas que estão revestidas pelo componente étnico que complexifica toda essa relação.

A ideia de estudar essa *relação interétnica de trabalho* surgiu quando se encontrava em pleno debate no Estado brasileiro dois assuntos importantes, um de interesse econômico e outro de interesse social: o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro e as condições sociais das populações indígenas no Brasil, respectivamente. O interesse mundial pelos produtos da cana brasileira (especialmente o etanol e o açúcar) internacionalizava também as condições sociais das populações indígenas e as formas como o Estado se relacionava com esses povos. O interesse pelo mercado internacional incentivou o Estado a implantar “políticas compensatórias” da dominação que durava séculos.

Além de ser um *fato social* importante para a devida análise, o tema traz conceitos teóricos já bastante tratados pela bibliografia e que são essenciais para a compreensão de contextos sociais atual da nossa sociedade dita *complexa*.

O estudo das *relações interétnicas de trabalho* nas usinas foi tratado tentando incorporar a ótica dos próprios indígenas, tomando-os não só como atores fundamentais da relação trabalhista em si, mas também como co-autores das análises do seu próprio contexto através dos depoimentos e histórias no campo das relações de trabalho. A análise do contexto atual das Reservas Terena poderia ser abordada a partir de outros enfoques: cultura, política, mito, rito, etc. Mas nenhum deles nos parecia tão adequado quanto às relações de trabalho, que desde os primeiros contatos com os europeus haviam se constituídos como principal forma de interação com a sociedade externa. A transversalidade histórica das relações de trabalho se sobrepôs analiticamente, neste sentido, aos demais elementos da sociedade indígena. Tais relações se apresentam, ainda, como aspectos fundamentais na (re) estruturação

das relações e organização social, assim como, fonte de renda para composição e/ou complementação da *economia doméstica*¹ dos Terena.

O interesse e a relevância do tema proposto podem ser indicados a partir de três óticas: 1) as ONGs nacionais e internacionais – Repórter Brasil, *Survival International*, Comitê para Eliminação da Discriminação Racial da ONU – estavam sendo bastante intervenientes na questão através da publicação de relatórios denunciando a precariedade da situação social dos indígenas no Mato Grosso do Sul (especialmente dos Guarani) e as consequências diretas da instalação de novas unidades agroindustriais para os indígenas que mantinham com elas relações de trabalho; a imprensa regional e nacional passou a circular alguns noticiários sobre as populações indígenas; diante disso, os órgãos de defesa dos direitos indígenas (CEAI/OAB/MS, MPT, CIMI e FUNAI, principalmente) tomaram uma postura mais ativa; consequentemente o Estado teve que marcar seu posicionamento diante do contexto das relações de trabalho e da precariedade da situação social indígena; enfim, havia toda uma construção teórica e especulativa construída pelo *senso comum* sobre o significado do trabalho para os índios²; 2) Por outro lado, havia as construções teórico-científicas em torno da problemática indígena e das relações capital-trabalho. A proposta de desenvolvimento econômico defendida pelo Estado, apoiada no avanço da agricultura canavieira, e as questões étnicas emergente necessitava de uma análise adequada que considerasse o “*poder estruturador*” do capital sobre as arenas sociais (Wolf, 2003); 3) por fim, o fato do autor do presente trabalho ser indígena Terena leva ao interesse e preocupação com os debates e com as construções teóricas, seja do senso comum seja do campo científico, acerca da “nossa realidade” (a realidade Terena), assim como, quanto às consequências, diretas e indiretas, desses debates sobre às aldeias. O ingresso na pós-graduação possibilitou-me o desafio de transitar entre estes dois pólos – ora como “indígena pesquisador”, cuja trajetória tem sido diferente de grande parte dos indígenas do meu local de origem, ora como “indígena pesquisado”, que possui ligação direta com as aldeias através de relações de parentesco e convivência, fato que exige cuidado com o distanciamento e aproximação do objeto.

Nenhum aspecto do trabalho Terena, nem suas consequências foi tema central dos autores que estudaram os indígenas desta região (ainda que tenham abordado o mesmo em alguma medida). As obras de referências encontradas, ou trataram de aspectos culturais

¹ A *economia doméstica* Terena é constituída pela unidade de produção e consumo: a família extensa (pai, filhos e netos) que mantém entre si laços de interdependência. A economia doméstica se constitui pelo conjunto das atividades e recursos econômicos aplicados ou adquiridos por essa unidade econômica nas suas relações ecológicas internas.

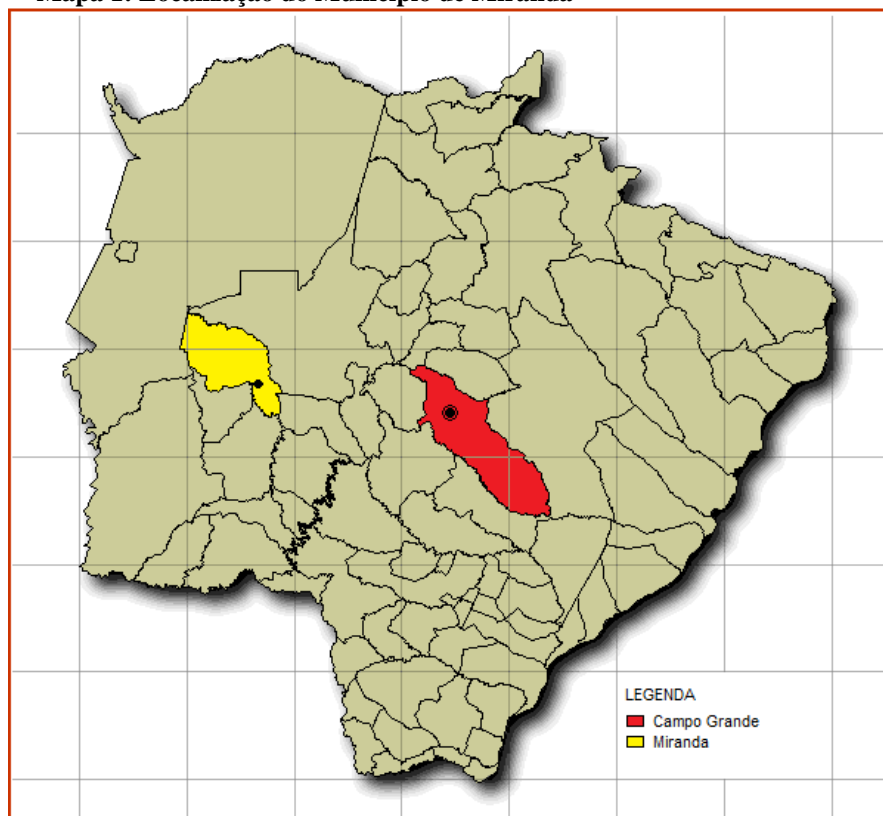
² Chamamos de *senso comum* pelo fato de não haver uma análise crítica e aprofundada das questões que emergiam no debate.

(Altenfelder Silva, 1949 e Oberg, 1948), ou do processo de “integração” dos indígenas com a sociedade nacional (Cardoso de Oliveira, 1968), apesar destes autores apresentarem sob vias gerais alguns aspectos tradicionais do trabalho Terena e da relação com os *purutuyé* (homem branco). A exceção que podemos colocar é o trabalho contemporâneo de Carvalho (1979) que dedicou seu estudo ao povo Terena, mas que centrou sua análise nos indígenas que migraram do seu local de origem (Lalima) para o Posto Indígena Araribá no estado de São Paulo.

2. Campo de Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida nas Terras Indígenas Terena (TI's) localizadas no município de Miranda-MS. A cidade de Miranda situa-se a oeste de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, distante desta cerca de 194 km, acesso pela BR-262 (Campo Grande – Corumbá), na Microrregião de Aquidauana e na Mesorregião do Pantanal sul-mato-grossense. Atualmente a população mirandense é de 25.595 pessoas. O mapa a seguir mostra a localização do município e da capital no estado.

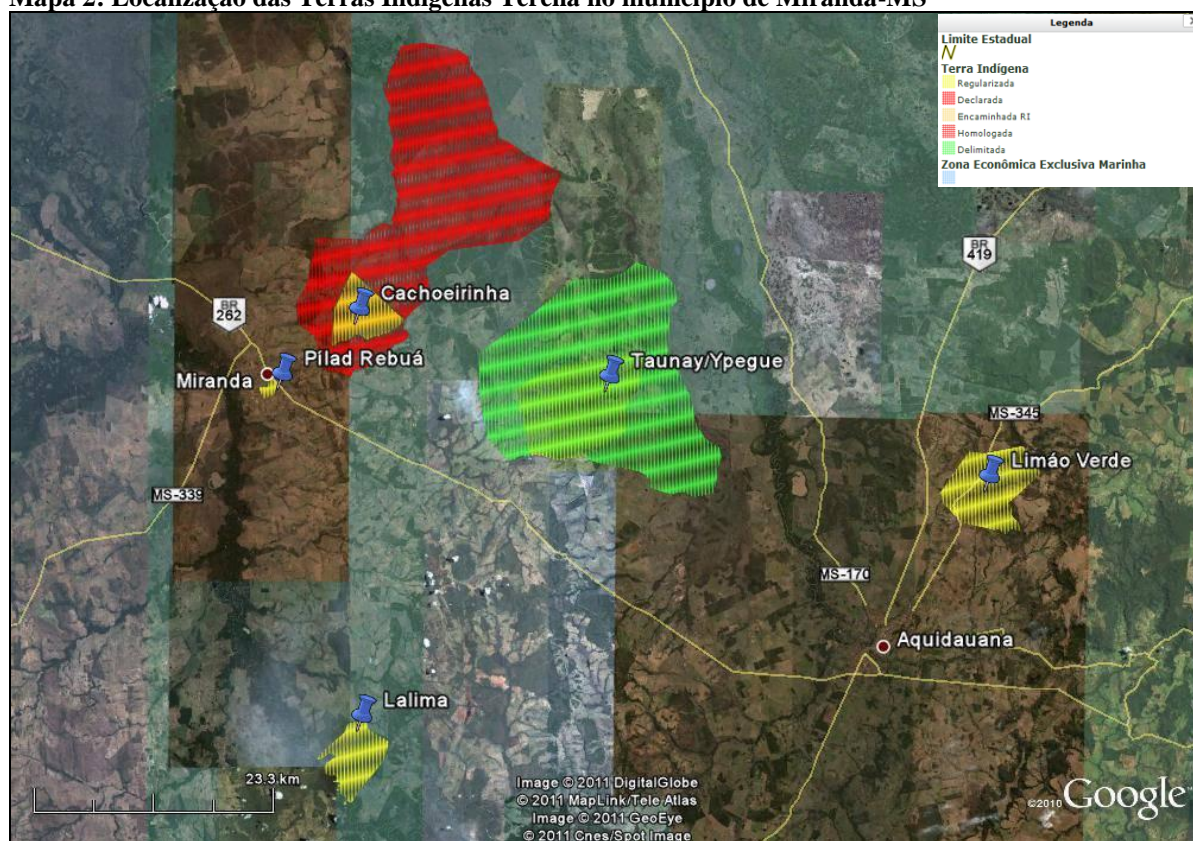
Mapa 1: Localização do Município de Miranda



Fonte: IBGE com alterações do autor

Em Miranda existem três TI's totalizando oito aldeias: TI Lalima – formada pela Aldeia Lalima; TI Pilad Rebuá – formada pelas Aldeias Passarinho e Moreira; e TI Cachoeirinha – compostas pelas Aldeias Lagoinha, Babaçu, Argola, Morrinho e Cachoeirinha, e uma recém área “retomada³” denominada Mãe Terra. Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA de 2010⁴, a população Terena de Miranda totalizava neste ano 6.837 indígenas aldeados, ou seja, residentes nestas Terras Indígenas, aproximadamente 25% da população do município. O mapa a seguir mostra a localização geográfica das Terras Indígenas no município de Miranda-MS.

Mapa 2: Localização das Terras Indígenas Terena no município de Miranda-MS



Fonte: www.funai.gov.br/i3geo com alterações do autor

A escolha pelo município de Miranda se justifica pelo contingente populacional Terena. No Mato Grosso do Sul, dentre os municípios com maior população Terena, Miranda é o que abriga maior número de indígenas aldeados desta etnia (6.837), seguido de Aquidauana (6.335), Dourados (2.354), Dois Irmãos do Buriti (1.793) e Sidrolândia (1.412),

³ A categoria “retomada” é utilizada pelos Terena para representar uma ação concreta de entrada ou ocupação por parte dos índios das terras reivindicadas como tradicionais. (ver Ferreira 2007).

⁴ Utilizamos dados da FUNASA porque são os mais próximos da realidade Terena por fazerem um levantamento direto e regular dentro das aldeias. Sua limitação está no fato de não considerar os que se encontram ausentes, fora das aldeias, por motivo de que seus dados se constroem sobre aqueles para os quais prestam atendimento direto.

(SIASI/FUNASA, 2010). Em termos empíricos, qualquer das aldeias apresenta fatos perceptíveis sobre relação de trabalho e suas implicações. Considerando os aspectos operacionais, logísticos e a limitação de recursos e tempo para a pesquisa, visando facilitar o trabalho de campo, optamos por concentrar nossa pesquisa na TI Lalima, local onde nasci, onde residem meus pais e aonde o diálogo com os trabalhadores por algum tempo já vem sendo construído (ciente de que isso pode abrir portas, mas também fechar outras). A escolha de Lalima se deu, ainda, por não haver estudos sistematizados referente à Terra Indígena (como já ocorreu, por exemplo, em Cachoeirinha com os trabalhos de Cardoso de Oliveira, 1968; Ferreira, 2007; e Bananal em Aquidauana com Atenfelder Silva, 1949; Carvalho, 1996) o que nos permite trazer alguns elementos novos que somem aos estudos feitos sobre os Terena. As relações interétnicas de trabalho desta análise aconteceram de forma semelhante nas demais Reservas de Miranda, fato em que vários momentos serão citadas, como exemplo, para reforçar certas colocações.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) tem uma população de 2.449.024 pessoas sobre um território de 357.145,836 km², uma densidade demográfica de 6,86 hab/km². É o estado com a segunda maior população indígena do Brasil. Estimada em 73.295 índios, cerca de 3% da população do estado, ficando atrás apenas do estado do Amazonas que possui 168.680 índios, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010. Já o sistema SIASI/FUNASA tinha cadastrado no mesmo ano um total de 68.860 indígenas. Essa população ocupa atualmente cerca de 0,2% do território do estado, aproximadamente 714,3km², o que implica numa densidade demográfica de 102,61 hab/km². A elevada densidade demográfica indígena no estado se deve principalmente pela população Guarani que encontra-se em situação territorial crítica. Em Mato Grosso do Sul, do total da população indígena, 23.649, cerca de 30%, é da etnia Terena (SIASI/FUNASA/2010). Grande parte desse grupo vive nos *territórios indígenas*⁵ localizadas na região pantaneira do estado de Mato Grosso do Sul, a oeste da Serra de Maracajú – mais especificamente nos municípios de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Nioaque e, mais acima, em Rochedo –, assim como, em municípios mais afastados da planície, na região central e sul do estado – Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Campo Grande e Dourados. A tabela 1, a seguir, demonstra os municípios habitados por indígenas da etnia Terena e o número em cada um deles.

⁵ Utilizo aqui a categoria “território indígena” para se referir a todos os locais habitados por indígenas Terena: às Terras Indígenas, aquelas que são reconhecidas pelo Estado; às aldeias que não levam a classificação de Terra Indígena, como é o caso da Aldeinha, em Anastácio, e Bálamo, em Rochedo; e os espaços urbanos, especialmente as chamadas aldeias urbanas: Marçal de Souza, Noroeste e Água Bonita.

Tabela 1: População Terena Por Aldeia e Município

Município	Aldeia	População por aldeia	População por município
Amambai	Amambai	13	13
Anastácio	Aldeinha	493	493
Antônio João	Campestre	1	1
Aquidauana	Água branca	799	6335
Aquidauana	Bananal	1435	
Aquidauana	Colônia nova	233	
Aquidauana	Córrego seco	181	
Aquidauana	Imbirussú	236	
Aquidauana	Lagoinha	758	
Aquidauana	Limão verde	1270	
Aquidauana	Morrinhos	314	
Aquidauana	Ypegue	1109	
Campo grande	Urbanizado	2618	2618
Corumbá	Uberaba	2	2
Dois irmãos do buriti	Água azul	285	1793
Dois irmãos do buriti	Barrerinho	106	
Dois irmãos do buriti	Buriti	856	
Dois irmãos do buriti	Olho D'água	198	
Dois irmãos do buriti	Oliveira	133	
Dois irmãos do buriti	Recanto	215	
Douradina	Panambi	3	3
Dourados	Bororó	123	2354
Dourados	Jaguapirú	2226	
Dourados	Porto Cambira	5	
Eldorado	Cerrito	3	3
Guia Lopes da Laguna	Cerro y	2	2
Maracaju	Sucuri	4	4
Miranda	Argola	677	6837
Miranda	Babaçu	702	
Miranda	Cachoeirinha	1498	
Miranda	Lagoinha	136	
Miranda	Lalima	1390	
Miranda	Moreira	1037	
Miranda	Morrinho	311	
Miranda	Passarinho	1086	
Nioaque	Água branca	320	1537
Nioaque	Brejão	594	
Nioaque	Cabeceira	305	
Nioaque	Taboquinha	318	
Porto Murтинho	Alves de barros	6	173
Porto Murтинho	Campina	1	
Porto Murтинho	Barro preto	4	
Porto Murтинho	São João	127	
Porto Murтинho	Tomásia	35	
Rochedo	Bálsamo	69	69
Sidrolândia	Córrego do meio	496	1412
Sidrolândia	Lagoinha	280	
Sidrolândia	Tereré	636	

Fonte: SIASI/FUNASA (Dados referentes a 1 de julho de 2010)

Os números da tabela 1 não consideram os indígenas que residem fora das reservas, exceção são as “aldeias urbanas” de Campo Grande-MS. Em Lalima, o total estimado é de 1390 indígenas sendo 734 do sexo masculino. A faixa etária entre 19 e 34 anos soma 378 pessoas, cerca de 51,5% da mão de obra, considerando a faixa etária mais propícia ao trabalho externo, principalmente nas usinas⁶. Em Passarinho a população atual é de 1086 pessoas, 559 do sexo masculino, 313 na faixa de 19 e 34 anos, ou seja, quase 56% do total de homens (SISAI/FUNASA – 18/09/2010).

3. Justificativa

As ações do SPI/FUNAI objetivaram integrar os indígenas à sociedade nacional através do trabalho, seja ele forçado ou sob consentimento. No caso dos Terena, o sucesso de suas atividades agrícolas, a habilidade nos afazeres rurais, a submissão e a correta execução dos trabalhos atribuídos pelos colonizadores contribuíram para se construir a imagem do “índio ideal” para os interesses do Estado. Sob esse olhar, presente tanto no discurso do SPI/FUNAI quanto nos relatos de cronistas e viajantes, surgiu a representação do Terena como “índio manso”, do índio que produz e que deve servir de padrão para os demais. Apesar do aspecto econômico ter sido abordado nestes discursos, apareceu quase sempre como uma suposta economia ou agricultura tradicional e nem sempre foi o tema principal. Portanto, a análise que propomos a partir da questão econômica, busca evitar, por um lado, o romantismo preservacionista e, por outro, o pessimismo da aculturação/assimilação que está frequentemente presente de uma forma ou de outra, seja em narrativas antropológicas, seja no discurso social. A análise apoiada neste tipo de discurso coloca em risco o tratamento adequado das questões indígenas que afloraram nos últimos anos e, além disso, pode gerar uma visão pessimista que vê qualquer tipo de abertura econômica externa como um elemento de desagregação e de relação destrutiva. Tais elementos justificam abandonar essa visão, em especial o “olhar romântico” construído principalmente pelo SPI/FUNAI sobre o grupo, e tomar uma postura mais crítica e realista do universo Terena atual. Nosso estudo não desconsidera a economia tradicional, mas busca demonstrar que, na verdade, as relações de

⁶ Esses dados deixam de considerar as pessoas de 18 anos devido a fonte trazê-los incluso na faixa de 15 a 18 anos. Portanto a margem de mão de obra que pode ser aplicado fora pode sofrer variação para mais. Mesma observação serve para as demais aldeias de nossa análise.

trabalho são uma transposição e uma extensão dessa economia que, por sua vez, adquire novos elementos que não permite simplesmente tratá-la como tal.

Existe um vazio na literatura sobre os Terena de monografias que tratem de forma sistemática o seu aspecto econômico. Nem de perto que este trabalho tenta preencher tal espaço, mas achamos que é importante trazer este tema como aquilo que realmente interessa para os indígenas e para aqueles que visam encontrar soluções para os problemas sociais do grupo. Mesmo tendo que compreender que diversos motivos não permitiram aos autores fazer a devida análise deste tema, é admissível acrescentar que diversos deles foram guiados pelo universo científico e não pelo universo real dos Terena, e mesmo que fosse possível chegar neste tema por qualquer abordagem, não se chegou (daí a existência de vários trabalhos sobre cultura, religião, política, etc., e poucos sobre aspectos econômicos, em especial as *relações de trabalho*). Poucos estudos se preocuparam em observar as Reservas Terena nas suas relações econômicas, especialmente as de trabalho, como “um problema” ou “uma questão social” – e não somente como uma “questão sociológica” – entranhado num contexto amplo e complexo (a sociedade brasileira).

Além de ser uma especificidade, nosso trabalho se justifica por referir-se a questão indígena, especialmente sobre as aldeias Terena como já mencionamos, a partir de um aspecto específico (das relações de trabalho), sob uma ótica específica (a ótica Terena), para problematizar e buscar compreender uma *questão social* atual. Vale destacar que quando falamos da questão social como problema geralmente estamos nos referindo à desigualdade (econômica, de acesso à renda, de acesso a recursos naturais, falta de autonomia), à subalternidade ou à subordinação política. É importante ressaltar estes aspectos materiais e chamar a atenção para os problemas que estamos colocando, que são problemas visíveis, óbvios e concretos, mas que nem sempre são trazidos para o debate científico. O fato deste pesquisador ser indígena acrescenta uma especificidade ao nosso trabalho e pela primeira vez essa problemática está sendo apresentado a partir de “um olhar interno”. Essa peculiaridade possibilitou apresentar as questões de forma diferente das que até então temos encontrado, pois, as questões sociais, especialmente a econômica, foram tratadas como um elemento principal da sociedade Terena.

Nesse sentido, mais do que enfatizar a importância de “ser indígena” para um olhar diferenciado, é ressaltar que, na realidade, o fato de “ser indígena” permite colocar a devida importância aos problemas da sociedade Terena. O “olhar interno” está marcado e é diferenciado neste aspecto, e não do ponto de vista da interpretação, que neste caso um

pesquisador externo pode interpretar tão bem, ou melhor, quanto alguém de dentro. O elemento chave é o tipo de abordagem que se faz da questão social. Isso só teve sentido porque, na realidade, fui envolvido não apenas como um observador das *relações sociais Terena*, mas como sujeito deste contexto. O fato de entrarmos no debate científico das questões indígenas permite dizer, ainda, que atravessamos um novo momento na história, pois alguns elementos retornam para discussão, como é o caso do *regime tutelar* e a ideia de *incapacidade indígena* que ainda persiste no discurso social. Nesse sentido, não somente nos afastamos dessas ideias como nos aproximamos de outra construção teórica mais recente que menciona a ascendência de um *protagonismo étnico* do povo Terena (Ferreira, 2007) e nesse sentido, não somente na busca da participação na gestão institucional, mas também na participação reflexiva acerca de nós mesmos.

Outro elemento que justifica nosso estudo veio do nosso campo de pesquisa: a percepção de uma não contraposição dos Terena quanto a sua disponibilidade como mão de obra assalariada. Observamos que desde o início dos trabalhos nas usinas quase nenhuma resistência (greve, insubordinação, revolta) foi movida de forma sistemática pelos índios contra o trabalho na agroindústria. Apenas pequenas paralisações por motivos salariais ou de desvio de função, mas que em nenhum momento pudesse impedir a continuidade dessa relação de trabalho.

Em relação ao “por que” pesquisar as *relações de trabalho* e não outro elemento qualquer, está no fato, como mencionado anteriormente, da sua transversalidade substancial na história Terena. Esse aspecto é significativo desde antes de conhecermos as relações de trabalho Terena, portanto, estão para além do território, da cultura e das estruturas político-organizacionais. Antes da criação das reservas, até o século XIX, prevalecia os trabalhos nas fazendas, a subordinação ao fazendeiro, a dependência de moradia, alimentação, o *cativeiro*; em sequência a criação das Reservas Terena, a rearticulação dos trabalhos internos, o cotidiano da aldeia, a subsistência, o atendimento das necessidades imediatas. Mais tarde, o trabalho assalariado cada vez mais frequente, a complementação da renda, a venda da força de trabalho, a subordinação ao capital. O contexto atual se deu pela dinâmica do contato interétnico e da relação de trabalho *terena-purutuyé*. Essa dinâmica interétnica proporcionou mudanças significativas na estrutura e no desenvolvimento das aldeias Terena, e consequentemente na fragilidade de suas estruturas internas. O trabalho assalariado, introduzido na economia doméstica Terena, trouxe novos elementos à estrutura das aldeias que se traduzem em reposicionamentos, resignificação, reorganização e reordenação social,

considerando, obviamente, outros fatores que foram conjuntamente cruciais para o processo de mudança, como a atuação do Estado, a presença das agências estatais e o próprio campo espacial de suas redes de relações consolidadas ao longo dos anos.

Não obstante, não é equivocada a antecipação de que houve e há dentre os Terena o aspecto da dominação e subordinação ao processo de trabalho. Observamos que esse aspecto se tornou crucial para determinadas situações: agravamento de problemas sociais internos, reconfiguração social, alteração das formas de organização e reprodução social, reprodução da mão de obra para o capital. Com a implantação de novas usinas no Mato Grosso do Sul estes elementos tendem se agravar na medida em que estas se apresentam como uma das principais alternativas de trabalho para os jovens, que abandonam a escola⁷ e dispõe-se ao corte da cana. Calculamos que isso se deve ao fato de inexistir dentro das reservas indígenas alternativas de trabalho que promovam renda, de formação e educação⁸ ou políticas públicas adequadas que possam estimular a sua permanência na área, além de outros como trabalhos educativos que promovam a auto-estima dos jovens indígenas, tendo em vista que necessitam de “dinheiro” para não somente suprir suas necessidades imediatas, mas para ter acesso a outros objetos de consumo. Portanto, é esse caminho que perfaz a trajetória de grande vulnerabilidade que está exposto o povo Terena.

Minha preocupação, enquanto indígena e pesquisador, passa pela construção do modo de olhar as sociedades indígenas. Tanto o senso comum quanto o campo científico tem colocado as dinâmicas de relações entre as aldeias e os agentes externos, os problemas internos das aldeias, os conflitos que perpetuam as más condições de subsistência dos índios, o estudo da cultura, dos ritos e dos mitos; mas não tem abordado as aldeias como uma *questão social* intimamente interligado a um contexto mais amplo e que se assemelham a questões de grupos sociais que demandam soluções de mesma natureza.

4. Metodologia e Hipótese de Pesquisa

Antes de ir a campo foi feito um levantamento dos principais estudos já realizados sobre os Terena. Vale destacar a obra de Cardoso de Oliveira(1968) que contribuiu para termos uma noção das relações e do modo de vida dos Terena em meados do século XX; a

⁷ A maioria, por exemplo, é jovem entre 18 e 25 anos que estudou até o ensino fundamental ou nem concluiu esta escolaridade. É importante observar que nas TI's de estudo há escolas com Ensino Médio completo.

⁸ Na consulta realizada pela Comissão de Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul - CPIFCT MS às aldeias, uma professora Guarani manifestou-se dizendo que a escola indígena atual prepara o jovem para cortar cana.

obra de Carvalho (1979) contribuiu para debatermos as relações econômicas do grupo; e o trabalho sistemático de Ferreira (2007) que proporcionou uma visualização mais completa e atual dos Terena em suas interações com seu contexto externo. Além disso, voltamos nossa atenção para alguns conceitos que perpassariam nosso estudo de forma que nos garantisse suporte teórico para nossa abordagem e permitisse visualizar com maior clareza o nosso objeto de pesquisa.

Aproveitando-se do fato de ser um Terena, a etnografia foi um mecanismo essencial no campo. Se, por um lado, Malinowski defende a idéia do maior tempo possível de contato com o grupo étnico pesquisado para uma construção analítica fiel, por outro, por pertencer e conviver com o grupo Terena nem nos cabe discutir a ideia de uma etnografia não baseada no tempo de convivência com os indígenas, mas no tipo de relevância dado aos problemas sociais. É fundamental a transcrição etnográfica da realidade pesquisada para a compreensão deste momento atual, do processo da construção do tecido sociocultural de forma que a interdependência dos elementos presentes se torne visível (Barth, 2000), assim como a complexidade da interação. O pertencimento ao grupo possibilitou construir diálogos bastante dinâmicos com os trabalhadores, sem ter por barreira aquela tensão que às vezes são criadas entre o entrevistador e o entrevistado, que muitas vezes dificulta ou impossibilita obter informações. O fato de eu ser indígena Terena, quem havia saído para estudar fora e agora retornava em função disso, criou certa curiosidade e interesse naquilo que eu estava fazendo⁹ e quando eu explicava sobre o trabalho isso estimulava as pessoas construir voluntariamente seus próprios argumentos sobre o trabalho. O conhecimento científico foi agregado justamente na construção destes diálogos, quando foi necessário conduzi-los de maneira que as informações de nosso interesse fossem alcançadas, e não simplesmente fazer dos diálogos um encontro informal. Meu papel enquanto cientista possibilitou visualizar que a situação de precariedade, de falta de trabalhos, de falta de autonomia, enfatizada pelos índios estão para além da falta de interesse estatal no desenvolvimento dessa sociedade. As situações vividas hoje são históricas e extremamente complexas que as torna difícil receber uma análise segura por um “indígena comum”. Nesse sentido é que apossamos da técnica de Cardoso de Oliveira (1988) – *olhar, ouvir e escrever* – como forma de percepção fundamental para estes tipos de situações.

⁹ Algumas declarações foram colocadas na medida em que as pessoas me viam como “porta voz” da situação social indígena. Um estudante ou pesquisador, em muitos casos, é visto como elemento chave para representar a sociedade indígena no contexto externo.

Empenhamos em acrescentar alguns elementos dos debates construídos, tanto no campo científico quanto do senso comum, acerca do nosso objeto: teses e livros sobre a agroindústria, sobre a cana de açúcar, sobre as populações indígenas e sobre as relações de trabalho. Em relação às fontes primárias consultamos especialmente o Ministério Público do Trabalho – MPT, que empenha-se na regulação das relações de trabalho, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão responsável pela assistência aos índios, e os dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que acompanha os índios na área da saúde. Isso foi fundamental para observar como o Estado se relaciona com a sociedade indígena e de que forma essa rede interfere no seu cotidiano.

Além disso, buscamos dialogar com três grupos de trabalhadores em especial: 1) os indígenas mais idosos – que convenhamos chamar de “memórias vivas” – principalmente com aqueles que exerceram algum tipo de trabalho assalariado fora das Reservas, em especial nas primeiras usinas do Mato Grosso do Sul, fato que possibilitou dar um significado para o *trabalho* em diferentes épocas; 2) aqueles que vivenciaram os períodos antes e após o reconhecimento dos direitos sociais do trabalho, ou seja, antes e depois de 1999, ano em que passa a vigorar o “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”; 3) com os trabalhadores que ingressaram na usina no período em que os direitos sociais já eram reconhecidos, ou seja, após 1999. Os relatos orais dos trabalhadores de antes e de hoje foram fundamentais para atribuímos um significado para o *trabalho* em diferentes contextos, através da descrição da organização do trabalho, das motivações, das representações e das visões individuais de cada um em relação ao trabalho. Construímos diálogos semiestruturados e informais buscando informações referentes aos trabalhos externos, de modo geral, assim como a percepção, as motivações, a relevância e os posicionamentos referentes a tais trabalhos.

As mediações teórico-metodológicas da pesquisa passou inicialmente pelo reconhecimento dos grupos étnicos como uma forma de organização social apresentado por Barth (2000). Esta opção teve como ponto de partida a “*teoria da ação*”, apresentada por Feldman-Bianco (2010), que “*privilegia a observação e a reconstrução do comportamento concreto de indivíduos específicos em situações estruturadas*”. Consideramos também a ideia de atentar-se aos “*limites da observação*” como campo diferente dos “*limites da investigação*”. Isso implica na diferenciação dos “*atores sociais versus informantes*” e a adoção de outros mecanismos de investigação, como a construção histórica e das redes de relações. A opção por construir a argumentação a partir de relatos orais se apresenta dessa

forma não como uma mera “*representação*” baseada em indagações verbais e construção de “*visões de mundo*” dos atores, mas estabelecer uma postura que possamos observar os contextos de maneira crítica e construir reflexões concreta-propositivas.

Descrevemos a seguir a situação hipotética que serviu de ponto de partida para nossa análise:

Hipótese: As relações de trabalho assalariadas – que podem ser consideradas como “ponto de intersecção” entre a agroindústria e a sociedade Terena – foram conduzidas pelo sistema capitalista de tal forma que parecesse justa o atendimento de ambas as necessidades (trabalhador para a agroindústria e dinheiro para os indígenas). Na escala etnográfica podemos colocar este aspecto como um ponto de “reciprocidade de demandas”¹⁰ que, todavia, vai para além da relação capital-trabalho. É neste contexto etnográfico que a etnicidade entra como elemento estruturador, pois existe um elemento obscuro nessa relação que é o fato das usinas demandarem trabalhadores indígenas, com determinada substância, que se materializa no corpo e no conhecimento dele que, por outro lado, se fosse guiado pela relação capital-trabalho, elas contratariam qualquer trabalhador. Ser indígena tem uma série de atributos que não estão presentes no trabalhador em geral. A vinculação a um determinado território, por exemplo, e a um determinado conhecimento sobre o território, leva a um determinado tipo de estrutura produtiva de economia doméstica que fixa o indígena naquele contexto ecológico e não outro. E a não contratação de qualquer trabalhador (que poderia ser um camponês do próprio estado) tem a ver com a representação que ambos atribuem ao outro, assim como, com a condição de marginalidade da sociedade Terena que se encontram em condições sociais piores que outros camponeses ou trabalhadores rurais. A representação do trabalho assalariado nas usinas pelos indígenas e do trabalhador indígena pelas usinas engloba vários aspectos motivadores que condicionam tanto a procura desse trabalhador quanto a aceitação do trabalho pelo indígena: de um lado, os indígenas são vistos como hábeis no trato do facão, resistentes para o trabalho, certeza de alta produtividade e geograficamente próximos às unidades agroindustriais (em comparação aos trabalhadores que migram do nordeste e outras regiões); do outro, as usinas são vistas como fonte de renda, oportunidade de trabalhos, certeza do atendimento das necessidades imediatas, formas de conseguir recursos para acessar outros produtos do mercado. Sendo assim, os indígenas não conseguem perceber o caráter

¹⁰ A “reciprocidade” na forma que queremos abordar não pretende ser interpretada como conceito na escala da relação capital-trabalho, pois esta já supõe uma relação de interdependência e é tratada na dissertação como um todo; nem pretende ser vista como conceito de dom e contradom trabalhada pela antropologia, e sim, ela é trabalhada de forma descritiva no contexto etnográfico que envolve a questão da etnicidade.

imediatista dessa reciprocidade, que apesar de se prolongar nos anos, de safra em safra, a reciprocidade não contempla um efetivo “desenvolvimento” de médio e longo prazos. Com isso a sociedade indígena se transforma e se renova, mas fica sempre numa posição subalterna.

Partimos do pressuposto de que as usinas no Mato Grosso do Sul não significam apenas a exploração da mão-de-obra indígena, instituições de dominação e subordinação do trabalho. Suas interferências não se restringem tão somente à natureza das relações de trabalho (que se caracteriza como escravagista, de caráter “pesado”, exploratório, fadigante, etc.), mas foram para além desses aspectos. Os autores como Cardoso de Oliveira (1968) e Ferreira (2007), por exemplo, demonstraram alterações significativas nas sociedades Terena: mudanças no sistema econômico e de produção, reordenamentos do sistema político-social, re-estruturação dos laços familiares e comunitários, agravamento de problemas sociais internos, disputa interna pelo poder, etc. Esses aspectos da transformação do cotidiano indígena estão estreitamente vinculados às relações de trabalho, já que é a base de interação com a sociedade externa.

Por fim, as políticas públicas implementadas pelo Estado voltadas para as relações de trabalho, apesar de exigir o reconhecimento dos direitos trabalhistas aos indígenas (como o recolhimento do FGTS, obrigatoriedade da assinatura da carteira de trabalho, manutenção do vínculo com a família e local de origem, assinatura de contrato coletivo de trabalho, etc.), não eliminam, por outro lado, a exploração do trabalhador. Além disso, o incentivo dado ao setor agroindustrial estimula a reprodução de alguns traços no mundo rural que estão vigentes desde a era colonial – o apoio à agricultura de exportação e o abandono da pequena produção, por exemplo (Prado Jr., 1986), a expropriação de pequenos produtores de suas terras, a desigualdade na distribuição da renda e da terra. As políticas desenvolvidas para o mundo rural estão, em grande medida, voltadas para a balança comercial, para o aumento da exportação dos produtos do agronegócio e o abandono das pequenas propriedades e das populações rurais pobres, ou simplesmente uma assistência básica que possibilite a subsistência desses povos e sua reprodução como mão de obra para os interesses capitalistas.

O texto foi construído de maneira que pudéssemos responder as seguintes questões: qual a percepção e a avaliação dos indígenas sobre as relações de trabalho assalariadas? Quais as motivações que os conduzem ao trabalho assalariando fora da aldeia? Quais os efeitos organizativos das relações de trabalho assalariadas dentro das aldeias Terena? Qual a

ideologia político-econômica, de construção do Estado, que influencia nas relações de trabalho e na composição da economia doméstica?

A dissertação foi organizada de acordo com a metodologia de pesquisa e a hipótese apresentada. Assim:

- O capítulo 1 apresenta a história de como o *sistema social indígena*, apresentado por Ferreira (2007), foi transformado e de como foi construído um determinado campo de relações de trabalho.
- O capítulo 2 apresenta como o campo das relações de trabalho do século XX foi transformado pela presença da agroindústria canavieira a partir do Proálcool.
- O capítulo 3 discute como a transformação das relações de trabalho pela agroindústria é percebida e vivida dentro das comunidades indígenas a partir do caso de Lalima.

CAPÍTULO 1 – Construção do Campo das Relações de Trabalho Terena

Este capítulo tem como objetivo: fazer uma história sucinta de alguns fatos que foram importantes para a construção e consideração das relações de trabalho assalariadas Terena como elemento particular dentro de um contexto econômico mais amplo. Vale marcar neste contexto: o processo de colonização e ocupação territorial do sul de Mato Grosso, a Guerra do Paraguai, os anos pós 1870 e a criação das Reservas Indígenas Terena no início do século XX na região de Mato Grosso do Sul. Buscamos apresentar, ainda, os tipos e as formas de organização dos trabalhos no contexto de relações Terena; demonstrar como se deu a transformação do campo das relações de trabalho Terena (as características iniciais, como se construíram e com quais atores), e; informar como o Estado participou nessas relações. O conjunto desses elementos irá demonstrar a dinâmica histórica da mão de obra Terena (sua localização no tempo e no espaço) e como a economia doméstica perdeu espaço ao passo que o *trabalho assalariado* ganhou importância, mas sem preencher o espaço antes ocupado pela economia doméstica no contexto econômico Terena como um todo.

Em termos teóricos, neste capítulo é trabalhado o conceito de *campo*, pois, ao tratar dos aspectos enunciados no parágrafo anterior, estamos nos referindo ao campo onde acontecem as relações sociais, sendo que, as relações de trabalho dos Terena são um tipo de relação social nesse campo. Sob este ponto de vista, o conceito de *campo* com o qual o conjunto da obra e dos fatos permite dialogar é o de Turner (1971), que o considera como “*o ambiente principal de interação dos atores*”. O *campo* onde as *relações de trabalho Terena* acontecem atualmente é constituído, principalmente, pelos seguintes atores: fazendas e unidades produtivas rurais em geral, agroindústria, órgãos do Estado (FUNAI, FUNASA, Prefeitura, Estado Federado, etc.), empresas urbanas e as unidades familiares urbanas, e as unidades produtivas indígenas (a família com sua respectiva produção). Esse campo, além de ser um espaço político (de disputa de poder e de disputa entre facções, como foi colocado por Ferreira (2007)), é um espaço de relações de trabalho formado por múltiplas atividades econômicas hierarquizadas de maneiras diferentes em cada período. E o fato de ser um *campo de relações de trabalho* onde os atores interagem e onde cada atividade tem sua relevância, se transforma num elemento chave para entender como se configura todo o contexto sócio-organizacional Terena em diferentes momentos históricos.

Antes de prosseguir no estudo da construção do campo das relações de trabalho Terena, é preciso esclarecer o que estamos entendendo como *trabalho* e *trabalho assalariado*.

A definição que trazemos foi formulado através da experiência junto aos Terena tomando como referência o discurso associado a cada um deles. Nesse sentido, a categoria mais ampla de *trabalho* é por eles associada ao conjunto das atividades como um todo. Quando utilizávamos da categoria *trabalho* nos nossos diálogos de entrevista, percebemos que os indígenas o associavam tanto às atividades da economia doméstica quanto aos trabalhos assalariados. O que acontece é que existe um encaixe diferenciado do *trabalho assalariado* e da *economia doméstica* no discurso, mas não em termos práticos, como iremos demonstrar¹¹. Nesse discurso eles acionam a categoria “serviço” como variante do *trabalho assalariado*, que pudemos registrar em relatos como: “*aqui (na aldeia) está difícil serviço*”. “*Se não sairmos pra fora não arranjamos serviço*”. Ou seja, a changa, o trabalho na usina, as funções nos órgãos do Estado, o trabalho nas fazendas, os trabalhos assalariados em geral se encaixam dentro da categoria “serviço”. As atividades tradicionais, que também estão dentro da categoria trabalho, compõem a economia doméstica: a pesca, a caça, o plantio das roças, a coleta, o artesanato, etc. A hierarquização das atividades econômicas em que é dada maior importância ao “serviço” ante a economia doméstica está no fato desta ser de baixa monetarização. Quando colocamos esta problemática das *relações de trabalho* como proposta de pesquisa, tratemos logo de enfatizar que o *trabalho*¹² – enquanto mão de obra aplicada em alguma atividade econômica – foi e é importante para a sociedade indígena Terena. Tal importância se deve tanto por sua aplicação na economia doméstica quanto nos “serviços” desenvolvidos na economia regional.

De forma menos relevante perpassa no conjunto deste texto a menção aos conceitos de *estrutura* e *organização social*. É importante esclarecer em que sentido estamos acessando cada um deles. Feldman-Bianco (2010) os define como *forma* e *processos* sociais, respectivamente, e no contexto ao qual estamos aplicando, das relações de trabalho Terena influenciam ou são influenciados. Para Feldman-Bianco (2010):

A **estrutura social** envolve o desempenho de papéis e proporciona o contexto para a ação. A **organização social** equivale a atividade ordenada, que inclui tanto os papéis sociais quanto as atividades decisivas mais espontâneas que não seguem simplesmente o desempenho de papéis. (Feldman-Bianco, 2010, p.37).

¹¹ O trabalho assalariado nada mais é do que uma extensão das atividades desenvolvidas na economia doméstica.

¹² Wolf (2005, p.104) apresenta a diferenciação entre trabalho e labor: “*O trabalho representa as atividades dos indivíduos, a sós ou em grupo, usando energia para produzir energia. No entanto o labor e os processos do labor constituíam para ele um processo social, desempenhado por seres humanos ligados uns aos outros na sociedade*”, sendo a conexão do homem social com a natureza. Esses dois elementos estão associados no conjunto desta obra o que não permite fazer uma desvinculação entre um e outro.

Por se tratar de estudo em reservas indígenas, é importante esclarecer, ainda, nosso entendimento sobre *grupo étnico*. Da maneira que encontramos atualmente as aldeias Terena, numa relação bastante dinâmica com seu “mundo externo” e com as instituições que as cercam, optamos por embasar-nos em Barth (2003) entendendo grupo étnico como “*tipo organizacional*”.

Um elemento preliminar que convém destacar sobre os Terena, antes de partir para a exposição das suas relações sociais do trabalho, é considerá-los como sujeitos importantes na construção do Estado Nacional¹³. Isto significa que a (s) situação (ões) social (is) que vamos analisar não se constitui (em) num caso isolado de “sociedade primitiva”, e mesmo se tratando de sociedade nativa na qual evocamos sua “singularidade etno-cultural”, não podemos desvinculá-los dos processos sociais mais amplos (do Estado brasileiro e formação da economia-mundo capitalista). O pensamento indígena não pode ser considerado apenas como uma apropriação dos elementos do “homem branco”, pois, como registrou Soares Nunes (2010), “*tomando cerveja de mandioca ou cerveja industrializada, comendo frango ou caititu, pintando o corpo ou usando “roupas de branco”, estamos falando de populações cuja forma de pensar é muito distinta [...]*”.

1.1. A Economia Doméstica Terena e a Colonização do Sul de Mato Grosso

Para compreender a dimensão do trabalho na sociedade Terena é importante localizar o *espaço originário* da cultura tradicional e os principais fatos na história da região de Mato Grosso do Sul, especialmente do território onde atualmente se encontram as Terras Indígenas Terena, que contribuíram para a dinâmica referente ao aspecto do trabalho. Ao fazer um apanhado dos autores que empreenderam-se no resgate da história Terena, Ferreira (2007, p.109) diz que “*Existe um consenso na história dos Terena em se indicar a sua presença no Chaco*¹⁴. *Ao Chaco estaria associada à vigência da cultura tradicional*”. Este autor parte da hipótese de que os Terena não constituíam um grupo isolado, mas faziam parte de um “*sistema social indígena*” constituídos por vários grupos nativos. A noção de “*sistema social indígena*” implica em imaginar que os grupos permaneciam interligados por relações de

¹³ O trabalho de Ferreira (2007) permite concluir que os Terena não foram meramente telespectadores dos acontecimentos que os envolveram, mas atuantes diretos principalmente na economia e na política, mesmo que na condição de “dominados”.

¹⁴ “*O topônimo Chaco (do Qêchua, “Chacu”) indicava inicialmente a província de Tucúman, passando a designar posteriormente todo o território a leste dela, numa extensão de 700 mil quilômetros, abrangendo territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil*” (Ferreira, 2007, p.110)

reciprocidade, conflitos e alianças na região do Chaco. Considerando a complexidade das relações nesse *sistema*, mergulhamos numa outra hipótese de que, por fazer parte de um “*sistema social indígena*” – e pelas poucas referências documentais que esclareçam a estrutura social e o sistema econômico do grupo, ausência de informações esta já enfatizada por Cardoso de Oliveira (1968) – seria incorreto atribuir à “economia doméstica” a ideia de isolamento.

No entanto, podemos “mergulhar” no *sistema* e buscar informações que permitam representar essa economia doméstica. Um aspecto relevante que pode esclarecer o que viremos a chamar de “economia doméstica Terena” é atentar-se para as influências recebidas do próprio grupo étnico da qual os Terena descendem: os Guaná¹⁵, estes descendentes de um tronco maior, o Aruak. “*Os grupos Aruak, denominados Guaná/Chané estariam ainda subdivididos em quatro sub-grupos: Terena, Layana, Quiniquinau e Exoaladi*” (Ferreira, 2007, p.112). Sobre os Guaná/Chané as fontes documentais informam como principais atividades a agricultura, a pesca, a caça e a coleta. As relações intertribais dentro do “*sistema social indígena*” podem ter contribuído para a formação do que atualmente conhecemos como “economia doméstica Terena”, que é o conjunto dessas atividades econômicas e técnicas tradicionais herdadas do grupo dos Guaná, somados a de outras tribos: a pesca e o domínio das canoas; a técnica da destoca da “capoeira” para o cultivo de grãos como o arroz, o milho e o feijão, e das raízes, como a mandioca e a batata; outros cultivos como a abóbora, a banana; a caça de animais silvestres e a coleta de frutos nativos e mel; a criação de animais domésticos como aves, porcos, carneiros, cabras; e ainda, cavalos e gado (trazido pelos europeus), que passou a fazer parte da economia Terena provavelmente resultante da influência direta dos Mbayá-Guaicuru. As influências de outros grupos indígenas nas atividades econômicas dos Terena permitiram, ainda, a troca de conhecimentos, o aperfeiçoamento das técnicas de produção econômica e da criação, a construção de relação harmoniosa com a natureza, etc. Mesmo sob influências, podemos dizer, então, que as atividades domésticas da economia Terena têm suas origens nas relações estabelecidas no “*sistema social indígena*” e diretamente das práticas Guaná, seu grupo ascendente, com uma maior inclinação até hoje, no caso Terena, para o cultivo e trabalho da terra (a agricultura).

O pertencimento ao “*sistema social indígena*” significa, ainda, que o sistema econômico Terena estava entranhado numa rede de “relações institucionais” onde havia o

¹⁵ A denominação Guaná é dada pelos conquistadores espanhóis aos “Chané” ou “Chanás”, estes sendo a autodenominação que se davam os grupos dependendo da região onde se encontravam. (Ferreira, 2007).

predomínio das “instituições indígenas” (relações dos chefes tribais)¹⁶ e do “trabalho comum”, de solidariedade e reciprocidade. Apesar de, nesta época, existir o trabalho assalariado – não da forma como conhecemos hoje – a economia doméstica tinha uma importância maior na estrutura econômica do grupo. O trecho que segue, apesar de desconsiderar o conjunto das relações de interdependência dos diferentes grupos¹⁷, representa que a apropriação do trabalho foi mais que mecanismo de subsistência alimentar, mas que serviu de estratégia de sobrevivência e de relações de aliança com outros grupos:

A época da chegada dos espanhóis, os Guanás iam, como atualmente, se reunir em bandos aos Mbayás, para lhes obedecer, servi-los e cultivar suas terras, sem nenhum salário. Daí o motivo dos Mbayás os chamarem sempre de escravos seus. É verdade que a escravidão é bem doce, porque o Guaná se submete voluntariamente e renuncia quando lhe agrada. Mais ainda, seus senhores lhes dão bem poucas ordens, não empregam jamais um tom imperativo, nem obrigatório, e tudo dividem com os Guanás, mesmo os prazeres carnavais. (Azara, *apud in* Ferreira, 2007, p.115).

Posteriormente, com o avanço das investidas coloniais europeias, a economia doméstica indígena sofreria mudanças tanto nas suas relações institucionais – na estrutura (com a presença do Estado) – quanto na sua natureza – com a valorização de outros tipos de trabalho, como o assalariado. A conquista pela Coroa Portuguesa de parte da região do Chaco só foi possível, segundo Ferreira (2007, p.110) “*graças à articulação do sistema indígena com o sistema estatal*”. Essa articulação entre os sistemas foi fundamental no contexto da Guerra do Paraguai, que depois – já com a presença do Estado e da cultura europeia, na rede de relações sociais indígenas, nas quais operariam como dominantes – acabariam por submeter os Terena à condição de tutelados.

Embora sejam encontradas produções bibliográficas sobre o território do Chaco no século XVIII, tratando dos Mbayá e Guaná, as informações sobre os Terena, de um modo geral, são bastante superficiais. Muito pouco se sabe sobre o início do contato desse grupo com a civilização européia na região. Todavia, é possível estimar esse período. Silva (1949) coloca que “*os primeiros contatos dos Terena com as culturas européias ocorreram provavelmente com as primeiras penetrações espanholas e portuguesas que buscavam,*

¹⁶ Este trecho exemplifica a relação que mencionamos: “*Aconteceu que os caciques Eyiguayeus que se casaram com as mulheres Nyololas, cacas ou capitãs, tinham por seus os vassalos de suas esposas; desde então os reconhecem como tais. (...) Por isso, os capitães Eyiguayeus, somente eles tem criados: a plebe Guaicuru não adquiriu direito sobre aquelas gentes. Daí é que os Nyololas apelidam os caciques Guaycurus e seus parentes de nossos capitães; mas ao resto da nação e os que não se acham aparentados com caciques chamam de nossos irmãos. (...) À véspera da partida dos Mbayas, lhes presenteiam seus criados algum grão para a viagem; um bolo, de Nibadana, com que se pintam de vermelho, e alguma manta de algodão, seja branca ou listrada de varias cores, que com gosto tecem os Chanás. Aos Mbayas plebeus não lhes fazem semelhantes presentes...*”. (Sanchez Labrador, *apud in* Ferreira, *op.cit*, p.116).

¹⁷ Ver a ideia de *simbiose*, em Ferreira, 2007, p.115.

através do Chaco, um caminho para o famoso Império Peruano” (Silva, 1949, p.275). Neste capítulo é importante ressaltar a fase em que efetivamente o contato se deu de forma mais intensa, e na qual podemos visualizar a inserção da mão de obra Terena na economia tradicional e regional. Nesse sentido, a obra de Cardoso de Oliveira (1968, p.40) é importante quando busca enfatizar um período mais recente e escreve que *“A história dos Terena, ao menos em sua fase que poderíamos chamar moderna, é a história da ocupação brasileira no Sul de Mato Grosso”*.

A ocupação territorial do sul de Mato Grosso por europeus esteve vinculada à necessidade de novos pastos para os rebanhos, em razão do crescimento econômico do setor pecuário nacional. A primeira tentativa de ocupar economicamente a região se fez por volta de 1830 com a atividade pecuária, mas a ocupação populacional só viria a se concretizar após a Guerra do Paraguai (Cardoso de Oliveira, 1968). Antes de 1830 somente algumas bases haviam sido lançadas para concretizar o *“cerco e aniquilamento do sistema social indígena”*, visto como empecilho para a ocupação territorial e utilização das terras para fins econômicos.¹⁸ Cardoso de Oliveira (1968, p.40) coloca que: *“Durante esse período, entre a penetração das ondas pastoris e o fim do conflito Brasil-Paraguai, é de se supor haverem os Terena, tanto quanto aos demais subgrupos Guaná, sentido intensamente os efeitos do contato interétnico”*. Até então, apesar dos fazendeiros não utilizar das cercas para delimitar territórios, o avanço da pecuária significou a diminuição do território de circulação dos grupos indígenas nessa região, afetando a manutenção das relações dentro do *sistema social indígena*. Os efeitos do contato interétnico se explicam pelos Terena terem sido diretamente envolvidos na guerra, como podemos observar neste trecho de Cardoso de Oliveira (1968): *“E, mais do que os Kinikinau, os Layana e os Echoaladi, os Terena teriam sofrido de modo bem violento a conjunção com a sociedade nacional, a partir do momento em que foram envolvidos na luta contra os paraguaios.* (Cardoso de Oliveira, 1968, p.40). É bem provável, portanto, que no período da Guerra do Paraguai a estrutura econômica dos Terena e, conseqüentemente, a organização do trabalho e a alocação da mão de obra possam ter sofridos os maiores impactos. A Guerra do Paraguai foi um dos eventos mais marcantes para os Terena, segundo Bittencourt (2000), sendo a perda dos territórios um dos seus efeitos piores. A perda do território foi o início de consecutivos desajustes na economia, na política e nos demais aspectos da cultura tradicional. Como veremos, resultou na subordinação da economia doméstica, e das relações vigentes no *sistema social indígena*, ao sistema econômico trazido

¹⁸ Ver Ferreira 2007, pp.119-130.

pela implantação das fazendas. O território disputado pelas Coroas Portuguesa e Espanhola englobava justamente o de circulação do povo Terena. Após o término da Guerra do Paraguai até a primeira década do século seguinte – quando a Comissão de Linhas Telegráficas chefiada pelo Marechal Cândido Rondon percorreu a região do já constituído Mato Grosso do Sul, por volta de 1904 – inicia-se efetivamente o “*ciclo de colonização*” desta região.

Esse ciclo corresponde ao surgimento de verdadeiras fazendas, já com características “modernas”, pois constituídas de pastos, delimitados por cerca de arame, indispensável à contenção dos rebanhos nas glebas dos seus proprietários. [...] Nesse ciclo, a mão de obra indígena viu-se incorporada, definitivamente, na economia regional. (Cardoso de Oliveira, 1968, p. 41, grifo nosso).

A incorporação da mão de obra indígena na economia regional (especialmente nas fazendas), como informou Cardoso de Oliveira acima, foi o período também conhecido pelos Terena como “*cativeiro*”, ou seja, significou “*sua subordinação a esquemas de escravidão e trabalho forçado nas fazendas do Mato Grosso logo após a Guerra do Paraguai*” (Ferreira, 2007, p.132). Os indígenas foram obrigados a submeter-se ao trabalho escravo nas fazendas, recebendo em troca moradia e alimentação, muitas vezes produzido por eles próprios. Tudo leva a crer que o tipo de trabalho dessa época são os mesmos que ainda foram executados por longos anos após o cativeiro, e alguns até os dias de hoje: desmatamento a base do machado, retirada de madeiras, construção de cercas, manutenção de invernadas, construção de estradas, construção de pontes, construção de roças, limpeza, colheita, etc. Nem mesmo a criação das Reservas Indígenas, como demonstra alguns relatórios, impediu a prática do trabalho escravo e do “cativo” nas décadas iniciais do século XX. O avanço das fazendas no então estado do Mato Grosso são as primeiras bases concretas do capitalismo brasileiro na região, assim como, instituições que abriram as portas para a formação do Estado e o domínio desse território (Ferreira, 2007). O trabalho indígena foi realocado para as fazendas na condição de “cativo” e não permitiu uma reorganização própria da economia indígena, mas uma organização do trabalho sob o comando dos fazendeiros. Não podemos falar, ainda, da presença do capital na economia indígena – na forma como conhecemos hoje –, mas de recursos indígenas (mão de obra não remunerada) na economia capitalista regional.

Até esse período da história das relações de trabalho Terena foram longos anos de lutas, resistências e submissão ao sistema social dos colonizadores europeus que ocuparam os territórios tradicionais indígenas e impuseram seu sistema social de dominação. Os Terena não conseguiram manter a estrutura sócio-organizacional própria capaz de suportar às investidas coloniais, fragilidade que se reproduziu nas décadas seguintes. A perda e a fragmentação territorial foi um dos fatores mais significativos para o grupo após a Guerra do

Paraguai e, conseqüentemente, para a organização do trabalho indígena que, com a sua inserção na economia como mão de obra, passou a fazer parte de uma *sociedade de classes* regido pelo capital e mercado. Ferreira (2007) afirma que “os territórios hoje ocupados pelos indígenas de Mato Grosso do Sul são apenas fragmentos de um território indígena muito mais amplo, que foi desintegrado em meio ao processo de conquista colonial e formação dos Estados nacionais sul-americanos”. (Ferreira, 2007, p.110).

1.2. A Territorialização e sua Dimensão Econômica

O território tem papel fundamental na vida dos grupos indígenas: sobrevivência, manutenção de valores, transferência de conhecimentos, reprodução, preservação das tradições e práticas culturais, etc. No caso Terena não somente podemos falar de território, dando ideia de lugar, mas de territorialização como processo social que articula a ocupação e aproveitamento do espaço. Sobre esse aspecto Ferreira (2007), tomando com referência o conceito de territorialização desenvolvido por Oliveira Filho (1998), coloca que: “A construção de “povoações indígenas”, “centros agrícolas”, “parques” e “reservas”, são a expressão desses processos de territorialização dirigidos pelo Estado. As migrações voluntárias e criações de aldeias são formas de territorialização dirigidas pelos próprios grupos indígenas.” (Ferreira, 2007, p.73). A territorialização é fundamental para entender o contexto na qual se insere a mão de obra indígena.

Após a Guerra do Paraguai (1864-1869) – evento que envolveu diretamente os indígenas da região sul de Mato Grosso – o fato principal que mudaria a situação sócio-organizacional e definiria os lugares da mão de obra Terena seria a criação das Reservas Indígenas (tabela 2).

Tabela 2: Dados de Criação das Reservas Indígenas Terena

Reservas Indígenas	Área em hectares	Data do Decreto
Cachoeirinha	3200*	1904
Bananal-Ipegue	7200**	1904
Lalima	3600	1905
Francisco Horta	3600	1917
Capitão Vitorino	2800	1922
Moreira-Passarinho	171	1925
Buriti	2000	1928
Limão Verde	2500(?)	(?)

(*) Foram demarcados 2260 hectares.

(**) Foram demarcados 6337 hectares.

Fonte: Cardoso de Oliveira (1968, p.47)

A tabela 3, a seguir, apresenta a situação atual das Reservas Terena e são resultados de intensas lutas travadas com o Estado para reconhecimento das terras consideradas tradicionais. Depois das primeiras Reservas, outras foram sendo criadas ou reconhecidas como Terra Indígena, ou encontram-se em fase de estudo e resultaram na configuração a seguir.

Tabela 3: Situação Atual das Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul

Reservas Indígenas	Município	Área (ha)	Situação	Documento/Data
Água Limpa	Campo Grande/Rochedo	---	Em Identificação	Port. 948 de 27/10/1999
Aldeinha	Anastácio	4	Em Identificação/Revisão	Port. 1688/E de 17/08/1984
Buriti	Dois Irmão do Buriti/Sidrolândia	17 200	Declarada	Port. 3.079 de 28/09/2010
Buritizinho	Sidrolândia	10	Homologada	Dec. s/n de 24/05/1996
Cachoeirinha	Miranda	36 288	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça)	Outros: 2.556 de 29/01/2010
Dourado (Francisco Horta)	Dourados	3 475	Reservada	Dec. 401 de 03/09/1917
Lalima	Miranda	3 000*	Homologada	Dec. s/n de 24/05/1996
Limão Verde	Aquidauana	5 377	Homologada	Dec. s/n de 11/02/2003
Nioaque (Capitão Vitorino)	Nioaque	3 029	Homologada	Dec. 310 de 30/10/1991
Pílad Rebuá	Miranda	208	Homologada	Dec. 299 de 30/10/1991
Taunay/Ipegue	Aquidauana	33 900	Identificada/Aprovada/FUNAI – Sujeita a contestação	Despacho 77 de 14/08/2004

Fonte: <www.pib.socioambiental.org>

(*) Provavelmente não foram demarcados os 3600 ha em 1905.

As Reservas – resultados das reivindicações indígenas da época junto à Comissão de Linhas Telegráficas (Ferreira, 2007) – foram criadas no início do século XX através da negociação do Marechal Cândido Rondon junto aos fazendeiros e de sua intervenção junto às Câmaras Municipais tendo como objetivo reagrupar os indígenas que viviam espalhados pelas fazendas na condição de “cativos” (Cardoso de Oliveira, 1968). Apesar da criação das Reservas ter sido reivindicada pelos índios, a concretização delas foi um processo de territorialização¹⁹ sob cuidados do Estado Nacional e imposto aos indígenas (Ferreira, 2007), de forma que os limites demarcados representaram uma parcela mínima do território que pertencia ao grupo anteriormente.

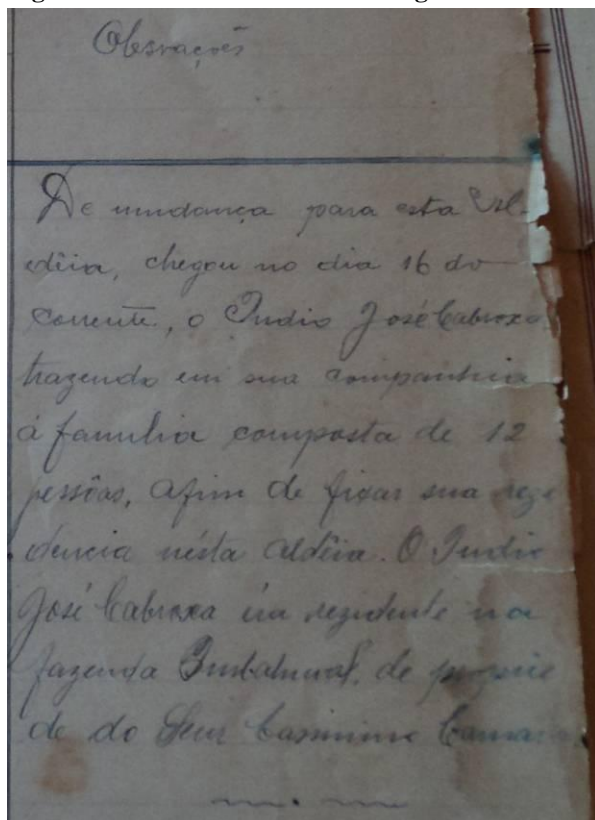
¹⁹ O capítulo 3 de Ferreira (2007) focaliza especialmente os processos de territorialização no Mato Grosso do Sul, um construído pelo Estado e outro pelos próprios indígenas.

Ao mesmo tempo em que esse processo de territorialização criou um espaço político, essa intervenção do Estado significou imediatamente a criação de um espaço econômico. Nesse sentido o território não significa somente um espaço delimitado, uma fronteira, onde se exerce um determinado poder político, mas também um espaço econômico de produção que pode ir além das fronteiras territoriais. Mais do que “proteção”, as Reservas significaram a concretização do domínio estatal sobre os Terena. A conquista dos seus territórios limitou qualquer tipo de organização ou mobilização que pudesse renascer contrária à política de colonização e ocupação econômica dos territórios, assim como, impossibilitou o desenvolvimento autônomo da economia do grupo. Esse fato marcou uma nova fase da subordinação econômica, política e social dos Terena que saíram da condição de cativos e passaram a estar sob a vigilância permanente do Estado dentro das Reservas. Os pequenos territórios vigiados representaram, ainda, a desarticulação definitiva das relações sociais e territoriais do antigo *sistema social indígena* do Chaco, já praticamente impossibilitadas de se reconstruir. (Ferreira, 2007).

A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN (lei de 1906, implantado em 1910) marca a “*estatização dos territórios, cultura e organização social Terena*” (Ferreira, 2007, p.133). Confrontando esta informação com a tabela 2, isso demonstra que a criação deste órgão ocorreu após a criação das Reservas Terena em Miranda. Isso reafirma que a interferência da Comissão das Linhas Telegráficas chefiada por Rondon teve um resultado concreto na demarcação das primeiras Reservas. A ação normativa do Estado redefiniu a rede de relações institucionais aos quais os Terena estariam submetidos: foram criados os Postos Indígenas (PI) e as Inspetorias Regionais (IR) dentro da estrutura político-administrativa do SPI (Ferreira, 2007). A criação das Reservas e do SPI, além de não trazer segurança e crescimento das atividades da economia doméstica (isso será esclarecido quando analisarmos a economia indígena e a economia do Posto), não eliminou as fazendas e as propriedades rurais das relações de trabalho Terena que continuaram com a oferta de trabalho.

Após a criação das primeiras Reservas de Miranda, pudemos registrar que durante mais de meio século os indígenas foram chegando das fazendas e habitando essas Reservas. Muitos dos que se encontram aldeados hoje nasceram em fazendas e depois foram localizados nas Reservas, alguns filhos tiveram a mesma origem e outros chegaram quando ainda eram crianças. Em Lalima, o mais antigo registro da chegada de indígenas nessa Reserva que encontramos é de julho de 1925, onde consta:

Figura 1: Relato de 1925 Sobre Indígenas de Lalima



Leia:

“Observações: De mudança para esta aldeia, chegou no dia 16 do corrente, o Índio José Cabroxa, trazendo em sua companhia a família composta de 12 pessoas, afim de fixar sua residência nesta aldeia. O Índio José cabroxa era residente na fazenda Imbauval de propriedade do Sr. Cassimiro Camara.”

Fonte: Serviço de Proteção aos Índios, “Posto de Lalima – Demonstração geral do movimento do Posto”

No “Diário do Posto de Lalima”, dos anos de 1942 e 1943²⁰ encontramos registros que informam a chegada de indígenas das fazendas da região em Lalima. No dia 29 de março de 1943 foi registrado o seguinte: “Mudaram para este Posto os índios Idalina de Andrade, Isaías e Euclydes de Andrade, Balbina de Andrade, Leodoro de Andrade, Sebastiana de Figueiredo, Amélia, Américo, Feliciano e Delfino Santos da Silva, Pedro e Valmir de Andrade”. E, na data de 23 de maio de 1943 está assim descrito: “Mudou-se para esta aldeia, vindo da Fazenda Porto Novo os índios Francisco Delfino Acosta, Celidonia Pires, e os seguintes filhos, Vitalina e Julia Delfino, fez uma casa e plantou arvoredos, ocupou a serraria e a carreta” (p.39). O relato oral de Valdir Vieira Xavier, 46 anos, morador da aldeia Lalima, ainda demonstra que até final da década de 1960 e início dos 70 os deslocamentos para esses territórios ainda ocorriam: “Meu pai ficou sabendo que existia esse tal de Lalima pra esse lado pra cá, daí ele veio procurar. Ele que levou informação. Primeiro veio finado Zé (irmão de Valdir), aí depois que nós viemos.” (Relato oral de Valdir Xavier). Sua família – mãe, irmãos, tios e primos – chegou mais ou menos nessa época em Lalima, vindo de um

²⁰ Documento encontrado no arquivo particular de Ireno Rodrigues, 82 anos, da aldeia Lalima.

restaurante de beira de estrada, localizado próximo à ponte sobre o rio Miranda, na estrada que liga a cidade de Aquidauana à Bonito.

Os deslocamentos descritos anteriormente demonstram a concretização das Reservas que, por outro lado, só foi possível por serem aos indígenas “uma alternativa menos pior” que ser “cativo”. Na verdade, desde o princípio foram planejadas para atender os objetivos econômicos traçados para a região sul de Mato Grosso no quesito manutenção de mão de obra. O “confinamento” em reservas constitui-se, também, no plano econômico, como uma nova fase do capitalismo brasileiro que, após a expropriação, impõe como prioridade aos indígenas a adequação pacífica às novas situações.

O reagrupamento em Reservas não eliminou nem o processo de dominação econômica (impossibilitando o desenvolvimento autônomo das aldeias), nem as fazendas do circuito econômico dos trabalhadores indígenas, mas apropriou-se desses elementos para estabelecer as relações de trabalho assalariadas. Como já disseram Cardoso de Oliveira (1968) e Ferreira (2007), a criação das Reservas significou, na verdade, a construção de uma “*reserva de mão de obra*” – aquele se referindo à época, às fazendas da região, e este às usinas instaladas atualmente no Mato Grosso do Sul – que dependeria permanentemente, para sua manutenção econômica, do trabalho assalariado.

Vale registrar que, ao reagrupar parte dos indígenas que viviam na condição de cativos, as Reservas serviram para resgatar os últimos resquícios da cultura e da tradição Terena já bastante desgastada. Apesar de não ocorrer nas condições favoráveis ao desenvolvimento e autonomia do grupo, permitiram retomar alguns traços culturais, tais como: as danças e a língua (que ainda é falada cotidianamente em Cachoeirinha e Taunay); várias atividades tradicionais, como a construção das roças familiares, a caça (mesmo que “*no campo da fazenda*”), a pesca (principalmente em Lalima que tem como um dos limites o rio Miranda), a coleta de frutas nativas e de mel, etc.. No entanto, o conjunto desses elementos não prevalece sobre os aspectos negativos decorrentes de todo esse processo.

Esse processo de territorialização implicou em duas formas distintas de ocupação do espaço: a ocupação do espaço interno e a ocupação do espaço externo. Ou seja, o desenvolvimento das atividades internas e as *relações econômicas* que envolvem os Terena no seu contexto externo, tais como: a aplicação da mão de obra dentro das Reservas; o trabalho na lavoura; o deslocamento para territórios fora das Reservas para coleta de mel de abelha e jati e para caça de animais; o desenvolvimento de outras atividades econômicas tradicionais (artesanato, pesca); os processos de venda e troca dos produtos indígenas no

mercado local e a compra de mantimentos e objetos industrializados; e, principalmente, as constantes *migrações esporádicas* da mão de obra indígena das Reservas para o mercado de trabalho externo em “changas”, empreitadas, diárias, contratados ou sob o regime da CLT, nos sítios, chácaras, fazendas, usinas ou nas cidades, próximo ou distante das aldeias, em períodos de menor ou maior duração (30, 45, 60 ou 70 dias); todo esse fluxo de recursos são os aspectos econômicos da territorialização. Tudo se construiu a partir da colonização do território sul-matogrossense e da criação das Reservas que trouxeram como sistema econômico dominante o capitalismo brasileiro.

Para construir o campo das relações de trabalho, tomamos como esforço inicial apresentar a complexidade das relações sociais da territorialização. Esse primeiro esforço implica em considerar o *território* como um *campo de relações interétnicas*, onde se construíram e são construídas as interações cujas consequências se retratam em muitos dos questionamentos sobre a identidade, originalidade e continuidade das culturas indígenas. A ideia de *fronteira étnica* construída por Barth (2003) ajuda a entender a complexidade desse *campo*. Quando falamos de *relações interétnicas* significa que ambas as culturas em contato são influenciadas uma pela outra. Assim, tanto os indígenas absorvem elementos da cultura europeia quanto os *purutuye* absorvem elementos da cultura indígena²¹. A ideia de “*fronteira étnica*” não significa uma barreira que separa as culturas em contato, que limita a interação; tal como foi formulado, o conceito permite entender que quanto maior a intensidade do contato interétnico maior a possibilidade de manutenção das *fronteiras* e continuidade das práticas nativas, isso porque, quanto maior o contato, mais visíveis se tornam as diferenças culturais (Barth, 2003).

Tomamos como referência o *território* da Terra Indígena Lalima (que de modo geral, pouco se difere das de Pílad Rebuá e Cachoeirinha) para exemplificar como ocorreu a evolução dos aspectos sociais das Reservas. No início do século XX as Reservas criadas no município de Miranda eram formadas por uma quantidade de pessoas muito pequena em relação ao que se estimava do total da população indígena que se encontravam espalhadas pelas fazendas do sul de Mato Grosso. A tabela 4, a seguir, construída com dados retirados da obra de Cardoso de Oliveira (1968) mostra o quantitativo dos primeiros 50 anos das Reservas que compõe nosso campo de pesquisa:

²¹ Em Miranda, por exemplo, é comum encontrar um *purutuye* que cumprimenta um indígena dizendo: *Únati! nakéyeyé!* Do outro lado, nas aldeias, as tecnologias criadas pelo *purutuye* são essenciais para o Terena.

Tabela 4: População Indígena das Reservas até 1954

Reservas Indígenas	População por ano		
	1919	1926	1954
Lalima	130	261	256
Pílad Rebuá	--	208	239
Cachoeirinha	--	436	834

Fonte: Cardoso de Oliveira (1968)

Em Lalima encontramos informações censitárias dos indígenas nos documentos do Posto. Os números mostram que no início Lalima era formada majoritariamente por indígenas da etnia Guaicuru, o que explica a própria origem do nome “Lalima”, da língua Guaicuru “Lalimag”, que significa “toca da onça”. Somente em 1936 é que aparece discriminado o pertencimento étnico de cada indígena, sendo que nas décadas seguintes os descendentes de Guaicuru foram sendo quantitativamente superados pelos Terena:

Tabela 5: Recenseamento Populacional da Reserva Indígena de Lalima (1936 – 1958)

	1936	1937	1938	1940	1941	1958
Lalima	37 terena	85 masculino	88 masculino	260 pessoas	275 pessoas	270 pessoas
	51 Quiniquinau	106 feminino	87 feminino			
	29 Layano					
	74 Guaicuru					

Fonte: Livro “Recenseamento Indígena do Posto de Lalima”

As duas tabelas reafirmam que inicialmente havia poucos indígenas habitando as Reservas. O crescimento da população indígena para os anos seguintes ocorreu tanto por nascimentos quanto pela transferência dos indígenas das fazendas para as Reservas.

As condições (política, religiosa, territorial e, especialmente a econômica,) sob as quais as Reservas ficaram submetidas não permitiram o resgate com autonomia da economia doméstica. Isso porque o contato com os colonizadores (agentes do SPI, igreja católica e protestante, as cidades ou vilas, e principalmente as fazendas), assim como, com a cultura ocidental, se tornou mais necessária e impositiva, acelerando o processo de transformação do cotidiano Terena e, consequentemente, dos seus aspectos econômicos. A criação das reservas marcou de forma mais nítida a proximidade com a população não-indígena – os *purutuyé*. Além disso, e isto vale destacar, o declínio da economia doméstica ocorreu porque a mão de obra indígena não se ausentou das fazendas, mas o trabalho nesses locais passou a acrescentar-se à renda das famílias Terena.

O processo de territorialização foi responsável pelo acesso dos indígenas, também, nos órgãos do Estado. As primeiras “políticas reparatórias” da dominação trouxeram

investimentos e postos de trabalho para as áreas da educação, saúde e assistência. Na educação começa haver investimentos em estrutura – especialmente na construção de escolas indígenas – e em “qualidade” de ensino – com a aquisição de material escolar e capacitação de professores indígenas para atuar no interior das reservas. Aos poucos as Reservas foram atendidas com os níveis fundamental e médio, e muitos professores indígenas passaram a atuar nestas escolas. Apesar de ainda ser um grande desafio para o Estado em atender, não somente os indígenas, mas também as demandas do país, o sistema de saúde teve uma melhora significativa. A saúde indígena antes ficava a cargo do município de Miranda. Para receber atendimento médico o indígena tinha necessariamente que se deslocar da aldeia para a cidade, nem sempre em veículos adequados para o transporte: o caminhão e o trator foram por muito tempo utilizado pelos indígenas de Lalima e Cachoeirinha para terem acesso à cidade. Em finais dos anos 90 iniciaram os primeiros investimentos da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, nas aldeias. Começam a atuar os primeiros Agentes Comunitários de Saúde Indígena e os Técnicos em Enfermagens. Mais tarde ambulâncias são adquiridas para atender os indígenas, novos postos de saúde nas reservas são construídas e médicos são enviados para atender nas aldeias. A FUNAI também abriu espaço para os indígenas, tanto em nível local quanto regional e nacional.

1.3. O *Continuum* das Atividades Tradicionais

A formação de roças sempre foi um elemento importante na economia doméstica Terena. A agricultura indígena é praticada em pequena escala, pequenas roças familiares que fornece determinados cultivos cada qual em sua época. Considerá-la como precária ou rudimentar seria correto numa comparação com o padrão “moderno” da cultura ocidental, mas não para os indígenas que há mais de um século após a criação das Reservas a exercem dessa forma. O que se pode afirmar é que ela segue um ritmo diferente do padrão da agricultura capitalista tido como “desenvolvido”, principalmente as grandes empresas rurais. O declínio e a descontinuidade das atividades tradicionais não significaram o seu abandono, pura e simplesmente injustificado. Tais aspectos devem ser analisados sob uma perspectiva holística do conjunto dos processos sociais do contexto ao qual estão inseridos.

A atuação econômica do SPI dentro das Reservas no passado, conduzidas pelos Encarregados de Postos, se caracterizou na separação entre a *economia do Posto* e a *economia indígena* (esta formada pelo conjunto das economias domésticas). Os documentos

etnográficos e os trabalhos já realizados sobre os Terena (Cardoso de Oliveira, 1968 e Ferreira, 2007) permitem representar essa separação. Cardoso de Oliveira (1979) ao fazer sua observação sobre o papel do Posto na economia das reservas escreve que:

Nas aldeias em que o SPI está localizado, a impressão que se tem é de que muito pouco se cuida da economia comunitária, i.é, dos próprios índios, preterindo-a favor do que chamaremos de **economia do posto**. (...) A verdade é que existe uma preocupação muito grande sobre a produção do Posto, i.é, daquela decorrente do trabalho financiado pelo SPI, seja no que se refere as roças, ao tratamento do gado ou a extração de madeira ou casca de angico. Este trabalho é normalmente realizado pelos próprios índios, especialmente pagos para isso (...). Explicam os Encarregados que essa produção é revertida em melhoramentos para o Posto e para a Aldeia (...) Poucas são as famílias que se beneficiam da produção do Posto, seja recebendo sementes em quantidades apreciáveis, seja contando com reprodutores de boa raça para melhorar seu lote de reses (Cardoso de Oliveira, 1976, p.95, *apud in*, Ferreira, 2007, p.151).

Os registros mensais do Posto Indígena de Lalima entre os anos de 1927 e 1931 permitem uma visualização de como se constituía a economia e a dinâmica social dentro da reserva e demonstra os resultados da separação entre essas duas economias. A tabela 6 foi montada com as principais informações econômicas do modelo original de registros do Serviço de Proteção aos Índios, do livro do “*Posto de Lalima – Demonstração geral do movimento do Posto*”:

Tabela 6: Produção Indígena e Produção do Posto na Década de 1920

	Serviço feito pelo Posto	Serviço feito pelos índios
Maio de 1925	Escola: funcionou 20 dias com 11 alunos matriculados e frequência média de 7 alunos Madeira: O posto tem empilhado 98m de madeira	Cultura ou roças: 20 área de terra cultivada nos meses anteriores 1000 metros quadrados. Plantação: mandioca 400m², cana 300m², milho 100m², arroz 50m², feijão 50m². Produção: 200 rapaduras, 20 alqueire de farinha, 10 alqueire de arroz, 5 alqueire de milho e 5 alqueire de feijão.
Dez. de 1925		“Os índios fizeram 2 aramados de arame farpado cercado de com 3 fios de arame e 2250 postes de aroeira sendo um: na extensão de 1500 metros por 450 outro 600m por 800 e um piquete também de arame farpado com 3 fios de 500 metros por 150. Capinaram e plantaram a área quadrada de 300 metros em melancia, bananas, batatas etc. Fizeram também 4 chapéus de palha de carandá Produziram 50 alqueire de farinha, 20 de milho e 6 carradas de abóboras e morangas”
Jan de 1926	“Limparam o quintal do Posto e plantaram mandioca”	“Os índios fizeram 2 casas de pau-a-pique cobertas de palha com 2 quartos, sendo um de 5m por 3 e outro de 8 por 4. Fizeram uma cerca de taquara com postes de aroeira na extensão de 200m por 100. Fizeram mais o seguinte: uma rede de algodão, 8 chapéus de palha de carandá e 4 potes de barro. Plantação: lavram a arêa quadrada de 100 metros e

		<p>plantaram arroz, milho, mandioca.</p> <p>Produção: produziu 40 alqueire de milho, 20 de farinha, 50 de arroz, 20 de feijão e 4 carros de moranga.”</p>
Fev de 1926	“Limparam o quintal do Posto”	<p>“Derrubaram e queimaram 600 metros quadrados de matto para roças. Fizeram 6 casas de pau-a-pique cobertos com palha. Fizeram mais o seguinte: 2 potes de barro, 12 chapéus de palha de carandá e uma rede de algodão.</p> <p>Plantação: plantaram a arêa quadrada de 1200 metros a saber: 300m em mandioca, 500 em cana, 200 em milho e 200 em feijão.</p> <p>Produção: produziu 20 alqueire de milho, 10 de farinha, 15 de arroz e 6 de feijão.”</p>
Jan de 1927	“Plantou-se no quintal do Posto 50 pés de laranjeira e 21 de mangares.”	<p>“Os índios armaram duas casas de pau-a-pique coberto com palha, tendo de extensão 12 mts por 8 e 8m por 4. Fizeram mais os seguintes serviços: 6 redes de algodão, 24 chapéus de palha, 6 laços tramados e 10 potes de barro.</p> <p>Serviços de Lavoura: Plantaram a arêa quadrada de terra na extensão de 8 mil metros, a saber: 400 em cana, 200 em mandioca e 200 em arroz e milho.</p> <p>Produção: Produziu 1000 litros de milho e 500 de feijão miúdo.”</p>
Fev de 1928		<p>“Os índios fizeram os seguintes serviços: armaram uma casa de pau-a-pique coberta com palha tendo uma sala fechada com barrotes de taquarussu 4 metros por 3½ e outra aberta 4½ por 4, cobriram com palha mais duas que a coberta já estava estragada, fizeram mais, 2 arreios, 3 laços, 2 redes, 6 chapéus de palha, 3 caronas, 10 pares de chinelo, 12 potes e 15 panellas.</p> <p>Serviços de lavoura: Plantaram a arêa quadrada de terras na extensão 1800 metros, a saber: 1000 em mandioca e 800 em cana e feijão miúdo.</p> <p>Limpeza de roças: Capinaram a arêa quadrada de terras na extensão de 2500 metros, nas roças já plantadas.</p> <p>Produção: Produziu 300 litros de farinha de mandioca, 350 litros de polvilho, 400 rapaduras, 300 litros de feijão miúdo, 600 litros de milho e 10 duzias aboboras e morangas.”</p>

Fonte: Serviço de Proteção aos Índios, “Posto de Lalima – Demonstração geral do movimento do Posto”

Pelo menos nas primeiras décadas após a criação das Reservas os indígenas parecem ter permanecido residentes nestes locais. As atividades econômicas internas descritas na tabela 6 e as raras menções de trabalhos em fazendas levam-nos a essa conclusão. Mas é bom lembrar que o crescimento populacional das Reservas ocorreu com a chegada de indígenas que mantinham relações históricas com as fazendas, de modo que ajuda a entender a facilidade com que se deu a adequação a um novo padrão de trabalho assalariado.

No “Diário do Posto de Lalima” de 1942 e 1943, os registros detalhados das atividades econômicas indígenas, como vinha sendo registrado nas décadas anteriores, perdem espaço. O Diário traz apenas as atividades econômicas voltados para a produção do Posto, e durante esses dois anos não ficaram registrados algo que pudéssemos concluir como sendo

investimentos do SPI na economia indígena, pelo contrário, o relato de um ancião de Cachoeirinha, antigo morador de Lalima, demonstra o descaso do Encarregado do Posto no cuidado dos indígenas: “*Antigamente não existia Chefe. O primeiro Chefe de Lalima foi Nilton, um brancão, judiava de nós. Chegava roupa, calçado, ferramenta, ele vendia pra nós*” (Carmelindo Chaves, julho/2010). A economia do Posto, desenvolvido por funcionários indígenas contratados para este fim, é bastante nítida nos documentos etnográficos:

“2 de janeiro de 1942 – Serviço executado: Trabalhou na limpeza do quintal do Posto o índio Álvaro de Arruda. Como auxiliar da família do Encarregado do Posto a índia Tomázia Borges.

10 de fevereiro de 1942 – Serviço executado: trabalhou tirando taquarussu para fazer um chiqueiro o índio Álvaro de Arruda, como auxiliar da família do Encarregado do Posto, a índia Tomázia Borges.

10 a 12 de março de 1942 – Serviço executado: trabalhou fazendo uma horta o índio Álvaro de Arruda...” (Diário do Posto de Lalima, 1942 e 1943)

Raros são os registros que mencionam o cotidiano econômico dos indígenas. Apenas alguns referentes ao uso dos bens de produção do Posto (carro e bois) para alguma atividade nem sempre econômica:

“17 de junho de 1942: ...O índio Bartolo ocupou os bois para puchar cana.”

“19 de junho de 1942: o índio Manoel Rodrigues ocupou a carreta e bois para puchar taquara e palha para arrumar sua casa.”

A economia do Posto é um componente fundamental para entendermos a forma como se materializa a questão da subordinação e como isso vai refletir nas motivações atuais de subordinação ao trabalho na agroindústria. A separação entre economia indígena e economia do Posto demonstra a subordinação da economia e do trabalho indígena dentro do seu próprio território, ou seja, mesmo trabalhando na terra que foi destinada para sua subsistência, a produção não é revertida para ele, mas para o Posto. Isso implica em dois aspectos fundamentais: na realidade, mesmo estando em sua terra, dependendo das condições, tamanho da terra e do tipo de relações política que existam, pode haver algum tipo de relação em que a produção não atende aos interesses indígenas (ou, que seja explorado indiretamente como ocorre com a venda dos produtos da roça); neste contexto, é melhor trabalhar “fora”. Além disso, esse aspecto serve para combater a visão romântica de que o índio na Reserva está protegido e vai viver da “subsistência”.

Com o reagrupamento dos indígenas em Reservas, não somente o trabalho assalariado se intensificou, mas as atividades tradicionais internas aos poucos também receberam a

interferência nas suas formas de produção e organização. Duas formas de interferência estatal na organização do trabalho indígena são importantes destacar.

A primeira se deu pela continuidade e intensificação do contato interétnico cotidiano e através dos trabalhos nas fazendas. Durante todo o século XX os indígenas marcaram presença nas fazendas, nos trabalhos braçais, no cuidado das lavouras, no extrativismo, nas colheitas, no trato dos animais, nas roçadas e derrubadas de matas, etc. Tudo isso contribuiu para o aprendizado Terena e para que as técnicas e tecnologias lá empregadas fossem trazidas e aplicadas nas atividades econômicas “internas”, considerando as limitações tecnológicas das reservas e a dificuldade de acesso aos instrumentos, obviamente. No trabalho de campo de junho de 2010 em Pílad Rebuá, por exemplo, diversos indígenas informaram que exerceram nas fazendas a função de tratorista. Tudo indica que foram nesses locais os primeiros contatos dos indígenas com o trator, que se transformou nos dias de hoje instrumento fundamental para o preparo do solo e demais atividades nas aldeias.

O segundo elemento é a própria continuidade da interferência estatal, através da ação do SPI, que adotou uma política no sentido de “civilizar” os indígenas através do trabalho, tendo o cuidado de não interferir no seu modo de vida, de acordo com as recomendações descritas no relatório a seguir, recomendações estas que não chegaram a se concretizar pelo que podemos observar na economia interna das reservas dos dias de hoje. A política do SPI para a gestão das reservas informa que:

“... cumpria ao citado funcionario [do SPI], convenientemente auxiliado, methodizar-lhe o trabalho de modo que da terra houvessem a subsistência sem humilhações, e, regularizar-lhes as relações no comércio local, evitando, desse modo, as actuaes explorações a que estão expostos.

Além desses deveres, grande sem duvida, mas perfeitamente practicos e possíveis, cumpria ao mesmo funcionario, sem perturbar os costumes das tribus, alias já muito corrompidos pelos maus contatos, procurar que pelo trabalho, pelos costumes, pelos bons actos, aquelles infelizes elevem-se nos conceitos dos civilizados d'aquella região”. (...) (Relatório da IR-6, 1914, José Bezerra Cavalcanti, Museu do Índio – Mic 379, ft -1072-73). (apud Ferreira 2007, p.

Os Postos Indígenas, sob a responsabilidade dos Encarregados, dificilmente atingiram um nível elevado de eficiência na gestão territorial e do trabalho indígena. Ao contrário do que se esperava se assemelharam em grande medida às Casas Grandes da era colonial, tendo sob seu domínio a maioria dos bens de produção e sob sua disposição uma boa quantidade de mão de obra, cuja diferença estava na escravização.

Até final da década de 1970 as atividades da economia doméstica Terena seguiram praticamente voltadas para o consumo interno. Quando os indígenas não faziam as atividades por conta própria, pela técnica da coivara seguida da queimada e plantio, dependiam da

disponibilidade do carro de boi e arado do Posto para produção. Recordo-me da fala de meu avô, já falecido, o constrangimento para o acesso aos instrumentos do Posto, pois ficavam sob guarda do Encarregado: *“tinha que encher o saco dos outros, era melhor fazer o serviço no braço”*. O uso dessas ferramentas se dava em grande medida pelos funcionários indígenas contratados pelo Posto. Os trabalhos da lavoura eram executados com os instrumentos básicos: machado, foice e enxada.

Alguns relatórios apontam, no início da criação das reservas, para um crescimento significativo da produção agrícola e da criação de animais. O relatório da Inspetoria Regional nº06, do ano de 1917, sobre PI Bananal, retirado da obra de Ferreira (2007) aponta as atividades internas dessa Reserva e a participação da produção indígena no mercado local. Chama a atenção, ainda, para a presença da mão de obra indígena escravizada ou exposta à escravização.

A população índia do aldeamento é composta de 722 almas que vivem da pequena lavoura, da criação de aves suínos e um pouco de bovinos.

É uma população ordeira e sedentária que já produz grande parte dos cereais que se consomem em Miranda e Aquidauana, e que uma vez concentrada nos aldeamentos do Bananal, Ipegue e Cachoeirinha, convenientemente auxiliada, fará rápido desenvolvimento. (...)

Este ano é pensamento desta Inspetoria dar organização definitiva ao Posto construindo casa para o Serviço e, com a pequena verba de que dispõe, auxiliar os índios quanto for possível para evitar-lhes as explorações de que são vítimas pelos açambarcadores e pombeiros da região. Augmentar-lhe as roças e methodicar-lhes os serviços.

Além dos índios terenas, habitantes citadas, vivem muitos outros grupos da mesma tribu disseminados pelos sertões e pelas fazendas dos municípios de Aquidauana, Miranda, Coxim e Nioac, que torna-se de urgente necessidade serem reunidos em aldeamentos afim de evitar-se-lhes a escravização muito comum em Matto Grosso. (Relatório IR-5, 1915, MI, microfilme 329, ft. 1093-1094 *apud* Ferreira, 2007, p.134).

Apesar de, ao longo do século XX, ter aumentado gradativamente o deslocamento da mão de obra Terena para o mercado regional, as atividades tradicionais, principalmente a lavoura de caráter familiar, seguiram com participação significativa na economia doméstica, mas não seguiram na mesma proporção a representatividade no mercado local. Somente com a chegada do Projeto Agrícola em 79/80 que volta a esperar investimentos do Estado e crescimento da produção indígena.

Meus “arquivos de memória” e as histórias Terena permitem retratar várias atividades importantes da economia doméstica dos indígenas de Lalima, que perpassaram todo o século XX, algumas perderam força no século XXI, mas muitas das que foram praticadas no início

do século XX permanecem até os dias atuais. Esse diálogo de meus pais, Neide Rodrigues e Plácido Salvador (Téo), exemplifica bem esse aspecto:

Neide: – *Esse que eu falo! Viviam de caça, pesca, roça, plantava arroz, mas pedacinho! Cada família plantava seu pedacinho, colhia bem aquele lá, né Téo? Plantava mandioca.*

Plácido: – *É. Igual hoje! Cada um planta seu pedacinho, colhe...*

Neide: – *Aquela vez era muito, era fartura! Plantava pouquinho e perto e dava bem! Agora não, um pouquinho não dá!*

Plácido: – *Qualquer parte onde plantava arroz dava, colhiam... no arto (alto), no baixo...*

Neide: – *Como ali mesmo onde vovó morava, bem onde “Cutia” mora, era um vacurizal²² em volta! Eles plantavam ali mesmo: arroz, milho, mandioca... era vacurizal ali.. e ali mesmo dava bem... feijão miúdo.... não plantavam feijão rasteiro também...*

O arroz, o milho, o feijão e a mandioca, mencionados no diálogo, são por muito tempo os elementos básicos da dieta tradicional Terena, inclusive foram fontes de renda, quando eram comercializados (por volta da década de 1990 o comércio do arroz e do feijão no município de Miranda sofreu uma queda acentuada devido ao fato do mercado estabelecer novas regras para a venda ao consumidor final, passando a exigir que esses produtos fossem empacotados). Cada família, ou grupo familiar, produzia uma quantidade de arroz que pudesse atender o máximo de tempo possível. As famílias que não conseguisse uma produção para “*varar o ano*”²³ recorria-se aos laços de solidariedade comunitária (emprestava ou negociava por outros produtos ou pagava prestando serviços na lavoura). O arroz, depois de colhido e secado, era armazenado nas *tuias* (casas preparadas para o armazenamento) que o protegia da umidade e traças. Para o consumo, o arroz era socado no pilão para retirar a casca, “*abanado*” no “*apá*”²⁴ e depois retirado a sobra de arroz com casca. Apesar da “*fartura*” das roças, esse outro trecho do diálogo apresenta certa dificuldade na manutenção da economia doméstica:

Neide: [...] *Só que comia da roça só naquela época, né Téo? Passava aquela época o arroz durava já bem pouco já pra outro ano, outra planta fala né, pra tirar semente como por exemplo. Aí já na época de luta na roça de novo, já estavam comendo semente já.*

²² Região onde se concentra grande quantidade de bacuris.

²³ Expressão nativa que significa produzir o suficiente para o ano todo.

²⁴ “Abanar” o arroz é o processo de limpeza na qual retira a palha do arroz que já foi socado. O instrumento utilizado para abanar é o “apá”, uma espécie de bacia, porém raso, feito de taquara.

Da mesma forma seguia o cultivo do milho, da mandioca e do feijão. Além de consumir o milho verde, dele se fazia a pamonha, o curau e o *pixé*²⁵. Da mandioca se produzia a farinha, o *hi-hi*²⁶, o beiju, o polvilho para biscoitos. O cultivo da cana de açúcar trazido pelos europeus também teve importância significativa na economia doméstica Terena. Além de alimentar os animais, produzia-se a rapadura, o açúcar não cristalizado e o *alambique*²⁷ (bastante utilizado nos rituais xamanísticos). A batata, o mamão, o maxixe, a banana, e outros produtos alimentares provenientes da terra serviram os indígenas nas reservas. O mel de abelha e de jati era retirado no interior ou fora das reservas. Da mesma forma a caça. A pesca no rio Miranda é uma das principais fontes de renda em Lalima. Muitas dessas atividades tradicionais deixaram de ser praticadas por uma mudança das condições de produção e acesso a recursos naturais. A economia doméstica perde muito espaço, pois passa a depender cada vez mais das condições climáticas que vão tornar essas atividades impotentes: ou seja, nessas condições é melhor comprar arroz do que produzir arroz, porque pode ter prejuízo quando se planta e o esforço pode ser em vão, além de não ser bem remunerado na hora da venda.

Lalima permaneceu por muitos anos como uma área distante, o que dificultava intensificar os laços comerciais com a cidade. A venda dos produtos da agricultura, da pesca e da coleta na pequena cidade de Miranda complementou a renda das famílias, principalmente a partir dos anos 80. Os 40 km que separa a Reserva do município de Miranda eram feito pelos indígenas até por volta da década de 70 a pé, a cavalo ou em carretas de boi, passando pelo “estradão” e por densas matas. Somente depois desse período foi aumentando o desmatamento e a construção das internadas, melhoraram as condições da estrada que atualmente liga a aldeia à cidade, que facilitou o tráfego de veículos. Isso abriu caminhos para a venda e troca dos produtos indígenas de Lalima.

Mesmo com a aparente “*fartura*” das atividades tradicionais, as condições sociais dos Terena na região de Miranda eram demais precárias, como grande parte do rural brasileiro na época. Na Reserva eles viviam em permanente “*miséria*”, segundo relatam os próprios indígenas. Não havia infraestrutura nem investimentos adequados à população rural. Ao que é possível perceber, a miséria não se dava pela insuficiência das atividades tradicionais, mas pelas condições às quais as reservas foram submetidas. A interação social foi impondo novas necessidades aos indígenas, principalmente de consumo. Os Terena, especialmente os jovens, foram absorvendo essas necessidades e internalizando nas aldeias.

²⁵ Um alimento feito de milho seco e torrado. Após ser socado no pilão até virar farinha, acrescenta-se o açúcar.

²⁶ Uma espécie de bolo de mandioca. Rala-se a mandioca e depois enrola a massa em folhas de bananeira em pedaços pequenos e cozinha em água quente até ganhar consistência.

²⁷ Nome dado à bebida feito da cana de açúcar.

No final da década de 70 e início dos 80 chegou às Reservas o Projeto Agrícola com a finalidade de aumentar a produção indígena. Os indígenas tiveram como apoio a presença de uma Cantina em cada Reserva, sob responsabilidade do Posto, que auxiliava através da liberação de mantimentos para que os indígenas investissem na produção. A organização do trabalho ficava por conta dos próprios indígenas. Em Lalima, foi se formando grupos de trabalho e variou em quantidade (entre 5 e 40 homens). Inicialmente o Projeto Agrícola representou grandes avanços na produção. Por exemplo, o grupo de 5 homens da qual Galdino Gomes fez parte teve uma produção representativa em relação ao que uma família conseguia produzir. Sua equipe produziu 600 sacas de arroz no ano. Ele mesmo conta que grupos constituídos por quantidades maiores com o tempo foram apresentando dificuldades de gestão do grupo. Contudo, os resultados positivos do Projeto Agrícola demonstram que, apesar do trabalho externo ter um peso importante na economia doméstica, o trabalho interno quando bem administrado apresenta resultados positivos nas reservas. Os investimentos estatais, contudo, não se concentraram em apoiar o desenvolvimento da economia tradicional, mas como aconteceu com o rural brasileiro de forma geral, esse tipo de produção, a produção familiar, não interessava aos objetivos do Estado, que prezava pela política de exportação.

1.4. O Trabalho Assalariado

O conceito de “trabalho assalariado” ou “serviço” é aqui utilizado para se referir a todas as atividades externas dos Terena, independente da forma de pagamento. Os indígenas relataram que o pagamento pelo trabalho nem sempre ocorria em dinheiro (e nem sempre ocorre atualmente), mas poderia ser através de “vales” nos armazéns – onde os trabalhadores retiravam em mantimentos, utensílios, roupas e calçados – ou poderiam ocorrer pelas duas vias ao mesmo tempo, parte em dinheiro e a outra parte em “vale” (Informação de Plácido Salvador, aldeia Lalima).

As relações de trabalho assalariadas são os principais elementos na construção do campo. Paralelamente à economia doméstica (executadas dentro das reservas indígenas), logo na década de 20 encontramos registros em Lalima dos primeiros retornos de indígenas para os trabalhos externos nas fazendas, geralmente na condição de diarista ou empreitada. Mas sabemos que no século XIX já existia relações de trabalho assalariadas. Ao mesmo tempo em que o Estado promovia a concentração dos índios para dentro das Reservas, os indígenas começaram a dar os primeiros passos fazendo o caminho inverso, saindo das reservas para

trabalhar nas fazendas, principalmente naquelas mais próximas. A comprovação desse fato encontramos no documento de “Controle do Serviço de Proteção aos Índios”, do Posto de Lalima, que tem registrado no mês de março de 1927, na coluna denominada “Ocorrências”, o seguinte: “[...] *Índios licenciados. Com licença deste Posto saíram para trabalhar na Fazenda Campo Alegre, com prazo de 20 dias os índios de nomes: Antonio Cabroxa e Alipyo Bernardes.*” Em outra coluna do mês de junho de 1927 está escrito: “[...] *Chegaram e apresentaram-se a este Posto dia 8 os índios de nomes João Baptista de Souza e Manoel Rodrigues que achavam-se com licença de 1 mês trabalhando na Fazenda Cachoeirinha.*” É possível que registros semelhantes possam existir em outros Postos Indígenas para as décadas iniciais do século XX.

Pequenas “changas” em fazendas e sítios vizinhos, foi assim os primeiros passos do trabalho indígena assalariado na região de Miranda, uma das características marcantes da economia doméstica Terena da atualidade. As contratações de indígenas para o trabalho externo em Lalima são raras até pelo menos a década de 1940, se comparado com as décadas seguintes. A política do SPI, de controle e “civilização” dos indígenas através do trabalho dentro das Reservas, parece ter se sustentado até os anos 40, fato observável no próprio documento já citado, de “Controle do Serviço de Proteção aos Índios”, quando observamos, por exemplo, a “*Produção Indígena*”, constante na tabela 6, que é significativo se considerarmos a quantidade de indígenas que habitavam a reserva na mesma época. Este é um aspecto importante que pode ser articulado ao conceito Terena sobre trabalho colocado logo no início do capítulo. O trabalho assalariado (ou “serviço”) acompanhou a formação das Reservas. Esses dois elementos, o trabalho assalariado e a economia doméstica, levaram os indígenas à construção conceitual de que tudo é trabalho, e que somente o trabalho remunerado pode ser considerado como “serviço”.

A localização das Reservas Indígenas – criadas no início do século XX nas quais se viam cercadas pelas fazendas – contribuiu para que, principalmente a partir dos anos 1950, a economia Terena caracterizasse-se pela presença concomitante das atividades econômicas tradicionais e pela venda da mão de obra para o mercado externo. O trabalho de Cardoso de Oliveira (1968) apresenta claramente este aspecto das aldeias nesta época. A partir dos anos 1950, apesar da ausência de informações detalhadas, podemos observar que o trabalho indígena fora das aldeias apresenta uma intensidade significativa, tanto nas fazendas quanto nas primeiras empresas que começam a aparecer nas redondezas de Miranda. Com isso a

economia Terena passa a ser a junção do “trabalho nas roças” com o “trabalho assalariado”, regulado pelo mercado de trabalho, pelo capital e pela sociedade de classes.

Sobre esses traços econômicos – da participação da mão de obra indígena na economia regional – Carvalho (1979), ao analisar os Terena do Posto Indígena Araribá no estado de São Paulo²⁸, afirma que *“Efetivamente, no Brasil, as comunidades definidas como indígenas, são levadas a participar de sistemas regionais e da economia nacional através de um determinado conjunto de relações que as transforma em minoria sociológica e as coloca em situação de dependência”* (Carvalho, 1979, p.19). Portanto, *“a incorporação desses grupos, ou sua integração, se efetiva, não pela assimilação étnica, mas pela participação tangencial na sociedade mais ampla”*, ou seja, no caso Terena através de relações econômicas impostas pelo capitalismo, que gradativamente marginaliza, mas não elimina, outras formas de produção não-capitalistas. Essa participação tangencial representa as especificidades que envolvem a relação interétnica dos Terena.

Mencionando a característica familiar do trabalho Terena e a utilização comum da terra, Carvalho (1979) afirma que a mão de obra assalariada é utilizada para suprir as deficiências da família nuclear indígena. *“Dessa maneira, o trabalho familiar e o trabalho assalariado coexistem sem que se altere as características internas das atividades econômicas, marcadas pela ausência de relações de exploração e coerção”* (Carvalho, 1979, p.103). Entretanto, este mesmo autor coloca que esses dois últimos elementos já se manifestam entre os Terena do Araribá. E ainda, que os *nexos econômicos* apoiadas na *comercialização da produção* indígena e na *participação assalariada* em estabelecimentos agrícolas são *“responsáveis pelo desaparecimento progressivo de atividades econômicas tradicionais e de formas comunitárias de trabalho e provocam o surgimento de novas relações fundadas em interesses individuais e moldadas pelo sistema dominante”* (Carvalho, 1979, p.105).

Considerando os Terena do Araribá, estudados por Carvalho (1979), como descendentes de antigos indígenas transferidos de Lalima, e ainda, que os *nexos econômicos* com a sociedade regional de ambos os locais percorreram um caminho semelhante de interação, as expressões, *“sem que se altere”* e *“desaparecimento”*, aparecem contraditórias num espaço pequeno de argumentação sem que se considere o *poder estruturador* do capital e o poder de reorganização/reprodução das sociedades nativas permeadas por relações não capitalistas. O que estamos demonstrando é que houve uma transformação do contexto Terena

²⁸ Os Terena do Araribá são indígenas transferidos da Reserva de Lalima, Miranda-MS, a critério do SPI para que pudessem auxiliar os Guarani economicamente.

a partir da intensificação do trabalho assalariado, mas que, por outro lado, não “desaparece” com as atividades econômicas tradicionais, pois o próprio sistema se alimenta da marginalização dessas atividades. E a própria percepção do que é conceito de *trabalho* para os Terena como grupo étnico coloca na mesma categoria o *trabalho assalariado* e o *trabalho da economia doméstica*. O contexto etnográfico que analisamos demonstra que, na realidade, ambos são elementos de um *continuum*, de tal forma que o trabalho assalariado só não é tradicional porque é remunerado, mas é o conhecimento tradicional e a força física do indígena que está sendo aplicado num universo que não é a Reserva (que pode ser a fazenda, a usina ou a cidade). Essa percepção opõe-se à concepção do trabalho Terena como algo fragmentado: tradicional x moderno ou assalariado x tradicional.

O elemento básico da qual devemos partir é considerar que a sociedade Terena está inserida numa sociedade onde prevalecem as relações capitalistas, cujo poder de influenciar e moldar as relações se encontra no uso desproporcional do capital. Não podemos nos firmar, neste sentido, na inalterabilidade das atividades tradicionais e demais traços culturais dos Terena, apoiadas nas relações não-capitalistas, frente a presença do capital. O trabalho assalariado ganhou sim um grau de importância significativo na sociedade Terena, onde, de uma forma ou outra, transforma as relações comunitárias. Todavia, convém relativizar as “deficiências” e o “desaparecimento” das atividades tradicionais como resultado da presença do trabalho assalariado afirmadas por Carvalho (1979). O que encontramos nas Reservas Terena hoje é a prática de diversas atividades tradicionais, ainda que em proporções pequenas, e uma interação harmoniosa com os recursos naturais da qual dependem. Portanto, “deficiência” e “desaparecimento” parecem ser termos impróprios para as atividades culturalmente tradicionais do grupo Terena hoje.

As poucas fontes quantitativas da população indígena Terena na maior parte do século XX e das atividades que faziam parte da economia doméstica de cada família dificultam mensurar com precisão o grau de importância de cada atividade (tradicional ou não) para os Terena. Todavia, durante todo o século XX iremos observar que a presença da mão de obra indígena nas fazendas é significativa, mesmo com a atuação do SPI no controle da força de trabalho indígena. Cardoso de Oliveira (1968) mostrou que na época de sua pesquisa (nos anos 1950/60) mais de 80% da população de Cachoeirinha dependia do mercado externo de trabalho. Dos 121 grupos domésticos, apenas 9 viviam exclusivamente do trabalho agrícola dentro da aldeia. Outros 10 combinavam o trabalho agrícola e a atividade artesanal, enquanto que os demais se dedicavam exclusivamente em trabalhos nas fazendas e sítios

circunvizinhos. Duas empresas na época empregavam os indígenas, uma caieira e uma pedreira, instaladas em Duque Estrada – povoação às margens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

As observações que fizemos em campo e a experiência dos anos de convivência com os Terena, sempre ouvindo os “causos”, histórias, relatos, contos sobre os trabalhos fora e as viagens, piadas sobre as “turma”²⁹ de trabalho, permite afirmar que a grande maioria dos indígenas do sexo masculino teve alguma experiência no mercado de trabalho externo. O trabalho fora da aldeia até os dias de hoje é muito comum dentre os Terena. Em Pílad Rebuá e Lalima, por exemplo, onde centramos mais a nossa pesquisa, o conjunto dos trabalhadores que nasceram antes dos anos 60 certamente tem uma história sobre alguma atividade fora, e provavelmente alguma das funções tem ligação com o trabalho em fazendas. Isso observamos ouvindo os indígenas com histórias do tipo: *“Uma vez a gente tava trabalhando ali na fazenda...”* ou, *“teve uma vez que a gente trabalhava lá na fazenda...”* ou *“uns tempo nós fomos com fulano pra lá pro lado de Bodoquena pra’queles lado do Campo dos Índios, nesse fundão aí...”*, e assim por diante.

Os indígenas que se localizavam mais distantes da cidade, como os de Lalima, permaneceram por muito tempo se relacionando principalmente com as fazendas, até pelo menos a década de 80 quando. Os de Cachoeirinha, como vimos, empregaram-se também nas empresas localizadas nos distritos próximos e também nas usinas no mesmo período. Já os de Pílad de Rebuá, além das fazendas e as empresas da região, se relacionaram com maior frequência com a cidade de Miranda possibilitado por sua localização, o que contribuiu para alguns indígenas conseguir trabalho nas residências e nos estabelecimentos locais.

A construção da Usina Santo Antonio em meados do século XX foi o primeiro passo para a construção de um novo campo (que será analisado no capítulo 2). A presença dessa usina não se limitou apenas às relações de trabalho assalariadas com os indígenas. As Reservas, principalmente Pílad Rebuá e Cachoeirinha, atuaram no fornecimento de cana para ser industrializado, com os índios produzindo em terras de reservas, ou outras, e vendendo para a Usina a produção.

Sendo assim, ao que tudo indica, o trabalho externo assalariado tem suas origens nas fazendas. São elas as principais instituições difusoras da mão de obra indígena. De acordo com os relatos que conseguimos registrar, a mão de obra frequentemente era aplicada nas

²⁹ Os indígenas entrevistados não conseguiram precisar o início dos primeiros trabalhos em equipe nas fazendas, as chamadas “turma”, mas tudo indica que foi na segunda metade do século XX. O termo nativo “turma” é bastante comum entre trabalhadores rurais, sendo assimilado pelos indígenas para designar a equipe de trabalho.

atividades nas quais as ferramentas de aço eram os principais instrumentos, tais como o machado, a foice, o facão e a enxada. Cardoso de Oliveira (1968) registrou essa característica do trabalho externo Terena em sua obra, dizendo:

De tôdas as modalidades de aplicação da mão de obra Terêna nas atividades do Sul de Mato Grosso, a extrativa é a que mais requer a sua participação. Provavelmente porque as técnicas de trabalho por ela exigidas são as mais rudimentares, pois se baseiam na destreza do braço e em poucos utensílios como o machado e o machete – o primeiro usado na empresa madeireira, o segundo para a extração das cascas de angico. Por ser um trabalho grosseiro, os regionais não o executam, salvo se bem pagos; o que não ocorre, evidentemente, uma vez que os empreendedores conseguem pagar pouco ao Terêna considerado por todos perito na arte extrativa, sempre disponível para êsse tipo de trabalho. (Cardoso de Oliveira, 1968, p.58).

Em junho e julho de 2010, oportunamente participei dos trabalhos do GT de Estudo Antropológico de identificação para demarcação das Terras Indígenas Lalima e Pílad Rebuá. Numa das reuniões dos trabalhos, realizada em Pílad Rebuá, pudemos registrar diversas atividades nas modalidades de diárias e empreitas já executadas pelos Terena acima de 45 anos de ambos os sexos. Uma característica comum entre os trabalhadores entrevistados desta reserva é o início da “idade ativa”: grande parte deles nasceu em fazendas e começou a trabalhar logo na infância (9, 10, 12 anos). Mesmo aqueles que nasceram dentro das reservas também tiveram contato nesta faixa etária com o trabalho externo, justificando a participação no mercado local de trabalho pela dificuldade em que encontravam suas famílias, pela necessidade de complementar a economia doméstica ou o desejo de consumo de diversos objetos que na época adentravam no cotidiano indígena. Em fazendas a mão de obra masculina era direcionada para a manutenção de internada, limpeza e conservação; retirada de postes para cerca; roçadas; acerto de cerca; derrubada de mata; serviços braçais em geral; outros exerceram a função de cozinheiro, tratorista e campeiro. As mulheres ficavam encarregadas das atividades domésticas. Raramente essas atividades eram seguidas da assinatura da Carteira de Trabalho. Na cidade houve indígenas de Pílad Rebuá que trabalharam de cozinheiro, pedreiro, marceneiro, empregadas doméstica, empreiteiro e serviços gerais (limpeza).

Da mesma forma ocorreu em Lalima. Apesar da localização distante da cidade ter retardado a diversificação das atividades externas, ela se encontra bastante integrado à sociedade regional através do trabalho fora da reserva. Em meados do século XX os indígenas trabalharam nas fazendas próximas e/ou nas que fazem divisa com a reserva: Santa Rosa, Sucuri, Vargem Grande, Boa Vista, Curral de Taquara, Estrela do Sul, Santa Terezinha, etc. Algumas delas se subdividiram e formaram outras fazendas, sendo que até os dias de hoje

empregam a mão de obra indígena. O período da pesquisa não permite retratar com fidelidade todos os locais, mas nos dá a ideia de como se distribuiu e como ainda se distribui a mão de obra no mercado local e regional de trabalho.

Em certo sentido, o reagrupamento em reservas certamente contribuiu para a retomada de práticas de organização social e cultural, dos costumes e dos trabalhos vigentes no antigo sistema – como o cultivo da lavoura, a caça, a pesca e a coleta – porém em menor grau e não sem influências não-tradicionais. O SPI, por exemplo, ainda que longe de ser um investimento adequado, manteve uma política de incentivo à produção através da doação de ferramentas e sementes para os indígenas, assim como o apoio ao aperfeiçoamento das técnicas e métodos de produção. A criação das reservas, que Ferreira (2007) chamou de “*estatização dos territórios*”, resultou, por um lado, na interferência no modo de produção e organização do trabalho Terena, através das ações dos representantes estatais diretos, os Encarregados de Postos e, por outro, prezou pela permanência do que ainda sobrava da cultura e costumes originais e livrou das intervenções escravistas dos que pretendiam manter a mão de obra indígena sob seu domínio. O SPI atuou, ainda, por muito tempo na gestão e controle da mão de obra indígena. No “Diário do Posto de Lalima”, com registros de 1942 até 24 de outubro de 1943, observamos apenas duas anotações referindo ao trabalho fora da aldeia:

14 de abril de 1942: *O índio Antonio André da Silva foi trabalhar na fazenda Estrela do Sul.*

19 de abril de 1942: *Chegou o Salomão Loreiro, fazendeiro, a procura de trabalhadores para sua fazenda...*

O controle da mão de obra indígena se dava pelo registro da saída no Diário do Posto e aviso prévio ao Encarregado do Posto. Prevaleciam os acordos verbais, baseado na confiança de ambas as partes. Somente nos anos 80 começam a haver a assinatura de contrato entre as partes interessadas, sendo a maioria destituída de valores legais. Os contratos de prestação de serviços com validade legal se tornaram mais frequentes principalmente a partir de 1999 quando da homologação do “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena” e da atuação mais rígida do Ministério Público do Trabalho na defesa dos direitos dos trabalhadores indígenas.

Nos anos 70 e 80, a relação dos indígenas com a cidade de Miranda ainda se mantinha de forma bastante limitada, se comparado aos dias atuais, mesmo em Pílad Rebuá localizada em sua periferia. Limitações estas tanto econômica quanto política. O próprio município de Miranda apresentava características que marcavam muitas cidades do interior do Brasil dessa

época: infraestrutura precária, economia pouco desenvolvida, população pobre, insuficiência de políticas públicas, etc. A economia do município girava em torno da pecuária. Os indígenas mantinham relação com a cidade através da venda da pequena produção e da compra de suprimento básicos para a família. Comumente se comercializava o arroz, o feijão e o milho a granel, também a mandioca e outros produtos extrativos como o palmito, o mel e o pescado.

As relações de trabalho – que, em termos geográficos, iniciaram na circunvizinhança e depois se deslocaram para os locais mais distantes das aldeias – foi o aspecto principal que levou à transformação do cotidiano indígena. Quando questionado sobre o que os levavam a sair da aldeia para trabalhar nas fazendas ou nas usinas, os indígenas de Lalima acima de 45 anos dizem que saíam porque queriam “*conhecer*” outros lugares com a possibilidade de ganhar algum “*trocado*”. Se alguém (indígena) chegasse à aldeia com algum objeto que foi conquistado através do trabalho assalariado, isso seria o motivo para os demais indígenas buscarem acesso aos objetos, ou seja, a influência dos amigos foi fundamental no processo. A produção tradicional pós-criação das reservas, apesar de ter um peso significativo na economia doméstica, não acompanhou na mesma proporção as novas necessidades de consumo.

1.5. Considerações

Este capítulo buscou demonstrar o que restou em termos econômicos do processo de “aniquilamento” do *sistema social indígena* e como se construiu o campo das relações de trabalho Terena no século XX, a partir do caso de Lalima. A história demonstra que, até pelo menos 1890, após o fim da Guerra do Paraguai, a economia doméstica Terena tinha muito mais autonomia que subordinação. Com o avanço do colonialismo, especialmente a partir da criação das Reservas, ocorre uma inversão, passa haver muito mais subordinação que autonomia econômica (ainda que as Reservas tenham sido consideravelmente importantes para o reagrupamento dos indígenas que possibilitaram resgatar certas tradições e elementos culturais). Todavia, trabalho assalariado, escravidão e trabalho autônomo na economia doméstica existiram antes, durante e depois do século XX³⁰. Isso é importante destacar para não deixar transparecer que transformamos os fatos numa narrativa evolucionista, de

³⁰ Em 2007 a Comissão de Fiscalização do Trabalho do Ministério Público do Trabalho resgatou 830 indígenas da destilaria Debrasa em situação análogas à escravidão.

introdução do trabalho assalariado à economia doméstica. O principal aspecto que queremos demonstrar é o de como ocorre à transformação e a construção de um novo campo, ou seja, o que é que muda do século XIX para o século XX. Até por volta de 1890, o sul de Mato Grosso era uma área praticamente controlada pelos índios. Após 1890, depois da Guerra do Paraguai, introduz-se um novo contexto (surgem as fazendas, o coronelismo, a repressão, a escravidão e o “cativeiro”). Já no início do século XX, após a criação das Reservas, as fazendas se transformam no primeiro ator importante com as quais os índios vão estabelecer uma relação de interdependência direta. Nesse período começa declinar a importância das atividades da economia doméstica dando espaço ao trabalho assalariado.

A produção interna, das atividades tradicionais, não foi suficiente para a manutenção da relação social indígena com a sociedade nacional através do comércio. Isso abriu espaço para a hierarquização das atividades econômicas de maneira que atendesse a manutenção do grupo. A partir de 1950 a usina aparece como o segundo ator importante nas relações de trabalho indígena. Prevaleceu, como até então temos descrito, a relação baseada na venda da força de trabalho que, por outro lado, pelo fato de ter tido uma usina em Miranda e pelo fato dos indígenas terem uma memória de, não somente ter trabalho, mas produzido e vendido cana para a usina, isso não fez desaparecer as atividades tradicionais. O fato das usinas se instalarem no Mato Grosso do Sul e de reproduzirem as relações de trabalho com os indígenas tem a ver com essa primeira experiência vivida através da Usina Santo Antonio, ou seja, já havia uma experiência anterior.

O século XX foi significativo para a intensificação do contato interétnico Terena-*purutuye*, permeado basicamente pela troca e venda dos produtos indígenas no mercado local, pela compra de mercadorias e pelas relações de trabalho assalariado. Esses três elementos permitiram ao grupo Terena alcançar um *alto grau de integração econômica regional* (Cardoso de Oliveira, 1968), nível muito desejado pela política de “civilização” indígena do Estado brasileiro. Todavia, ao contrário de outros casos das Américas (como a relação dos Maias com a sociedade ladina na Guatemala, que apoiou-se no comércio de grande quantidade de produtos agrícolas) a relação sócio-econômica dos Terena com a sociedade não-indígena apoiou-se na *relação de trabalho assalariado*, na venda da força de trabalho³¹, o que implica imediatamente numa relação desequilibrada, de dominação/subordinação.

³¹ O resgate dos Maias neste contexto procura apenas exemplificar a “forma de interação” nativa com a sociedade nacional, e não pretende, nem de perto, comparar a estrutura e a organização social dos Maias com a dos Terena.

A despeito da *integração econômica*, o primeiro aspecto – o comércio da produção indígena – no caso dos Terena pouco ou nada contribuiu para a construção de bases sólidas que levassem a sociedade indígena a “relações de equivalência” com a sociedade local e regional, sem que implicasse na subordinação que ora mencionamos – da economia doméstica em relação ao sistema econômico implantado pelo colonizador europeu. Esse tipo de relação sócio-econômica, que permeou a história das relações interétnicas é fundamental para esclarecer a situação indígena atual. Ao sustentar a interrelação através do *trabalho assalariado*, a sociedade Terena, conseqüentemente, inseriu-se na estrutura econômica de uma sociedade capitalista, passível, neste sentido, da exploração que é característico desse sistema. O campo das relações de trabalho no século XX demonstra que vão aparecendo novos atores e novas possibilidades que serviram de base para as relações de trabalho atuais.

CAPÍTULO 2 – A Mão de Obra Indígena e as “Usinas” de Mato Grosso do Sul.

Neste capítulo daremos ênfase na dinâmica das relações de trabalho assalariadas firmadas entre os indígenas Terena e as “usinas”³², priorizando o período que se estende de 1980, quando novamente a mão de obra indígena são aplicadas nas usinas em um contexto diferente do que foi na Usina Santo Antonio, até o ano de 1999³³, quando inicia uma nova fase nas relações de trabalho entre ambos. Este período de quase 20 anos é marcado pela precariedade das condições de trabalhos e por um relativo “abandono”, por parte dos órgãos estatais (especialmente a FUNAI) responsáveis pela “proteção” dos índios, deixando-os à mercê da “exploração” pelos capitalistas. A sociedade do Mato Grosso do Sul, de modo geral formava uma sociedade segregada, marginalizada, e apesar de alguns direitos indígenas terem sido reconhecidos ao longo dos anos, ainda se apresenta dessa forma sob muitos aspectos. Os trabalhadores indígenas da cana, no período citado, ficaram totalmente à margem dos direitos sociais do trabalho. Contudo, o quantitativo da mão de obra indígena não se declinou nas usinas, salvo em virtude da própria sazonalidade do mercado canavieiro, mas se reproduziu ao longo dos anos e ainda hoje representa uma parcela significativa do contingente de trabalhadores rurais por eles contratados. A reprodução dessa mão de obra, principalmente por se encontrar em condições marginalizadas, não pode ser tratada como um simples *fato social* de exploração do sistema capitalista, que é comum quando se refere a populações nativas. Por isso, partimos do pressuposto de que a reprodução da mão de obra indígena não é apenas consequência da penetração do capitalismo numa sociedade particular, mas é sustentado tanto pelo interesse do capitalismo nessa mão de obra quanto pela necessidade indígena do salário.

As usinas sucroalcooleiras no Mato Grosso do Sul constituem uma das principais instituições do campo das relações de trabalho pelo fato de nos últimos trinta anos terem empregado um número significativo de indígenas, principalmente Terena e Guarani, como trabalhadores rurais. O início do contato da mão de obra Terena com a primeira usina no Mato Grosso do Sul se deu em meados do século XX, por volta da década de 1940/50, em Miranda – quando este município ainda fazia parte do estado de Mato Grosso – e passou a ter maior

³² Atualmente o termo moderno do empreendimento que processa a cana de açúcar é Agroindústria. Usina é o termo comum utilizado pelos indígenas para se referirem a elas.

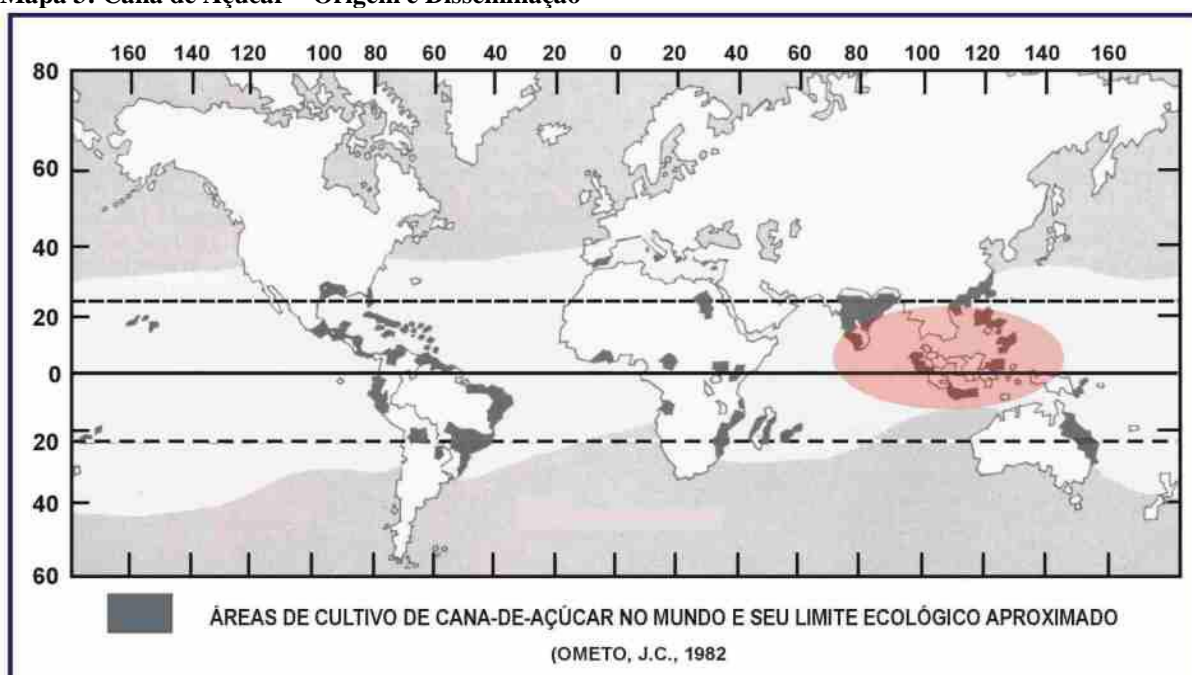
³³ Em 1999 entra em vigor o “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”, representando uma nova fase nas relações de trabalho indígena, que será tratado no capítulo 3.

visibilidade a partir dos anos 80 quando efetivamente a atividade canavieira tomou novo impulso no recém instituído estado de Mato Grosso do Sul.

O objetivo, portando, deste capítulo, é trazer vários aspectos que influenciaram e caracterizaram as relações índios-usinas, tais como: o contexto político-econômico que contribuiu para o avanço das primeiras “usinas modernas” no Mato Grosso do Sul, a dinâmica de contratação dos primeiros indígenas Terena para o trabalho no corte de cana e o trabalho nas usinas, as especificidades da relação interétnica de trabalho e os fatores que contribuíram para a continuidade dessa relação. A atuação dos indígenas como trabalhador rural assalariado nas usinas foi determinante para fortalecer a “integração” da sociedade Terena na economia regional, nacional, e até mundial, neste caso considerando os parâmetros de relações econômicas do século XXI. Por outro lado, essa interação remodelou o cotidiano das aldeias impondo novas formas de organização social como já vinha ocorrendo com os trabalhos nas fazendas, principalmente na realocação da mão de obra indígena. O ambiente em que ocorre essa relação assalariada forma um campo específico que denominaremos de “*campo das relações de trabalho agroindustriais*”. Consideramos que esse campo compreende tanto os limites territoriais das usinas quanto os ambientes em que ocorrem outros eventos relacionados ao trabalho: as aldeias, o trajeto da aldeia até à usina, os órgãos de defesa dos direitos indígenas, etc.

2.1. Os Terena e a Primeira “Usina” de Miranda

Mapa 3: Cana de Açúcar – Origem e Disseminação



Fonte: (SEMMELOTH, Werner. Apresentado na CANASUL/2010)

No mapa anterior podemos observar que a região de origem da cana (destacado pelo círculo) e a faixa territorial de disseminação e expansão do cultivo têm relação direta com grande parte dos territórios que foram ou que são habitados por populações nativas no mundo começando deste os territórios ao sul da Ásia, passando pela África até grande parte da América Latina. Isso explica porque o trabalho atualmente na agroindústria se transformou num aspecto importante do processo de territorialização e porque a etnicidade é um fator importante das relações de trabalho. Porque, na verdade, o território que antes pertencia aos grupos étnicos, além de ser dominado politicamente, também foi dominado economicamente, e a expansão da cana e da agroindústria (terminologia moderna que remete à industrialização da cana) tem um peso significativo nesse processo de dominação. O mapa permite ver, ainda, as duas maiores regiões de cultivo da cana no Brasil: Centro-Sul e Nordeste. A cana foi introduzida no Brasil pelos portugueses e se tornou um dos principais produtos agrícolas da economia colonial. Nem mesmo com o auge do ouro no século XVIII a cana deixou de ser produzida.

Antes de tratar do período proposto pelo capítulo, é importante fazer um breve retrospecto das relações de trabalho Terena já ocorrido com a usina. Em meados do século XX, por volta de 1940/50, a mão de obra Terena do município de Miranda teve seu primeiro contato com a usina e a cana de açúcar – dois importantes elementos da economia brasileira e principal empregador da mão de obra indígena durante mais de meio século no Mato Grosso do Sul. Nessa época, a Usina Santo Antonio, do município de Miranda, de propriedade de um fazendeiro local, Guilherme Maidana³⁴, empregou a mão de obra indígena no corte de cana e trato da lavoura e adquiriu cana plantada no território das Reservas. Isso demonstra uma das características marcantes do setor de não somente ter o domínio das relações capital-trabalho, mas também, do território, ou seja, provavelmente os indígenas deixaram de cultivar produtos da agricultura tradicional para cultivar cana. Tudo indica que a Usina Santo Antonio iniciou sua operação na década de 1940/1950 (Andrade, 1994) finalizando por volta de 1971/1972, de acordo com relatos orais de moradores de Miranda. Sua atividade centrava-se na produção de açúcar e cachaça para o mercado local. Cardoso de Oliveira (1968), ao mencionar a existência dessa usina, destaca a presença da mão de obra apenas de indígenas da aldeia Passarinho, justificando essa peculiaridade pela proximidade desta aldeia da Usina Santo Antonio. Apesar de, a aldeia Moreira localizar-se ao lado de Passarinho, Cardoso de Oliveira não encontrou na

³⁴ O perfil dos usineiros da época era ser fazendeiro, proprietário de grande extensão de terras (Andrade, 1994).

usina indígenas a ela pertencente. As fotos a seguir mostram as ruínas da antiga Usina Santo Antonio em Miranda.

Foto 1: “Usina Assucareira Santo Antonio Ltda”.



Foto 2: Antiga Usina Santo Antonio e a Ferrovia



Foto 3: Ruínas da Antiga Usina Santo Antonio



Foto 4: Ruínas da Antiga Usina Santo Antonio



Fonte: fotos do autor

Nossa pesquisa de campo possibilitou acrescentar que o trabalho na referida usina não se restringia aos indígenas de Passarinho, como descreveu Cardoso de Oliveira (1968). Em Lalima encontramos velhos indígenas que trabalharam nesta usina de Miranda e obtivemos nomes de outros já falecidos. Possivelmente não foi constatado por Cardoso de Oliveira pelo desajuste temporal entre o “trabalho na usina” e o “período da pesquisa”³⁵, ou porque, conforme relataram, os indígenas de Lalima se deslocavam para Passarinho e ali mantinham residência quase que permanente para trabalhar na usina, portanto, podiam afirmar serem moradores de Passarinho. Apesar da idade avançada de um ex-cortador de cana da Usina Santo Antonio, Ireno Rodrigues, ainda foi possível precisar a data em que ele trabalhou na

³⁵ Na época o acesso a Miranda era bastante precário como já relatamos anteriormente. Por esse motivo, o trabalho na usina era em tempos mais prolongados que dos dias atuais, sendo que a mão de obra de Lalima, por ainda representar uma quantidade pequena, era absorvida ainda nas fazendas da redondeza.

usina. Nascido em 1929, o ancião indígena informou que trabalhou nesta usina pela primeira vez com “*uns 16 anos*”, levando-nos a estipular o ano de 1945 do seu primeiro contato com a usina. Informa, ainda, que trabalhou no corte de cana, sendo o pagamento pela diária e por “*feixe*”³⁶ de cana cortado. O contato com a Usina Santo Antonio se dava através de empreiteiros, e com estes, ou pelas relações de trabalho construídas ao longo do tempo nas fazendas, ou através das relações cotidianas com indígenas de outras aldeias (relações de amizade e parentesco). O trabalho indígena nos canaviais seguia durante o ano todo, de acordo com o período de cada atividade: corte de cana, plantio e replantio, e limpeza da terra. Esse primeiro contato foi fundamental para os indígenas se familiarizarem com o trabalho oferecido pelas usinas e as usinas (ou os empreiteiros) conhecerem a mão de obra indígena.

Esse primeiro contato permite, ainda, fazer o enquadramento dos trabalhadores indígenas dentro da estrutura de recursos humanos das usinas. Para isso, tomamos como parâmetro a subdivisão feita pelos pesquisadores do setor canavieiro, uma vez que esta ampla subdivisão não se altera, em termos gerais, entre uma usina e outra. Andrade (1994) subdivide os trabalhadores das usinas em três grandes categorias: “*a dos empregados ligados a administração, a dos operários industriais e a dos trabalhadores rurais*” (Andrade, 1994, p.199). Essa mesma classificação foi feita por Lopes (1976), quando estudou a vida cotidiana dos operários do açúcar nas usinas de Pernambuco. O primeiro contato da mão de obra indígena, na Usina Santo Antonio, não se deu com o processo de transformação da cana, na parte industrial, mas desde o início se deslocou para as lavouras de cana, na atividade de corte onde, nas palavras de Cardoso de Oliveira, “*o índio não encontra qualquer dificuldade de adaptação. Isso quer dizer que o Terena não chega a participar de um trabalho diferente daquele a que está familiarizado, muitas vezes em sua própria aldeia*” (Cardoso de Oliveira, 1968, p.61)³⁷, ou seja, da atividade agrícola e do manuseio de ferramentas. A atividade de corte de cana coloca os indígenas no grande contingente de trabalhadores rurais das usinas.

2.2. O contexto político-econômico das usinas do Proálcool

Em finais dos anos 1970 e início dos anos 1980 uma nova fase da economia nacional incentiva a atividade sucroalcooleira no país e, com isso, o território sul-matogrossense é visto como oportunidade para o mercado da cana. Este setor da economia nacional passa a

³⁶ O feixe era um pequeno círculo de arame no qual colocava as canas cortadas para ser transportada.

³⁷ Este trecho reafirma nosso argumento de continuidade e complementaridade da economia doméstica e trabalho assalariado.

demandar mão de obra não qualificada para o trabalho de plantio, corte, e limpeza da terra. Com isso, volta a fazer parte deste cenário a mão de obra indígena, influenciado por diversos fatores. Primeiro podemos mencionar os fatores internos das Reservas: as condições econômico-sociais dos indígenas na segunda metade do século XX eram precárias, não havia investimentos suficientes do Estado na educação, na saúde e em saneamento básico. As Reservas Indígenas Terena eram como “territórios isolados”, lembrados somente em “*épocas de eleição*” ou quando os empregadores precisavam de trabalhadores, como afirmaram alguns velhos indígenas. Os índios sofriam com a falta de recursos para sustentar suas famílias dignamente. Viver “isolado” nas aldeias se tornava praticamente impossível com o passar do tempo. Era necessário intensificar a interação com a sociedade externa e os jovens trabalhadores, juntamente com os indígenas mais velhos da época, foram os primeiros a impulsionar essa nova fase, possibilitada graças à abertura do mercado de trabalho nas usinas e à continuidade das relações de trabalho com as fazendas. Segundo, são os fatores político-econômicos do Estado: as necessidades internas das Reservas Indígenas foram amenizadas com as políticas que contribuíram para o desenvolvimento das usinas e com o processo de industrialização da cana de açúcar que trouxeram oportunidades de trabalho para os indígenas. Mas, da mesma forma que a localização das fazendas no entorno das Reservas contribuiu para as relações de trabalho com os indígenas, a simples presença das usinas no Mato Grosso do Sul (o arranjo do campo das relações de trabalho) influenciou para que a mão de obra indígena se deslocasse para estes locais. Por outro lado, as atividades da economia doméstica (principalmente da lavoura), além de serem vistas como investimentos de longo prazo e exigirem dedicação exclusiva e contínua para que se obtenha retorno, são consideradas de baixa monetarização, enquanto que o trabalho nas usinas apresentava retorno de curto prazo atendendo as demandas imediatas.

Algumas políticas implementadas pelo Estado brasileiro foram de extrema importância para o setor canavieiro e interferiram de forma direta no avanço da cana e na instalação das usinas no Mato Grosso do Sul no final do século XX. Essas unidades agroindustriais são extensões de unidades localizadas nas principais regiões produtoras do Brasil. As políticas do Estado e o processo de industrialização do setor canavieiro foram resumidos por Andrade (1994) em quatro períodos:

[...] o primeiro período teria se iniciado graças aos incentivos e garantias de juros dados pelo governo imperial, a partir de 1870, com a criação dos engenhos centrais, – o primeiro engenho central começou a funcionar em 1877 –, e continuado até o fim da Primeira República, quando estes foram substituídos por numerosas usinas; o segundo período teria se iniciado com a racionalização da intervenção do Estado na

economia canavieira e com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e terminado com o fim da Segunda Guerra Mundial; o terceiro período se estenderia desde o início dos anos 50 até os anos 70, quando a política do IAA, de contingenciamento da produção, desmoronou em razão da pressão dos produtores paulistas no mercado nacional; o quarto período teria se iniciado nos anos 70, com a intervenção governamental procurando dinamizar, modernizar e acelerar a concentração da produção de açúcar e expandir a produção de álcool, visando reformular a política energética do país. (Andrade, 1994, p.36)³⁸.

Até o terceiro período a indústria brasileira da cana sofria com suas limitações técnicas e processuais. Além disso, as lutas dos operários pelos direitos trabalhistas haviam se fortalecidas desde a criação do primeiro Sindicato em Pernambuco na década de 30 (Lopes, 1976). Para os objetivos desta primeira parte interessa frisar o quarto período da industrialização da cana. É o período em que no Brasil o governo militar adota a política de *“internacionalização da economia, abrindo as portas de forma mais acentuada ao capital estrangeiro e desenvolvendo uma forte política de repressão ao movimento operário”* (Andrade, 1994, p.41). Sobre os trabalhadores rurais da cana, Andrade coloca:

...eles foram mantidos à margem dos direitos concedidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, 1943 (art. 76, 487 e 129) – salário mínimo, aviso prévio e férias remuneradas – até os anos 50, e só foram obtendo esses direitos à proporção que conseguiram algum sucesso na luta travada contra os patrões e contra o próprio Estado... (ANDRADE, 1994, pp.200/201).

A política de expansão e modernização do setor industrial canavieiro estava de acordo com a política de apoio do regime militar (1964 - 1985) às grandes propriedades rurais. A esperança do governo era de que as grandes propriedades evoluíssem e dessem conta do desenvolvimento e modernização do rural brasileiro, como indica este trecho de Wanderley (2009):

Apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, foi feito como que um voto de confiança, uma aposta de que a grande propriedade seria capaz de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna, bastando para isso apenas o apoio financeiro do Estado. (Wanderley, 2009, p.33).

O resultado desse investimento para a *“modernização da agricultura”*, porém, foi a *“subordinação da agricultura à indústria”* com implicações desastrosas na estrutura social agrária do país. Não se tratava de uma política revolucionária que buscasse reverter a situação do campesinato brasileiro, dos pobres e oprimidos da sociedade rural, de apoio à pequena propriedade como havia acontecido com sucesso na França e EUA (Wanderley, 2009), mas da manutenção do *poder secular* (Lopes, 1976) dos grandes fazendeiros proprietários de terras,

³⁸ Para detalhes de cada período consultar “Modernização e Pobreza”, Manuel C. de Andrade, 1994, pp.36-44.

com o agravante da presença maior do capital estrangeiro. Não que o conjunto dos resultados dessas ações políticas significasse um retrocesso para a economia e história do país, mas mais pelo que “*reproduziu das formas tradicionais de dominação*” (Wanderley, 2009, pp.36-37) praticadas no Brasil desde a colônia, como a concentração fundiária, a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras, a desigualdade na distribuição da renda, a proletarianização do campo e o domínio do capital. O avanço do setor canavieiro é exemplo clássico desse resultado, como demonstra este trecho de Andrade (1994) em que menciona a evolução do setor canavieiro:

Não se pode negar que a agroindústria evoluiu, no período estudado, de um sistema escravista de exploração da terra e da mão-de-obra para um patriarcalismo semicapitalista e, finalmente, para o capitalismo, em sua plenitude, dos dias atuais. Nesse caminhar, os progressos técnicos foram se realizando com implicações sobre a produção do território e sobre as relações de trabalho, provocando a extinção de grupos sociais e a elitização da riqueza; mas, à proporção que a riqueza se concentra e a tecnologia avança, novos problemas vão surgindo e novas implicações abrem perspectivas a novas mudanças. (ANDRADE, 1994, p. 9)

Apesar da sua lógica “antissocial”, os progressos técnicos que chegaram ao Brasil um século após a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII contribuíram para o melhoramento do processo de produção e para a manutenção do açúcar brasileiro no mercado internacional. No período anterior, antes da década de 70, havia a prevalência dos Engenhos Centrais, onde o governo estabelecia claramente a separação entre indústria e produtores. A criação dos Engenhos Centrais centralizou a produção de açúcar (industrialização) nas mãos dos mais capitalizados, delegando aos pequenos proprietários o cultivo da cana. A evolução técnica das usinas foi seguida de uma nova dinâmica na produção da cana de açúcar.

Com o advento das usinas e a maior demanda de cana durante a moagem, os canaviais foram se estendendo e muitos moradores foram desalojados dos seus sítios para cidades e vilas da região [Nordeste]. Passaram, então, a ser contratados por empreiteiros que comandavam grupos de trabalhadores que se deslocavam diariamente para os canaviais, em um raio de até seis quilômetros de distância, e prestavam serviços por remuneração em moeda, iniciando assim o processo de proletarianização. (ANDRADE, 1994, p. 203)

Uma vez montada as usinas – que apesar de apresentar ainda o caráter familiar, seu funcionamento não mais representava as condições anteriores de escravista e patriarcalismo semicapitalista – necessitava-se de volume cada vez maior de cana para moagem. Essa necessidade teria como consequência uma nova dinâmica de relações de produção: a subordinação dos pequenos produtores aos donos do capital (Neves, 1981).

A instalação das usinas nos anos 80 no Mato Grosso do Sul não se deu ao lado das reservas Terena do município de Miranda, mas num raio acima de 200 km. Portanto, como

demonstramos no capítulo 1, a expropriação Terena não ocorreu com o advento da cana, mas com a política de colonização adotada pelo Estado e a implantação das fazendas de gado. No entanto, o que esboçamos até aqui apresenta outro aspecto provocado pela presença das usinas: a inserção das formas de produção indígena e da economia indígena na estrutura capitalista. Um caso semelhante de incorporação de estruturas peculiares de produção pelo capitalismo foi estudado por Neves (1981). Ao estudar os pequenos produtores de cana no estado do Rio de Janeiro, a autora apresenta como o capitalismo e o *poder do capital* absorve e reordena as ações de atores menos capitalizados e submete-os na busca de formas de readaptação ao sistema. A análise de Neves (1981) permite observar como formas específicas de produção (podemos considerar a produção tradicional Terena) estão inseridas num sistema econômico maior de relações dominante/dominados. Isso permite uma relativa comparação com o que ocorreu com o Terena nos anos 1950, que apesar de serem ciclos diferente a da Usina Santo Antonio e a do Proálcool, mostra que o campo das relações agroindustriais tem sua gênese já neste período de 1945 – 1971, centralizando assim uma parcela significativa da mão de obra Terena. Sua análise prossegue não apenas para mostrar os mecanismos de subordinação, como coloca, mas apresentar também que, através do poder do capital que se impõe e que reestrutura as relações sociais, em contraposição os produtores se rearticulam frente ao processo possibilitando outras formas de reprodução do grupo. O aspecto da reprodução social é o elemento que queremos destacar neste trabalho, que por sua vez reordena o cotidiano como um todo das aldeias Terena. No entanto, não se trata de uma simples reprodução como até então temos conhecimento, mas da reprodução social e do trabalho indígena, que tem se colocado numa condição subalterno ante as instituições com as quais se relacionam.

Ficava claro que, a partir dos anos 70, a estrutura do rural brasileiro caracterizar-se-ia pelas grandes propriedades rurais (os latifúndios), eliminação dos pequenos agricultores e marginalização do camponês. Esse tipo de reestruturação do rural brasileiro, advindo da política do regime militar, afetava também as Reservas Indígenas na época, uma vez que se inseriam no conjunto das pequenas propriedades do rural brasileiro³⁹, eliminando qualquer possibilidade de desenvolvimento da economia tradicional Terena que ainda mantinha a forma familiar de produção e a precária atividade de comércio dos seus produtos. Neste quarto período o Proálcool (1975) viria intensificar a produção da cana e estimular a implantação de novas usinas e destilarias no Mato Grosso do Sul, ainda que em quantidade

³⁹ Podemos assim classificar considerando o tamanho das reservas pelo número de habitantes nesse período.

pequena se comparado ao quantitativo dos principais produtores nacionais: Centro Sul e Nordeste. As primeiras usinas que se instalaram no Mato Grosso do Sul em finais de 70 e início dos 80 são investimentos ligados aos capitais de São Paulo e do Nordeste.

No início do período “moderno” das usinas, a área de cana plantada em Mato Grosso⁴⁰ no ano de 1970 totalizava 3.900 hectares e uma produção de 74.393 toneladas. Em 1980, com o estado já dividido, somente Mato Grosso do Sul tinha 9.547 hectares cultivada e uma produção de 242.042 toneladas. (Andrade, 1994). O primeiro dado informa que o estado de Mato Grosso até essa data tinha uma produção muito pequena em relação à produção nacional, já bastante avançada nas regiões Centro Sul e Nordeste brasileiras. Antes de intensificar a relação com o mercado nacional, a produção de Mato Grosso destinava somente para o mercado local: *“Em Mato Grosso, devido as dificuldade de abastecimento [...] foram instaladas pequenas usinas nos núcleos de maior densidade populacional, em torno de Cáceres, de Cuiabá e de Miranda”* (Andrade, 1994, p.48). Esse trecho confirma, em certa medida, a importância local da Usina Santo Antonio que mencionamos, desativada logo após a política de internacionalização da economia. Já o volume apresentado para o ano de 1980 refere-se a uma data pós-implantação da política do Proálcool, de 1975, demonstrando um crescimento significativo da lavoura de cana.

Quando a mão de obra Terena passou a ser definitivamente incorporada no processo de produção da cana, o estado de Mato Grosso do Sul contava com 5 indústrias sucroalcooleiras:

Tabela 7: Primeiras Usinas do Mato Grosso do Sul

Usinas	Ano de Fundação	Município
CBAA Sidrolândia	1977	Sidrolândia
Sonora	1978	Sonora
Debrasa	1979	Brasilândia
Alcoolvale	1981	Aparecida do Taboado
Passatempo	1982	Maracajú

Fonte: pesquisa na *internet*

O apoio do Estado Nacional para a modernização da indústria canavieira foi através das ações de políticas públicas para o setor – leis e programas de incentivos – tanto para a parte agrícola quanto para a industrial, dentre os quais podemos citar: o *“Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar”* (lei 1.168, de 27 de agosto de 1971) concretizado pelo *“Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971)”* e o *“Programa de*

⁴⁰ Neste ano Mato Grosso ainda não havia sido desmembrada. A subdivisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul só ocorreria no ano de 1977.

Apoio à Agroindústria Açucareira (1973)”, (Andrade, 1994, p.42). Para a parte industrial foi criado o Planalsúcar e, em 1975, o Proálcool “*que permitiu a implantação de mais de uma centena de destilarias autônomas e a expansão dos canaviais...*” (Andrade, 1994, p.42). O Proálcool nascia sob o argumento de que “*a expansão da área cultivada... aumentaria a produção e provocaria o crescimento da oferta de empregos para a população de baixa renda*” (Andrade, 1994, p.84). Com o fim do regime militar, a política de “*internacionalização da economia*” foi mantida na Nova República e atingiu seu período mais intenso desde sua implantação. Aumentou ainda mais a concentração de terras e da renda nas mãos dos grupos mais ligados ao poder político. “*Para se alcançar a maximização dos lucros, empobreceu-se mais ainda o trabalhador e degradou-se mais acentuadamente o meio ambiente*”, (Andrade, 1994, p.43). Já sendo bastante comum a aplicação da mão de obra fora das Reservas, as usinas que se instalavam no Mato Grosso do Sul se apresentaram como uma nova oportunidade de renda para os indígenas.

2.3. Os Terena nas usinas do Proálcool

2.3.1. Características das relações interétnicas de trabalho

“O senhor se lembra como eles entraram em contato com os índios?”

“Eles [representantes da usina] chegaram na Lalima através de um empreiteiro, esqueci o nome dele, decerto já morreu, bicho ruim também. Aí foi uma turma pra lá [na usina Xavante] e eu fui também, quase morri de fome lá! O empreiteiro não era da firma né, aí vim embora, ainda bem que eu tinha um ‘troquinho’ que deu pra vim embora até Campo Grande...”

Aí vortei pra lá de novo, aí fizemos barraco, levamos cozinheira, aí melhorou, na segunda vez já. Já começamos a tratar direto com o gerente, comida era a vontade. O gerente da Xavante era Carlinhos. Eles que entravam em contato, agenciador e gerente. Agenciador era quem vinha procurar gente.

Debrasa também, lá foi bom porque a cantina era no barraco, bem tratado. Mas só que o preço era, não dava pra ganhar também. Por exemplo, hoje vamos supor que estejam cortando lá de 45, 50 reais, é, as 8 horas né [de trabalho]? Aí quando é amanhã eles baixam, é assim que eles levam.

Antes o preço dependia da cana. Na Debrasa o preço era muito baixo. Agora na Nova Andradina dava até pra ganhar, porque aí tinha acordo né? Eu brigava lá com o gerente. Falei: senão vou recolher a turma né, porque nós não viemos aqui pra tomar prejuízo nem dar prejuízo pra firma. Ele ficava... e falava: mas você não tem jeito né Bernado? Falei: mas eu vou deixar meu pessoal sofrer pra não levar nada pra casa? Né? E eu, e minha produção como é que fica? Aí ele mandava o fiscal de campo que fala, cuidar lá né, aí ele suspendia um pouco.

Mas era quase toda semana tinha que brigar com ele. Se deixasse por conta deles era só um precinho.

Os primeiros que chegaram lá foram os guarani. Aí foram dispensando porque andavam matando muito lá, entre eles mesmo. E ninguém me fala o que é cana, nooossa!!

Eles baseiam no salário né? E tem hora extra agora né, de primeiro não tinha não.

Por exemplo, como tá seca agora, se era pra cortar muda, meu era contrato né, contrato lá no Posto, não tinha nada de Carteira não, sabe? Contrato pro grupo, quem assinava era o Chefe [de Posto] lá, e o agenciador e eu né! Aí eu fazia um contrato, por exemplo, o agenciador queria que eu fosse pra cortar muda né, então meu grupo era só na muda, cortar muda para plantio. Porque arquivava [o contrato] e era aquele serviço. E agora não é diverso né? Por exemplo, tá seco aí, não vai poder cortar muda que estraga, perde tudo, manda carpir, manda arrancar colônia, de primeiro não, era só aquele serviço. Carlinhos brigou muito comigo, falei não posso! O senhor não tem o contrato aí? Eu tenho aqui o canhoto. Falei: e o pessoal? Chego lá [na turma] e faço reunião eles vão querer ir embora, você tem que arrumar o ônibus, que nós viemos pra esse fim, pra fazer esse serviço! Falava: é, mas você não tem jeito né? Falei 'não é não tem jeito né', é o contrato. Falei se não respeitar esse contrato, é federal né? É igual carteira, é seguro né?

Benefícios não existia. Era aquilo que você ganhou e acabou. Agora pagava né, a diária. Ficamos 22 dias lá parado, só comendo, dormindo, jogando bola e baralho, porque meu contrato era pra cortar muda.

Mas no mais era bom, era fatura! Brilhante então, noossa!! Cada 8 dia chegava caminhãozinho de compra heim, mas sobrava comida! Aquelas pescada ficava de monte lá, ninguém comia mais. Enjoava né?

É porque maioria, quase ninguém de nós ganhava dinheiro né, mixaria só né. Mas que veio ônibus cheio de compra, veio! Vinha de tudo!

Aquele tempo era bom. Agora é só gasto (adiantamento). Come aqui e só come lá. Quando estava na Nova Andradina também era bom, era rodízio na estrada, tudo por conta da firma."

"Já existia uma preferência do trabalho na usina do que o trabalho dentro da aldeia?"

"Com certeza. Esse que velho Ireno fala né: mas a gente gosta de ser mandado né, sofre, frio, sede, aquele tempo não tinha nada gelado, não tinha ônibus, aí a gente chega lá no Lalima e não quer trabalhar, e é certinho: índio gosta de ser mandado" (conversa informal com meu avô Bernardino Rodrigues, indígena de Lalima e ex-cabeçante, trabalhou desde o início dos anos 80 até por volta de 1993).

Depois de décadas de trabalhos com fazendeiros e empreiteiros da região, muitas vezes assumindo a responsabilidade de empreiteiro, ficou fácil para os Terena estabelecer os primeiros contatos com as usinas do Proálcool em Mato Grosso do Sul. É no contexto da política do regime militar, especialmente a partir da implantação das novas usinas e destilarias

no estado, em fins dos anos 70 e início dos 80, que a mão de obra Terena inicia efetivamente sua relação assalariada com a lavoura da cana. Até então era incomum o deslocamento temporário dos Terena para trabalhar em usinas, com exceção do que havia ocorrido em Miranda, na Usina Santo Antonio, na década de 50. Após ter sido aplicada na Usina Santo Antonio, e com as experiências das relações estabelecidas com fazendas de dentro e fora do estado, a mão de obra Terena passou a compor o grande contingente de *trabalhadores rurais* das usinas, iniciando um ciclo importante das relações econômicas Terena: migrações frequentes da mão de obra para as lavouras de cana.

O empreiteiro, como mencionou Bernardino, foi a porta de entrada para o trabalho indígena nas usinas, mas não a continuidade, pelo fato de não haver uma interrelação harmoniosa entre os trabalhadores indígenas e os empreiteiros que lá atuavam. Quando conheceram a mão de obra Terena, as usinas passaram a negociar, portanto, diretamente com os indígenas, sem que se dispensasse a figura de um líder para a equipe de trabalho. Na relação entre índios e usinas desaparece a figura do empreiteiro e surge a figura do “cabeçante”. O “cabeçante”, necessariamente um indígena do próprio grupo, foi institucionalizado para liderar uma “turma” de trabalhadores também indígenas. Essa figura que desponta dentro de uma determinada equipe, com um papel específico de mediador entre trabalhadores indígenas e usinas, não pode ser confundida com o papel antes desempenhado pelo empreiteiro, mesmo que, porventura, venha ser chamado de empreiteiro. Ou seja, a figura do empreiteiro está vinculada a uma representação particular para os trabalhadores indígenas, muito possivelmente um alguém “de fora” cuja responsabilidade se limita ao recrutamento, representação do patrão, cuidado com a equipe, organização e fiscalização do trabalho. Já o cabeçante, além dessas funções nas relações de trabalho, ele desempenha um papel de liderança e é reconhecido como líder não só diante da equipe de trabalho, mas dentro da aldeia ou da Reserva ao qual pertence. Portanto, não podemos considerar apenas o desempenho de papéis de ambos sem antes considerar o significado de cada um e que o cabeçante é uma *referência* diante do grupo. A categoria “turma” é utilizada entre os indígenas para designar uma equipe de trabalho liderado por um “cabeçante”. Esse primeiro aspecto do trabalho nas usinas representa um elemento importante das *relações interétnicas de trabalho*: o indígena se submete ao trabalho nos canaviais, mas com a condição de ter por “cabeça” um indígena pertencente ao seu grupo. A substituição do empreiteiro pelo “cabeçante” demonstra uma das especificidades nas relações de trabalho indígena, ou seja, da etnicidade na construção do campo das relações de trabalho agroindustriais onde aparece

(numa posição ambígua) como representante dos indígenas e da usina ao mesmo tempo. Geralmente os primeiros cabeçantes foram aqueles que já possuíam experiências na liderança de equipes de trabalho, domínio da escrita, capacidade de negociação e reconhecido como líder diante de determinado espaço.

Bernardino Rodrigues, indígena de Lalima, foi um dos primeiros “cabeçantes” a liderar “turmas” de trabalho para as usinas. A primeira usina na qual trabalhou foi a Xavante (atualmente Santa Helena), onde não permaneceu por “ter passado fome”. O dizer “*quase morri de fome lá*” demonstra o descuido que teve o empreiteiro com o bem estar da equipe de trabalhadores, gerando insatisfações. Como vimos no capítulo 1, a relação com empreiteiros *purutuye* são de longa data, sendo eles os primeiros intermediadores da mão de obra Terena com o mercado de trabalho local e regional. Além de Bernardino, outros como Silvestre e Natalício “encabeçaram” várias turmas para as usinas no início dos anos 80.

Os objetivos do Estado Nacional em relação à mão de obra indígena – a “civilização” para a produção capitalista – estavam prestes a apresentar, depois das fazendas, com sua aplicação nas usinas dos anos 80, outra “evolução” significativa nas relações de trabalho. O trabalhador indígena, que gradativamente assumiu compromissos trabalhistas com o setor agropecuário regional, passaria, então, a ocupar espaços na agroindústria canavieira, nos trabalhos “pesados” do corte de cana. As usinas que se instalavam em Mato Grosso do Sul não tiveram a menor dificuldade de recrutar mão de obra para os trabalhos rurais, uma vez que tinham a sua disposição um grande contingente indígena apta para o trabalho, bastante experientes no manejo de ferramentas, como o facão, e vivendo sob condições de extrema precariedade.

Estando as Reservas Terena concentradas na região pantaneira, os deslocamentos se deram para as regiões norte, leste e centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul, numa distância superior a 200 km das aldeias de Miranda (mapa 4). Bernardino Rodrigues, ex-cabeçante de Lalima, não se recorda quando iniciou o recrutamento de trabalhadores para as usinas, mas se lembra que a última vez que foi à Sonora, região norte do estado, foi em 1982, e que antes desta data já mantinha relações com esta mesma usina. Depois levou “turmas” para Debrasa (em Brasilândia), região leste; Passatempo (em Rio Brilhante) e Xavante, atualmente Santa Helena (em Nova Andradina), região centro-sul; trabalhou, ainda, nas usinas Cachoeirão (Nova Alvorada do Sul) e MR (atual LDC Maracajú).

Além da figura do “cabeçante”, outros elementos caracterizaram a peculiaridade das relações de trabalho em questão. Bernardino ao mencionar a existência do “canhoto”, leva a

crer que havia um contrato de prestação de serviços. Os contratos de equipe eram firmados nos Postos Indígenas entre representante das usinas, cabeçantes, representantes locais (Chefe de Posto e cacique) e testemunhas. Logo quando intensificou o deslocamento de trabalhadores indígenas para as usinas, observamos que o órgão de tutela, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI tentou atuar na gestão e controle da mão de obra indígena, mas não impôs resistência à exploração destes trabalhadores. O ato da assinatura do contrato representava, apenas simbolicamente, a assistência tutelar dada pela FUNAI aos trabalhadores indígenas. Nesta época, a FUNAI, através dos Postos Indígenas, já havia deixado de fazer o controle de saída e entrada de trabalhadores como no início da formação das Reservas, pois esse fato apresentava-se com maior frequência, mas mantinham certo monitoramento da contratação de grande quantidade de trabalhadores por uma única empresa, como estava acontecendo com as usinas.

A análise superficial que fizemos dos “Contratos” dos anos 80 e 90 demonstrou, na verdade, o “descuidado” e cumplicidade na exploração dos trabalhadores indígenas por parte do órgão tutelar. É o caso dos documentos comprobatórios encontrados em Lalima, de 1988, denominados de “*Contrato de Trabalho*”, firmado entre a Destilaria Nova Andradina S/A, os cabeçantes Silvestre Pereira de Souza e Natalício Correia e o Chefe Substituto do Posto Indígena de Lalima, Maximiano Campos Leite. Por ser um modelo padrão de contrato elaborado pela FUNAI, muito provavelmente tenha sido utilizado no contrato de indígenas em outras Reservas. Nestes contratos não havia restrição do trabalho para menores, fato que resultou na presença de crianças, e também mulheres, no trabalho de corte ou manejo de cana. As mulheres que acompanharam seus esposos no trabalho das usinas geralmente ficaram encarregadas das atividades domésticas no “barraco”. Exerciam geralmente a mesma função na Reserva, ou seja, cozinhar, lavar roupas, cuidar da casa e das crianças. Na primeira metade dos anos 90, até 1995, observamos que os contratos traziam uma cláusula, geralmente acrescentada pelo responsável do Posto Indígena, estabelecendo a idade mínima de 14 anos para os trabalhos nas usinas. A partir de 1996 a idade mínima passa a ser de 16 anos estando esta vigente até a homologação do “Pacto Comunitário das Relações Sociais de Trabalho Indígena”, de 1999. Todavia, como a formação das “turmas” ficava sob responsabilidade do cabeçante, e pelo fato do órgão tutelar e da contratante não se preocupar com a correta identificação do trabalhador indígena, a idade mínima não representava um impedimento para um menor, interessado em trabalhar na usina, ser contratado. Como “*naquele tempo era só no*

caderninho”, segundo os indígenas, “*bastava colocar o nome na lista que já ia trabalhar*”⁴¹. Mesmo nos períodos em que começaram a exigir a idade mínima, foi possível driblar a fiscalização. Gilmar Vieira Dias, ex-cacique em Lalima, conta que omitiu a idade para poder trabalhar na usina. Tinha 12 anos quando foi para a usina pela primeira vez, seu pai era doente e sem poder trabalhar a família passava por necessidades. Muitos trabalhadores indígenas menores, com histórias parecidas, fizeram o mesmo caminho. Quando havia fiscalização tinham que se esconder pelo córrego ou canaviais para não comprometer o cabeçante e o empregador.

No período que estamos analisando, início dos anos 80 e maior parte dos 90, a idade mínima, como vimos, e a ausência de direitos trabalhistas ficaram longe de serem impedimentos para o trabalho indígena nos canaviais. Os Contratos encontrados deste período são muito vagos de informações e nem sempre foram cumpridos em sua totalidade. O que mais chama a atenção é o constante no art. 9º: “*Findo o prazo dêste Contrato o Empregador poderá despedir o Empregado sem estar obrigado ao pagamento de qualquer indenização, nem a lhe dar aviso prévio; entretanto, caso seja dado, apenas para governo do Empregado não implicará no pagamento de indenização*”, ou seja, claramente estipulado a ausência de direitos. Além disso, os contratos não previam a assinatura das respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, nem o seu próprio registro na Delegacia Regional do Trabalho, como requisito fundamental para sua validade, caracterizando-se, dessa forma, nos chamados “contrato de boca”. Os trabalhadores rurais indígenas constituíam um grupo extremamente à margem dos direitos trabalhistas.

Ainda nos anos 80 várias famílias indígenas trabalharam nas usinas. Bernardino Rodrigues foi um dos cabeçantes que levou sob seus cuidados trabalhadores acompanhado de mulheres e crianças. A usina Xavante, segundo ele, foi uma das que empregaram indígenas com suas respectivas famílias. Essas famílias construíam “barracos” separados dos demais trabalhadores, cozinham separados e geralmente trabalhavam na modalidade de “empreitada”. Por esse motivo que muitas mulheres e crianças trabalharam no corte de cana, ajudando o esposo ou os pais. Na modalidade de empreitada trabalhavam o máximo de tempo diário possível para que pudessem atingir uma boa produção. E essa presença das famílias nas usinas nos anos 80 é outro aspecto importante do campo das relações de trabalho

⁴¹ A presença de menores no trabalho, na maioria dos casos, é justificada pelos próprios trabalhadores pela extrema necessidade de trabalhar fora para ajudar os pais ou a família. Sendo o cabeçante e o Chefe de Posto conhecedores da situação de cada família, não impedia o menor de trabalhar. Por outro lado, esse aspecto demonstra que o órgão responsável pela “assistência” ao índio era incapaz de assegurar e investir na melhoria da qualidade de vida, na educação, na saúde e na economia, compartilhando de sua exploração.

agroindustriais no que se refere à relação interétnica e à reciprocidade de demanda. Isso demonstra que ocorreu um processo gradativo de extensão do modelo das atividades da economia doméstica para dentro das usinas. O que hoje é considerado como trabalho precário e análogo à escravidão, no passado foi, na verdade, uma extensão de parte da economia doméstica com todas as suas características, inclusive relações sexuais, porque o trabalhador teve ao seu redor a família, teve o seu próprio “barraco” como se fosse sua própria casa, e ainda fazia a comida da forma como estava acostumado fazer na Reserva. É por esse motivo que existe o saudosismo por parte dos indígenas em relação a isso. O corte de cana foi trabalho de muitos indígenas entre 9 e 17 anos. A restrição nesse período não foi à idade, mas à força, ou seja, seguia-se o mesmo padrão do trabalho nas fazendas: exigia-se apenas força para erguer o facão. Mesmo sendo responsável pela gestão e fiscalização da mão de obra indígena, com o objetivo de evitar a exploração a que estavam expostos, a FUNAI compartilhava da dominação dos capitalistas sobre a mão de obra indígena quando da não exigência do cumprimento legal das normas do contrato de trabalho.

Outro aspecto relevante dessa relação interétnica de trabalho é o período contratado para o trabalho nas usinas: grande parte por tempo determinado e não superior a 70 dias. Por um lado, nas relações trabalhistas anteriores esse aspecto representava requisito indispensável para os indígenas firmarem compromisso de trabalho, uma vez que prezavam pelo vínculo cultural e social com seu local de origem. Por outro, por se tratar de mão de obra disponível, o capitalista utilizou-se desse requisito para descaracterizar a continuidade do trabalho e o vínculo empregatício nas usinas, em grande medida consentido pela FUNAI.

Outro elemento que vale destacar é o pagamento do “adiantamento”. Nas relações de trabalho com as usinas, no ato da contratação cada trabalhador tomava como “adiantamento” um valor X destinado à manutenção de sua família durante o período em que estaria ausente. Este valor, pago em espécie quando os trabalhadores ainda estavam nas reservas, caracterizava, na verdade, uma espécie de dominação pelo poder do capital, que gerava em cada trabalhador um compromisso financeiro e moral com seu empregador. Caso o trabalhador, com o adiantamento em mãos, não se destinasse à usina – golpe conhecido como “*nó*” ou “*cano*” – isso implicava na desvalorização moral diante do seu empregador, do cabeçante e diante de seus colegas de turma, fato extremamente ruim para quem frequentemente necessitava dos trabalhos esporádicos das usinas.

2.3.2. Condições físicas nos locais de trabalho

Outros indígenas que trabalharam desde os anos 80 até pelo menos meados dos anos 90, e principalmente aqueles que chegaram a conhecer as condições de antes e de hoje (alojamento, alimentação, natureza do trabalho, etc.) informaram que as condições de trabalho nas usinas eram extremamente precárias. Os trabalhadores que se deslocavam de suas aldeias para trabalhar no corte de cana queimada, de muda ou no plantio eram alojados em barracos de lona. Esses barracos eram levantados pelos próprios trabalhadores quando chegavam nas usinas e, de preferência, sempre próximos a algum córrego de onde pudessem retirar água para banhar, cozinhar, lavar roupa e consumir. As condições de limpeza e higienização do alojamento eram muito ruins. Esses trabalhadores contam que o período de trabalho iniciava antes do clarear do dia e finalizava com o pôr do sol, era uma jornada diária longa, de trabalho intenso e sob condições climáticas críticas (às vezes sol ou frio muito intenso). Não havia equipamento de proteção individual nem água em condições adequadas de beber. Apesar de alguns contratos preverem a fiscalização das condições de trabalho, os relatos informam total abandono e desrespeito às leis trabalhistas por parte dos usineiros.

2.3.3. Condições sociais das Reservas

As Reservas Terena dos anos 1980, de acordo com o que pudemos registrar dos relatos orais indígenas, não passavam de pequenos povoados pobres do rural brasileiro. No final dos anos 70 surgiu uma visão desenvolvimentista (como a do Projeto Agrícola que chegou às Reservas de Miranda), mas a questão é que as condições da política de “desenvolvimento” do Estado não rompiam com a lógica da hegemonia das grandes propriedades rurais e, dessa forma, os projetos voltados para a pequena produção não atingiam os resultados esperados. Diante disso, as Reservas indígenas constituíam uma parcela da população excluída, salvo nos anos eleitorais ou quando necessitavam de mão de obra, como enfatizam os indígenas. Lalima, por exemplo, localizado a 40 km da cidade sequer possuía uma estrada de acesso adequado até pelo menos o início dos anos 80. As crianças estudavam até a quarta série do Ensino Fundamental (fato que se repetiu até a segunda metade dos anos 90), e depois sem ter como dar continuidade, tinham que trabalhar na roça, nas fazendas ou nas usinas. *“Naquela época a gente passava necessidade mesmo, a gente não tinha nada, mamãe era doente, papai*

não ‘tava’ nem aí pra gente, passava fome mesmo! Aí quando surgiu esse negócio de usina não pensamos duas vezes” (trabalhador indígena).

A narrativa de Bernardino da epígrafe demonstra uma visão conflitante do trabalho na usina. Ora enfatiza o lado bom, geralmente ligado ao tratamento dado pelas usinas: *“aí melhorou, na segunda vez já... já começamos a tratar direto com o gerente, comida era a vontade..”, “Debrasa também, lá foi bom porque a cantina era no barraco, bem tratado”, “Mas no mais era bom, era fartura!”*; ora enfatiza o lado negativo do trabalho: *“quase morri de fome lá..”, “mas só que o preço era, não dava pra ganhar também...”, “E ninguém me fala o que é cana, nooossa!!”, “É porque maioria, quase ninguém de nós ganhava dinheiro né, mixaria só né...”*. Esse dilema perpassa por grande parte das narrativas e diálogos que observamos junto aos Terena. Existe certa inclinação em “negativar” o trabalho nas usinas e apresentar formas de resistências a ele, dando como exemplos de fonte de renda a pesca, a lavoura ou o artesanato, mas por outro lado *“quando chega o aperto”* acabam sendo vencidos pela necessidade de *“ganhar dinheiro”*.

Apesar da última fala de Bernardino ser aceita por grande parte dos trabalhadores como uma afirmativa verdadeira, ela é justificada pelos demais trabalhadores, tanto daqueles dos anos 80 quanto ao dos dias atuais. O “sofrimento” ao qual os indígenas se expõem tem suas motivações estreitamente vinculados à precariedade com as quais viviam e vivem em suas aldeias: *“De primeiro não existia ajuda nenhuma de parte nenhuma, aí tinha que sair pra trabalhar pra fora”* (Galdino Gomes, indígena de Lalima). *“Naquela época todo mundo ia, gurizada que agüentava trabalhar já ia pra fora, o que a gente buscava mais era ganhar dinheiro mesmo, ajudar em casa, comprar algumas coisa pra gente”* (Pedro Rodrigues). Rosalino Rodrigues justifica que no início foi porque precisava ajudar a mãe, família passava necessidades. Atualmente porque é uma das alternativas que tem. É pedreiro, mas quando não tem serviço por perto vai para a usina. Valdir Xavier afirma que *“foi porque os cara iam, diziam que era bom... como eu queria ganhar dinheiro eu fui também... e queria ajudar a mãe também”*.

Assim segue a maioria dos relatos indígenas sobre os motivos de se submeterem ao trabalho na usina: justificam pelas necessidades próprias e da família. As principais razões são bastante diversificadas e ganharam novos elementos nestes 30 anos em que a mão de obra é aplicada na usina: no início, dizem os trabalhadores, havia muita pobreza, queriam logo ajudar os pais, poder comprar seus próprios objetos (roupas, calçados), alguns tinham os pais enfermos, outros foram influenciados pelos amigos e o desejo de conhecer ia se tornando mais

frequente, os casados precisavam sustentar a família. Tudo isso se completava com a ausência de empreendimento nas proximidades das aldeias que absorvessem a mão de obra disponível nas reservas. Nas fazendas os trabalhos esporádicos nem sempre contratavam uma quantidade expressiva de trabalhadores. Ao contrário das usinas, que oferecia trabalhos praticamente o ano todo e absorvia várias “turmas”.

Com o passar do tempo essa relação foi sofrendo alterações, as instituições fiscalizadoras foram se tornando mais presentes, as usinas foram entrando em conformidades exigidas pelo mercado, nas aldeias foram surgindo novas necessidades reconduzindo a uma nova dinâmica de relações internas e externas: apesar do ensino ganhar importância, muitos jovens abandonaram a escola para se disporem ao corte de cana, o descrédito nas atividades tradicionais incentivaram a procura de trabalho externo, o mercado trouxe novos elementos de consumo (TV's, aparelhos de som, eletrodomésticos, eletrônicos, veículos, etc.) e as usinas continuaram absorvendo grande parte dessa mão de obra. Com a mão de obra indígena sendo aplicada nas usinas emergia uma nova dinâmica de relação entre as aldeias e a cidade, principalmente porque o trabalho aumentava a capacidade de consumo dos indígenas, antes muito limitado por falta de recursos financeiros⁴². Bastaram as primeiras experiências para que outros indígenas fossem influenciados pelos amigos para o trabalho nas usinas. A educação e a formação profissional se tornavam aspectos secundários para a maioria dos indígenas diante das necessidades imediatas. Havia uma grande ausência de perspectivas através da educação escolar. As necessidades de melhorar a condição da família soavam mais altas, levando homens e mulheres a sair em busca de trabalho fora.

2.4. Considerações

A principal contribuição deste capítulo é mostrar como se deu o processo de transformação do campo das relações de trabalho indígena e como as relações anteriores (com as fazendas e o Posto) serviram de bases para a construção do campo das relações de trabalho agroindustriais (emergência da usina como segundo ator principal das relações de trabalho indígena). Ou seja, a agroindústria não se expandiu para o Mato Grosso do Sul numa espécie de aventura empresarial, mas tinha como ponto de partida uma base sólida do empreendimento agropecuário que serviu de referência e, ainda, uma experiência concreta de produção e industrialização da cana anterior (a Usina Santo Antonio em Miranda) que

⁴² Ver capítulo 1.

funcionara exatamente no município de maior concentração da população Terena conhecida como exímio no manejo de ferramentas e “ideal” para a colheita da cana. As condições criadas anteriormente (pela fazenda, pelo Posto e pela Usina Santo Antonio) serviram para as usinas mobilizarem os indígenas coletivamente.

A emergência das usinas no campo das relações de trabalho indígena implica na transformação do padrão de relações de trabalho e de (re)valorização do trabalho assalariado. Ou seja, anteriormente o trabalho era executado para o Posto e para as fazendas, principalmente, sob o comando do Encarregado de Posto e de empreiteiros. A agroindústria transformou essa relação quando transferiu parte da economia doméstica Terena para dentro das usinas, e que, por outro lado, não deixou de prolongar o padrão capitalista de conduzir o trabalho indígena para uma produção que tem seus objetivos definidos não pelos índios, mas pelo poder do capital. Nesse contexto de mobilização do coletivo emerge a figura do “cabeçante” no controle e proteção dos trabalhadores. O papel de liderança não mais se dava sobre pequenos grupos como ocorria nos trabalhos em fazendas, mas sobre “turmas” cada vez mais numerosas de trabalhadores. Ao mesmo tempo em que representava os indígenas, defendendo o cumprimento das “cláusulas do contrato”, solicitando aumento no preço da cana, reivindicando melhores condições de trabalho, etc., representava também as usinas diante dos trabalhadores, ou seja, controlava a execução do trabalho, anotava os incidentes trabalhistas, fiscalizava o trabalho, controlava a turma, etc. A posição ambígua do cabeçante é um aspecto importante da etnicidade nesse novo campo de relações de trabalho e extremamente necessário na concepção indígena para a concretização das relações de trabalho. A principal diferença entre fazenda, Posto e usina é que esta última centraliza grande quantidade de trabalhadores indígenas durante todo o ano, ou seja, a oferta de trabalho é feita de forma regular. A valorização, portanto, do trabalho assalariado nas usinas e a motivação para trabalhar no corte de cana apoiam-se nessa regularidade, nas especificidades étnicas das relações de trabalho, na reciprocidade de demanda e na baixa monetarização das atividades da economia doméstica. O campo das relações de trabalho agroindustriais não mais representa as atividades do Posto, da fazenda ou a “changa” que são precárias e eventuais, muitas vezes, mas significa o “serviço” regular.

Capítulo 3 – O Trabalho Assalariado Indígena, a Agroindústria Moderna e o Contexto das Reservas Terena Contemporâneas

Neste capítulo daremos continuidade na análise das relações de trabalho entre os indígenas Terena e as usinas, enfatizando o período que compreende o ano de 1999 a 2011. Esse período marca uma nova fase nas relações de trabalho entre índios e usinas, pois entra em vigor o “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”, implantado pelo Ministério Público do Trabalho e firmado com as demais instituições do circuito das relações de trabalho indígenas, especialmente com seus empregadores. O “Pacto” modificou, ainda que de forma lenta, mas gradativa, a natureza das relações de trabalho que vigoravam por cerca de duas décadas, trazendo como elementos principais o reconhecimento dos direitos sociais constitucionais do trabalho e a exigência de tratamento diferenciado ao trabalhador indígena nas suas contratações. Não somente o Pacto é responsável pelas mudanças, mas também o mercado consumidor, que se colocou cada vez mais exigente e próprio fiscalizador do processo holístico de produção, demandando políticas de reparos aos impactos sociais e ambientais. E, ainda, com o afloramento da preocupação com as questões sociais e ambientais, passa a haver maior presença das ONG’s no debate e publicação desses elementos, tanto em nível nacional quanto internacional.

Este período é marcado, ainda, por uma fase de crescimento significativo do setor canavieiro. Pela terceira vez em trinta anos o petróleo anuncia sua crise mundial e faz emergir a preocupação com a escassez e o fim desse recurso natural, abrindo espaço para a humanidade buscar novas fontes alternativas de energias renováveis dentro dos requisitos da preservação do meio ambiente. Além disso, o setor canavieiro foi impulsionado por diversos outros acontecimentos nacionais e internacionais. Diante de tais acontecimentos, o Estado brasileiro abriu espaço, não apenas para debater a questão, mas desde logo, para o investimento de capital estrangeiro na economia nacional. Com a emergência do etanol como principal produto para a crise, o governo brasileiro, nas suas relações internacionais buscou transformá-lo numa *commodity* agrícola. Novos elementos como a mecanização passam a fazer parte do cenário rural das usinas, a partir do ano 2000, e mais uma vez os trabalhadores rurais do setor ficaram a margem das políticas públicas de modernização agroindustrial.

Neste capítulo podemos retomar uma das ideias de Andrade (1994) reaplicando ao caso do Mato Grosso do Sul. O contexto de *modernização e pobreza* foi pensado quando se testemunhava o crescimento, desenvolvimento e avanços técnicos das usinas canavieiras no

Brasil, ao mesmo tempo em que permanecia a essência das formas tradicionais de dominação sobre as populações pobres desprovidas de capital (Andrade, 1994). Os volumes exorbitantes de investimentos e ganhos de capital das usinas atuais se contrastam com o contexto econômico-social das populações indígenas, especialmente daqueles que atuam diretamente no processo de produção dos derivados da cana.

A realidade atual mostra que nos últimos anos a agroindústria saiu da fase de avanços técnicos para uma fase onde alta tecnologia e inovação dos processos de produção se transformaram nos requisitos básicos para permanecer competitivo no mercado. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que empresas ultramodernas fazem parte do cenário econômico sul-matogrossense, se faz necessário repensar e problematizar dois elementos essenciais que envolvem essas unidades agroindustriais e as populações locais em cujos territórios elas estão instaladas, ou seja, a *distância física* e a *distância social* que as separa das populações locais, especialmente das populações indígenas com as quais se relacionam há décadas.

3.1. O Contexto que Precedeu a Implantação das Novas Usinas no Mato Grosso do Sul

Como vimos no capítulo 2, foram quase vinte anos de aplicação da mão de obra indígena nas usinas em condições que atualmente podem ser consideradas de “semiescravidão” ou “degradantes”, para utilizar dos termos da Justiça do Trabalho. Na segunda metade da década de 90, os grupos considerados “excluídos” da sociedade brasileira – indígenas, remanescentes de quilombo, trabalhadores rurais sem terra, etc. – começaram a demandar mais espaços nas discussões políticas de seus interesses no país e passaram a participar, ainda que de forma limitada, nas decisões que definiriam os rumos de seus respectivos grupos.

Nos finais dos anos 80, as lutas indígenas pelo reconhecimento de seus direitos sobre territórios, cidadania e justiça social começaram a dar passos mais largos e ganharam repercussão internacional com a dura repressão policial ao “movimento indígena”, em Porto Seguro-BA, no ano 2000, quando da comemoração dos 500 anos do Brasil, ocasião em que a imagem do índio Gildo Terena, de joelhos diante das tropas policiais, percorreu o mundo (Ferreira, 2007).

O afloramento dessas questões implicou na preocupação do judiciário em encontrar caminhos para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, especialmente nas usinas e carvoarias, onde apresentavam os maiores índices de trabalhadores em condições

“degradantes”. Como o Brasil vinha lutando por espaço econômico no nível internacional, principalmente para os produtos agrícolas, os problemas sociais internos passaram a fazer parte da imagem nacional e com isso a preocupação em amenizar esses problemas passou a se tornar meta do governo. Diante disso, as questões indígenas e rurais ganharam espaços político e o próprio Estado passou a mobilizar-se e ter interesse em suas reivindicações.

A economia doméstica Terena neste período havia se modificado muito em relação às décadas anteriores, início dos anos 80, quando ainda se iniciava o trabalho nas usinas. De maneira geral, as mudanças no comportamento da economia das Reservas foram ordenamentos estipulados pelas exigências do mercado externo. Uma das principais fontes de renda dos indígenas em Miranda anteriormente, o comércio de alguns produtos da agricultura, diminuía ou desaparecera do mercado local. O arroz, o feijão e o milho que antes eram vendidos a granel em quantidades pequenas passaram a ser substituídos pelos produtos, empacotados, com prazo de validade estipulado e dentro de determinados parâmetros de comércio. Todavia, outros produtos continuaram sendo vendidos e ainda ganharam novos espaços. Em Campo Grande há um local específico para o comércio dos produtos indígenas da agricultura, coleta e artesanato. Diversos projetos de incentivos à obtenção de renda foram implantados nas aldeias, a maioria fracassou pelos motivos já enunciados anteriormente.

Os programas assistenciais do governo (Programa de Segurança Alimentar, Bolsa Escola, Bolsa Família, etc.) passaram a complementar a renda das famílias. Casas dos programas habitacionais foram e estão sendo construídas nas Reservas. Recentemente o Programa Luz Para Todos instalou energia elétrica em todas as residências das aldeias e provocou uma revolução no padrão de consumo dos indígenas. O trabalho assalariado nesse contexto se tornou ainda mais importante.

As relações de trabalho fora das Reservas continuaram, não somente nas fazendas e nas usinas, mas intensificaram no espaço urbano. O principal destino urbano dos indígenas no Mato Grosso do Sul foi Campo Grande, capital do estado, possibilitado graças ao incentivo do governo estadual e daquele município às empresas interessadas em atuar na região. Isso gerou muitos empregos diretos e indiretos em diversos setores. A construção civil tem destaque na economia do município e na absorção da mão de obra indígena. Nas usinas a mão de obra indígena continuou atuante, sob o olhar constante do Ministério Público do Trabalho e de organizações não-governamentais que passaram a acompanhar mais de perto a forma do Estado se relacionar com as populações indígenas.

Por outro lado, o mercado da cana, que passou por um longo período de estagnação, estava prestes a viver um período de maior crescimento da sua história, em termos de produção, investimentos e ganhos de capital, graças à grande procura do etanol como alternativa para a crise do petróleo no Brasil e no mundo. Sobre isso, o técnico da Conab, Bressan Filho (2008), escreveu que:

A partir de 2003, com a ocorrência de alguns fatos de caráter mundial, como a invasão do Iraque pelos EUA, que suscitou a questão estratégica da dependência do petróleo; as consequências do furacão Katrina, em agosto de 2005, na região sul dos EUA, que revelou, de forma contundente, a face ameaçadora do aquecimento do planeta provocado pelos gases que provocam o efeito estufa, em especial o dióxido de carbono emitido pela atividade humana, particularmente através da queima de derivados de petróleo; e o início da escalada de preços do petróleo, que multiplicou por cinco seus preços no último quinquênio [...], o álcool etílico combustível (etanol) que era uma exclusividade brasileira, passou a ser assunto de discussão de um enorme contingente de países em todo o mundo. (Bressan Filho, 2008)

O Brasil, que já apresentava um histórico relevante de produção, distribuição e utilização do etanol como combustível, tornou-se referência mundial no debate sobre o tema (Bressan Filho, 2008). Com isso, os produtores de cana justificaram o avanço da produção apresentando o etanol como uma fonte de energia ecologicamente “limpa”. A fase promissora do setor sucroalcooleiro promoveu há alguns anos uma corrida contra o tempo para a instalação de novas usinas no país. O jornal Folha de São Paulo publicou na época (19/02/2006) a meta a ser atingida pelos investidores, como informou Novaes (2008) em seu trabalho:











Ouvindo empresários do setor [sucroalcooleiro], o jornal *Folha de São Paulo* (19/02/2006) informou: nos próximos 5 anos (até 2010) serão implantadas 90 novas usinas no Brasil, incorporando uma área plantada de cana de 2,7 milhões de hectares aos 6 milhões de hectares já ocupados pela lavoura no país. (Novaes, 2008, in: *Democracia Viva* nº 36).

3.2. Fase Atual do Setor Canavieiro

A demanda externa ficou por conta do “*reconhecimento das vantagens competitivas do etanol da cana de açúcar e pelo aumento do consumo mundial*” (Jank, 2009). Internamente a demanda cresceu com o lançamento dos carros flex, em 2003, pelas indústrias automobilísticas nacionais e com a respectiva fixação de 25% de mistura do álcool na gasolina pelo Governo Federal. Além disso, o setor aposta na utilização em escalas maiores do etanol em novos produtos e novos usos (Figura 2), como demonstrou o Presidente da

UNICA, Marcos Jank, na ocasião da CANASUL/2010. Estes novos produtos e usos aumentaram as expectativas do setor e os produtores já apostam no aumento significativo da produção da cana de açúcar para atender a economia interna.

Figura 2: Indústria Canavieira: novos produtos e novos usos

Novos produtos	Novos usos
 Açúcar	Ônibus 
 Etanol	Aviões 
 Bioeletricidade	Motocicleta 
 Bio-etileno	Álcoolquímica (bioplásticos) 
 Bio-hidrocarbonetos	Bio-hidrocarbonetos (diesel de cana, combustível de aviação) 

Fonte: (Jank, 2010, Elaboração: UNICA)

O estado de Mato Grosso do Sul pode ser considerado um dos principais palcos do chamado *boom* do etanol⁴³ e da bioenergia se considerarmos o crescimento significativo do número de usinas sucroalcooleiras instaladas e da produção de cana nos últimos seis anos. A produção de cana de açúcar no Brasil passou de 382.482.002 toneladas, em 2005/2006, para 624.501.165 toneladas em 2010/2011, segundo o Departamento da Cana de Açúcar e Agroenergia, do Ministério da Agricultura. Desse total, na última safra o Mato Grosso do Sul contribuiu com cerca de 5,6% na produção nacional. Nesse período de seis anos, os investimentos financeiros e tecnológicos de grupos nacionais e internacionais atingiram volumes gigantescos.

Segundo Hollanda Filho, Presidente da Biosul (Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul) a produção da cana neste estado é facilitada pelas “boas

⁴³ Termo utilizado pela ONG Repórter Brasil para o avanço da cultura canavieira. Segundo Novaes (2008), outro autor que trata do assunto, “a modernização e a expansão da agroindústria canavieira no Brasil estão diretamente relacionadas às oportunidades de mercado e à crise energética mundial. Nesse cenário, a competitividade do etanol produzido no Brasil tem atraído grandes investimentos de grupos internacionais para aquisição de usinas”.

condições edafo-climáticas, bom ambiente institucional (Governo do Estado, Famasul, Fiems, Sebrae, Imprensa, Academia, Parlamentares), oferta e disponibilidade de terras e proximidade de centros urbanos” (Hollanda Filho, Canasul/2010).

As condições citadas pelo Presidente da Biosul foram extremamente importantes na hora dos investidores aplicarem seus recursos no estado. O momento promissor do mercado da cana resultou no crescimento da produção, do território plantado e de novas empresas agroenergéticas em Mato Grosso do Sul. Atualmente, encontram-se em funcionamento 22 (vinte e duas) unidades agroindustriais, sendo que 4 (quatro) estão em fase de implantação. As usinas estão instaladas em 17 municípios (tabela 1), totalizando cerca de 425,5 mil hectares de cana (IBGE/2010).

Tabela 8: Unidades Agroindustriais do Mato Grosso do Sul (2011)

Item	Nome Fantasia	Razão Social	Localidade/Município
1	Alcoolvale	Alcoolvale S/A – açúcar e álcool	Aparecida do Taboado
2	Angélica	Angélica agroenergia Ltda	Angélica
3	CBA – Sidrolândia	Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool	Sidrolândia
4	CBA – Debrasa	Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool	Brasilândia
5	Centro Oeste Iguatemi	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	Iguatemi
6	Eldorado	Usina Eldorado Ltda	Rio brilhante
7	IACO	IACO Agrícola S.A.	Chapadão do Sul
8	Laguna	Usina Laguna Álcool e Açúcar Ltda	Batayporã
9	LDC – Unidade Passa Tempo	LDC Bioenergia S/A	Rio Brilhante
10	LDC – Unidade Rio Brilhante	LDC Bioenergia S/A	Rio Brilhante
11	LDC – Unidade Maracaju	LDC Bioenergia S/A	Maracaju
12	Monteverde	Monteverde Agro-Energética S.A.	Ponta Porã
13	Nova América – Caarapó	Nova América S/A. Indústria Caarapó	Caarapó
14	Safi	Safi Brasil Energia Ltda	Nova Alvorada do Sul
15	Santa Helena	Energética Santa Helena Ltda	Nova Andradina
16	Santa Luzia	Agro Energia Santa Luzia Ltda	Nova Alvorada do Sul
17	São Fernando	São Fernando	Dourados
18	Sonora Estância	Companhia Agrícola Sonora Estância	Sonora
19	Usinavi	Usina Naviraí – Açúcar e Álcool	Naviraí
20	Vicentina	Central Energética Vicentina Ltda	Vicentina
21	Vista Alegre	Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda	Maracajú
22	Cosan	Usina Sucroalcooleira Cosan	Caarapó

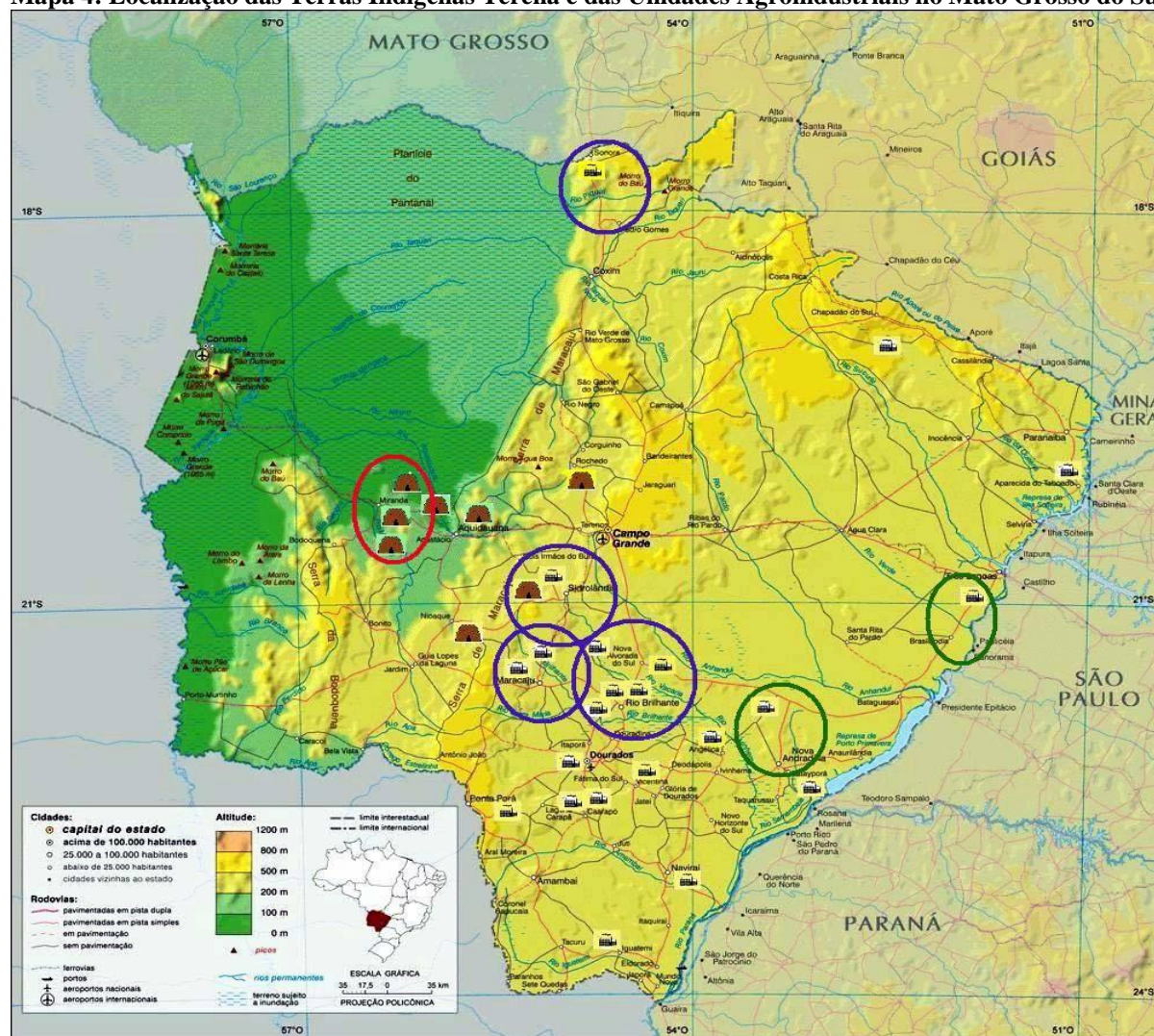
Fonte: Ministério da Agricultura

As unidades agroindustriais recém instaladas estão concentradas principalmente no Centro-Sul do estado, região denominada de Conesul (Mapa 3). Essa região, quando visualizada no mapa, se apresenta como uma extensão/expansão do território da cana dos estados de São Paulo e Paraná. Do total de usinas, até 2005 apenas 9 estavam em funcionamento. Mais da metade se instalaram a partir de 2006, com o chamado *boom* do etanol. A instalação dessas novas usinas aumentou a concorrência e a busca por novos

mercados, com isso forçou as que já se encontravam instaladas a investir em tecnologia e melhoramento dos processos de produção.

A posição estratégica do estado de Mato Grosso do Sul no contexto econômico nacional e internacional já foi destacado por Ferreira (2007): *“o Mato do Grosso do Sul ocupa nas últimas décadas posição chave em certos grupos de atividade econômica (como soja e cana de açúcar), que por sua vez são estratégicos do ponto de vista da política de exportações e comércio exterior do país”*. (FERREIRA, 2007, p.94).

Mapa 4: Localização das Terras Indígenas Terena e das Unidades Agroindustriais no Mato Grosso do Sul.



Fonte: IBGE com alterações do autor

No mapa acima podemos visualizar a principal região do avanço da cana de açúcar no Mato Grosso do Sul, a região Centro-Sul do estado. O círculo em vermelho destaca as Reservas que compõem o nosso campo de pesquisa; os círculos em azul, as principais usinas em que houve a presença da mão de obra Terena; e os círculos em verde destacam as

duas usinas que mais tem empregado os indígenas de Miranda-MS atualmente, a usina Debrasa e a Santa Helena.

O avanço acelerado da produção da cana de açúcar fez emergir um debate amplo, liderado pelos ambientalistas sobre o processo de plantio da cana. A queima da cana que era uma das atividades cruciais de poluição atmosférica foi o “carro chefe” dos debates. O aspecto ambiental implicou na introdução de máquinas no processo de colheita da cana que, por outro lado, afetou diretamente as relações de trabalho.

As transformações estruturais do mercado de trabalho, associadas à modernização dos processos produtivos, está causando tanto a redução de muitos postos de trabalho, bem como a necessidade de um novo perfil de trabalhador rural, apto para operar atividades produtivas mecanizadas. (Oliveira, 2009, p.17)

Segundo informações de pessoas ligadas ao alto escalão do setor, até 2016 as unidades agroindustriais devem apresentar 100% de mecanização de suas atividades. Atualmente, isso já tem sido uma exigência para a instalação de novas unidades agroindustriais: os interessados que desejam ingressar no setor devem apresentar projetos que contemple a observação das questões ambientais e sociais, sendo a mecanização um dos aspectos principais. Contudo, o que temos observado é que, mesmo com 100% de mecanização, o setor rural das usinas necessita de um número significativo de trabalhadores.

3.3. Organização Territorial, Economia Doméstica e o Trabalho nas Usinas dos Terena na Contemporaneidade

As formas de distribuição e ocupação territoriais em cada Reserva são um dos aspectos que podemos assinalar como diferenciador entre os Terena. Cada Reserva Terena adota um tipo de organização permitido pelo território ou imposto a ela pelas circunstâncias externas. Na organização territorial os indígenas atentam para a manutenção da reprodução e do espaço físico de cada família. Na aldeia Lalima, por exemplo, em geral, as terras destinadas às roças, as pequenas faixas de matas ainda existentes, o espaço destinado ao gado, os espaços para construção de moradias, o usufruto da terra, são para uso comum de todos, desde que não haja alguém utilizando determinado local. Em Lalima, os índios não se valem das cercas, por exemplo, para delimitar o espaço entre uma família e outra ou entre um grupo e outro, como ocorre em Pílad Rebuá, com exceção das invernadas de gado e das divisas com as fazendas em que é necessária a implantação de cercas.

Em Pilad Rebuá, na aldeia Passarinho e Moreira, podemos observar uma distribuição territorial diferente de Lalima. Essas aldeias seguem mais ou menos o mesmo padrão de um bairro, lembrando que são praticamente partes do perímetro urbano de Miranda. Em geral, cada família tem seu próprio terreno e seu espaço destinado às roças (a maioria das famílias não tem lavouras por falta de terras). As casas, construídas de alvenaria ou tábuas, são bastantes próximas uma das outras, os terrenos em alguns casos são cercados com balaústres ou cercas de arame, semelhante ao encontrado em bairros periféricos de centros urbanos. Vale ressaltar que esta reserva caracteriza-se pela exiguidade territorial. Sua dimensão territorial é extremamente pequena – 208 ha para 2123 pessoas – que não é possível mencionar os mesmos elementos característicos de Lalima: mata, internada, roças, gado, pois estes elementos praticamente inexistem. Essa peculiaridade de organização territorial – que os diferencia de Lalima, mas que por outro lado não coloca Lalima em condição fundiária superior – fez com que as famílias de Pilad Rebuá adotassem medidas que garantissem o seu espaço e sua reprodução familiar, cada qual cercando seu terreno. É importante observar que o aspecto minúsculo do espaço territorial de Passarinho e Moreira reproduzem situações sociais críticas fazendo com que a vida social, cultural e econômica nesta reserva se torne, a cada dia, mais comprometida. Em junho de 2010 quando participava de um trabalho de estudo antropológico em Pilad Rebuá, um dos indígenas disse que não há mais espaço para enterrar seus mortos. *“A gente tem que tirar um pra enterrar o outro”*, disse o indígena. Não há a possibilidade de aumentar o cemitério, pois compromete as pequeninas roças que ainda é o sustento de algumas famílias.

Outra característica geral já mencionada é a posição geográfica de ambas em relação à cidade. É importante pontuar que as demais reservas Terena apresentam situações semelhantes as que estamos tratando tanto em termos de organização quanto localização (ligação aldeia-cidade). A consideração desse aspecto é essencial para o tratamento das características peculiares de cada aldeia: das formas de organização social, das formas de reprodução sócio-territorial como foi colocado acima, da relação de trabalho com seu ambiente externo, das práticas e manutenção das atividades tradicionais, etc.

Lalima por estar a 40 km longe da cidade, e por ter uma forma diferente de organização do território, parece caracterizar-se por uma vida aldeã mais “livre e tranquila” internamente, em virtude do seu espaço mais “aberto” que Pilad Rebuá. Ao adentrar em uma reserva indígena Terena, uma das primeiras impressões do visitante será o aspecto arquitetônico das moradias e seu entorno (*“pomar”* ou *“terreiro”*, como é chamado).

Atualmente, grande parte das moradias Terenas da região de Miranda são estruturas de alvenaria. Outras, como em Lalima, uma mistura de alvenaria e da arquitetura tradicional (geralmente utilizam a telha para cobrir a casa e a parede é feita de taquarussu, tábua ou coqueiro) e, ainda, em outros casos a casa feita totalmente baseada na arquitetura tradicional (cobertura de capim sapé ou palha de bacuri, parede de taquarussu e chão batido). Estes últimos estão desaparecendo dando espaço as construções de alvenaria, mais duradoura e arejada.

A foto 5 a seguir mostra a entrada da aldeia, através da estrada vicinal que liga a aldeia à cidade de Miranda. Uma das características principais de identificação das Reservas Indígenas é a placa do Governo Federal (foto 6) colocada nas principais vias de acessos das aldeias. Lalima está localizada numa região de planalto tendo o rio Miranda ao sul como um de seus limites principais. Ao norte e a oeste faz divisa com a Fazenda Santa Rosa e a leste com o Assentamento Tupambaê e Fazenda São José. Internamente está subdividida em dois setores: Campina (que compreende a entrada até o córrego tomado como limite, conhecido como “Corguinho”); e Sede (parte do Corguinho até o rio). Cruzando o portão de entrada, segue uma curva a direita com declive que encerra na ponte sobre o “Córrego do Elisio” (antigo morador do local). Após a ponte segue um aclave até o próximo portão onde inicia efetivamente a parte habitada da aldeia.

Foto 5: Portão de entrada da Aldeia Lalima



Foto 6: Placa do Governo Federal “Terra Protegida”



Fonte: fotos do autor

Logo no início podemos observar a forma como as famílias Terena se organizam em termos de suas moradias e de relações de dependência e independência. O visitante eventual em Lalima que passe a conhecer a estrutura de distribuição interna das moradias vai observar tão logo que, na maioria dos casos, essas moradias são organizadas em função do agrupamento familiar indígena, compondo geralmente de pai, filhos e netos. Exemplificando,

seria dizer que os indígenas mais velhos (avô) inicialmente construíram suas casas num determinado local, seus filhos e filhas ao se casarem foram construindo suas casas o mais próximo possível dos seus respectivos pais (geralmente os homens se aproximando mais da casa dos sogros ou quando possível, constroem suas casas entre meio a casa do pai da mulher e do pai do homem, ficando assim bem distribuído) e mais tarde os netos e netas procurando se instalarem também próximo formando um agrupamento familiar, um núcleo familiar. Na entrada de Lalima temos a esquerda a o agrupamento da família Oliveira, descendentes de Elísio (já falecido) e a direita os Gomes, descendentes de Antônio Cororó. Da via principal de Lalima podemos avistar dos Oliveira casas de alvenaria de Secundino, Célia (sua filha) e Valdelei (seu filho e diretor da escola). Ao lado direito a casa de tábuas com cobertura de eternit de Joaquina Gomes. Mais adiante predominam os Rodrigues, Sessé e Salvador e assim por diante, todos localizados a beira da via principal, distando entre 50 a 500m desta. Ao lado direito avistamos a casa de Ireno Rodrigues, cobertura de palha e parede de taquarussu. Ao lado esquerdo mora Martins Rodrigues numa casa coberta de telha e parede de taquarussu batido e mais a frente Maria José Rodrigues, numa casa também de taquarussu e cobertura de palha.

Ferreira (2007) colocou em sua tese a preferência matrilocal dos matrimônios entre os Terena (os genros vão morar próximo a casa do pai da esposa). Dentre as várias formas de organização, o modelo de configuração residencial e familiar que mais se aproxima dos Terena é o que nos apresenta Viegas sobre os Tupinambás da Bahia. Viegas (2008) coloca a organização familiar dos Tupinambás como “*Unidade Compósita de Residência*”:

Chamo os lugares de compósitos, porque cada lugar é constituído por diversas casas que mantêm entre si relações simultâneas de dependência e independência. Dentro de um mesmo lugar, as casas distam, no mínimo 50 metros entre si, mas tendem a distanciar-se entre si 100 e 200 metros, interligando-se por caminhos refeitos cotidianamente pelo pisar dos habitantes que circulam entre elas.

Portanto, a forma de alocação residencial Terena é muito semelhante ao descrito no trecho acima. Essa interligação entre as moradias se fortalece cotidianamente pelas idas e vindas que proporcionam os laços de parentesco: o neto que vai à casa do avô, o filho que vai à casa do pai, o sobrinho que visita o tio, a irmã que visita o irmão, assim por diante.

No interior das casas, tanto em Pílad Rebuá quanto em Lalima encontram-se equipamentos modernos: televisores, geladeiras, máquina de lavar roupas, freezers, DVDs, computadores, automóveis, etc., o que confirma a internalização desses objetos no dia a dia indígena. Quanto ao quintal ou ao “*terreiro*” dos Terena, um visitante eventual irá observar árvores frutíferas (manga, laranja, banana, caju, mamão, limão, entre outros) e plantações da

agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, abóbora, cana, batata, estes mais comuns nas aldeias onde o espaço territorial é maior, como em Lalima). É comum encontrar no “terreiro” animais domésticos como galinhas, patos, porcos e dentre outros.

Vivendo em aparente harmonia, os Terena de Lalima tem como atividades econômico-tradicionais o cuidado com a roça (a plantação, a limpeza do mandiocal, do milho, do feijão, do arroz, a colheita), que, por outro lado, o seu crescimento fica limitado pela dependência do trator para fazer a terra; o trato dos animais domésticos de criação (porcos, galinhas, cabras, ovelhas, cavalo, algum gado); a ida na mata para buscar lenhas ou alguma madeira para o uso diário; a pesca tanto para alimentação quanto para o comércio, geralmente indo ao rio pela manhã e voltando no final da tarde; a confecção de artesanatos para comércio. Todos estes executados tanto por homens, mulheres quanto por crianças, que vão aprendendo os ofícios. Há ainda os trabalhos mais específicos, feito pelos homens, como as construções de casas e de canoas para pesca.

Em Pílad Rebuá também é possível observar estas atividades, todavia com um componente a mais: a dificuldade ou a impossibilidade de sua execução. Como foi colocado, em Pílad Rebuá não há mata que possibilite a retirada de madeiras e lenhas. Não há acesso direto ao rio para a pesca. Não há terra suficiente para a prática da agricultura. O artesanato é praticado com dificuldades pela falta de matérias prima. A criação de animais domésticos é dificultosa pelo pouco espaço de “terreiro”. Todas estas questões somadas à proximidade com a cidade resultam numa diferente configuração cotidiana de Pílad Rebuá. Grande parte das pessoas desta Reserva mantém vínculo empregatício na cidade, nem sempre de carteira assinada: empregadas domésticas, empregados de supermercados, trabalhadores da construção civil, funcionalismo público, vendedores e serviços diversos.

As atividades técnico-profissionais (tais como professores, técnicos de enfermagem, auxiliares administrativos, agentes de saúde, motoristas) ocupam espaços significativos em termo de “*status*”, mas em menor quantidade devido ao número limitado de vagas de trabalho nessas categorias dentro das aldeias. Representando uma parcela mínima da população Terena é muito almejado pelos que pretendem ter rendimento mensal regular. Garantia de salário por sua vez aumenta a possibilidade de consumo das famílias envolvidas. Em todo caso, uma mesma família Terena pode compor-se de integrantes de cada um dos subgrupos enunciados, ou seja, dificilmente se mantém economicamente de uma só atividade.

Em relação ao “serviço” executado fora das Reservas, se faz necessário descrever as considerações destacadas pelos próprios indígenas sobre as motivações para este tipo de

trabalho. Deve-se atentar inicialmente às características e aos aspectos internos que motivam (ou obrigam) os indígenas a buscar o trabalho externo (assalariado) e que reestruturam todo um contexto de percepção do trabalho e de composição da economia doméstica. Três aspectos amplos de motivação tem destaque na fala dos Terena.

A primeira questão interna que motiva o indígena ao trabalho assalariado é a necessidade de atender suas demandas humanas imediatas: alimentação e vestuário, principalmente. Isso tanto para os pais de família quanto para os jovens que veem no trabalho externo a alternativa para ajudar na casa. Como mencionei anteriormente, a grande maioria da população indígena Terena é carente de políticas públicas voltadas para suas necessidades básicas: saúde, alimentação, transporte e saneamento básico. É verdade, todavia, dizer que a situação atual dos Terena não é a mesma de dez ou vinte anos atrás. Algumas áreas têm evoluído bastante no interior dessas reservas (educação, saúde e infraestrutura, por exemplo)⁴⁴, através tanto dos programas de governo quanto da busca de condições mais amenas adotadas pelos próprios índios.

Várias políticas públicas na tentativa de estimular a obtenção de renda entre os Terenas foram implantadas, das quais algumas evoluíram outras não tiveram sucesso. Souza (2007) aponta diversos aspectos que dificultam o encaminhamento dos projetos ou políticas públicas vindas do governo: dificuldade dos indígenas de gerir os projetos, abandono dos projetos por parte da instituição que os implantou, assistência técnica ausente, dificuldade logística e financeira para atender as demandas, suporte operacional inadequado ou ausente, etc. Nesse sentido, ainda há grande demanda por políticas públicas que incentivem o “desenvolvimento” das condições de vida dessa população.

Situações concretas que comprovam a situação de “pobreza” é a presença dos programas de governo, geral ou direcional, nas aldeias: o Programa de Segurança Alimentar, o Bolsa Família e do CRAS indígena⁴⁵, por exemplo. A importância de se observar estes aspectos é justamente que, a simples presença desses programas no interior das Reservas indígenas reforça a caracterização dessa população como excluídas socialmente, e que necessitam, nesse sentido, de atendimentos especiais na área social. O Programa de Segurança Alimentar é atualmente fonte de alimentação de muitas famílias indígenas e também

⁴⁴ Se compararmos os dias atuais com alguns anos atrás veremos que: na área de educação as escolas oferecem até o Ensino Médio que antes não passava do Ensino Primário. Há salas de informática com acesso a internet e os professores recebem treinamento e incentivo à qualificação; na área da saúde há atendimento médico dentro da própria aldeia, é um avanço apesar de ser uma área que ainda padece e espera por grandes avanços (caso nacional). Há ambulâncias para transporte de pacientes que antes não tinha; recentemente o Programa Luz Para Todos beneficiou todos os moradores da aldeia, facilitando o uso de equipamentos eletroeletrônicos.

⁴⁵ Centro de Referência em Assistência Social Indígena.

complemento da produção/ alimentação e da renda, principalmente porque o número de filhos das famílias Terena é relativamente alto: em geral 4 ou 5 filhos.

Segundo elemento motivacional que é relevante destacar é a necessidade de consumo. Os produtos industrializados foram gradativamente fazendo parte do dia a dia das aldeias. Estes elementos, absorvidos para facilitar o dia a dia Terena, fez do trabalho assalariado a principal alternativa para obtê-los. Além destes, outro fator que estimula o consumo entre os Terena são as demandas específicas e imediatas: necessidade de construir uma casa, realizar uma festa de casamento ou aniversário, realizar uma festa de santo, ajudar o filho estudante, etc.

Terceiro, e talvez menos significativo, remete aos jovens: é a necessidade de ocupar os “espaços sociais”, de ter condições (financeiras) de usufruir desses espaços e de se destacarem nesse meio social (desejo de sociabilidade). Essa necessidade se caracteriza pela subjetividade. Aqui, todavia, gostaria de acrescentar um pouco mais em virtude do desejo de sociabilidade se expandir para o contexto externo das aldeias. Assim os espaços sociais seriam os clubes noturnos, os bares, os eventos, os locais onde se acessam através do uso do dinheiro. O indivíduo sente satisfeito ao compartilhar (pagar) aos amigos um jantar, uma bebida, um ingresso de festa, a cerveja da festa, ou seja, situações sociais pequenas que permitam a satisfação individual. É necessário um acompanhamento mais detalhado dessa situação para descrever os pormenores, os comportamentos e assim afirmar com melhor precisão sobre o tema. Mas registro de antemão, através da observação e da convivência com os indígenas, pois quando recebem seus salários dos trabalhos executados, estes espaços são frequentados, ou mesmo em suas casas, quando é possível observar e confirmar através das falas irônicas dos parentes desse trabalhador: “*gastou tudo com bebida*” ou “*bebeu tudo*”, referindo-se ao dinheiro recebido.

Para atender estas demandas são necessários *recursos financeiros imediatos*. As atividades cotidianas (a agricultura, a pesca, o artesanato) nas Reservas em que ainda é possível seus cultivos e práticas, apesar de significativas na economia doméstica Terena, competem em igualdade com os trabalhos assalariados em termos de importância (Ferreira, 2007). São raros os casos, ou praticamente impossível, em que uma família Terena atual subsista apenas das atividades tradicionais ou pelo menos de uma delas. O motivo da perda de espaço das atividades cotidianas/tradicionais do presente se vê articulado com sua limitação financeira imediata, presente na fala dos próprios indígenas: “*Se planta tem vez que não dá, quando dá não tem onde vender, então fica complicado, daí é melhor ir pra usina, lá já é*

mais garantido. Você trabalhou naquele dia já fez o seu dia” (Pedro Rodrigues, indígena de Lalima). “Quando a gente é novo é bom, dá muito dinheiro. Lá a gente tinha chance de ganhar dinheiro rápido, coisa que aqui não acontece, só que o serviço é pesado” (Waldir Xavier, indígena de Lalima).

Na maioria dos casos, o retorno financeiro dessas atividades é considerado insuficiente ou moroso para atender as demandas que surgem de imediato. É limitada também a questão do mercado consumidor para a produção indígena – ou é insuficiente ou inexistente, ou quando há, não paga o valor de mercado aos seus produtos. Mesmo assim, as atividades tradicionais atualmente são praticadas pela maioria dos indígenas, até por aqueles ocupantes de trabalhos profissionais ou técnicos. Quando não estão executando trabalhos assalariados fora das aldeias os indígenas fazem suas roças, se mantêm das atividades tradicionais até surgir oportunidades de trabalhos assalariado. Na ausência dessas pessoas nas aldeias – dos homens que saem para trabalhar fora – tais atividades ficam sob o comando das mulheres ou das pessoas de maior idade, melhor dizendo, daquelas impróprias para o trabalho externo (de caráter pesado e que exige uma vitalidade maior).

Somando-se a esses aspectos acima, a propensão ao trabalho externo é estimulada pela disposição das instituições externas que absorvem a mão de obra indígena. No Mato Grosso do Sul as Terras Indígenas estão cercadas pelas fazendas, usinas, assentamentos e, em alguns casos, estão localizadas próximas das cidades. Esta disposição espacial facilita o vínculo com estas instituições. Se por um lado, as atividades cotidianas/tradicionais deixam a desejar, por outro, o mercado que absorve a mão de obra, mesmo que em condições precárias, oferecem-se abertamente e estão sempre dispostas a contratar a mão de obra indígena.

Na tese sobre os Terena de Mato Grosso do Sul, Ferreira (2007) expõe que *“Em Cachoeirinha, a maior parte dos grupos domésticos está dedicado aos trabalhos na lavoura, e também com um mesmo grau de importância, ao trabalho temporário nas Usinas e Fazendas do estado”* (Ferreira, 2007, p. 80). Mais adiante coloca que *“o trabalho nas Usinas se destaca como uma das principais formas de interação econômica, tendo um grande impacto sobre a vida do grupo”* e que *“as reservas indígenas são antes de qualquer outra coisa, uma ‘reserva de mão de obra’, que é disponibilizada hoje para as Usinas de Açúcar no Mato Grosso do Sul”* (Ferreira, 2007, pp.81 e 82).

Atualmente, de acordo com o levantamento que fizemos junto aos trabalhadores, 8 pessoas encontram-se atuando como “cabeçantes” nas Terras Indígenas Terena de Miranda, sendo 5 da Cachoeirinha e 3 de Pílad Rebuá: Luiz Francisco, Dejanor, Edvaldo, Ederval,

Valdelice, Leôncio, Mário e Josué. Quando chegamos a campo em agosto de 2011, apenas 1 cabeçante de Lalima levava turma para as usinas. O cabeçante de Lalima estava com uma equipe na Debrasa e acabou saindo por motivo de mudança para o estado de São Paulo. Com isso, os trabalhadores de Lalima estão indo com os cabeçantes de Pílad Rebuá e Cachoeirinha. As usinas que mais tem contratado a mão de obra indígena são a Santa Helena e a Debrasa. Por ano, segundo Ederval, cada cabeçante faz em média 3 a 4 contratos de 70 dias. Em 2011 apenas Dejanor, de Pílad Rebuá, superou este número. Em dezembro de 2011 quando visitamos a usina Santa Helena, uma tabela apresentada por outro cabeçante constava que Dejanor havia estado na usina desde o mês de maio de 2011. Na ocasião da visita, sua “turma” era composta de 35 trabalhadores. Segundo o cabeçante informante, Dejanor havia viajado para o município de Miranda em busca de trabalhadores para completar sua equipe, que deveria atingir o total de 45. Cada turma é composta de 48 pessoas, sendo 45 trabalhadores, 1 cabeçante, 1 auxiliar e 1 zelador.

Há alguns anos as “turmas” de trabalho deixaram de ser compostas por trabalhadores apenas de uma Reserva, como ocorria nos anos 80, e passaram a formar-se da junção das Reservas. Uma “turma” hoje tanto pode ser de Lalima, de Pílad Rebuá ou de Cachoeirinha, assim como pode compor-se de trabalhadores de duas ou três Reservas ao mesmo tempo. Geralmente cada turma é formada por no máximo 50 trabalhadores. Atualmente o perfil dos indígenas nesse tipo de trabalho compreende: homens entre 18 e 35 anos, sendo a maioria jovens até 30 anos. A preferência por trabalhadores jovens se explica pela característica do trabalho onde vivacidade, disposição e força física são fundamentais. De acordo com os indígenas, a produção mínima de cada trabalhador exigida pela usina no corte de cana não deve ser inferior a 8 toneladas/dia.

Em geral, dentre eles é possível encontrar jovens solteiros que em alguns casos terminaram o Ensino Médio, mas que não conseguiram dar prosseguimento nos estudos. Outros que abandonaram a escola antes mesmo de terminar o Ensino Primário ou Fundamental e que sobrevivem dos trabalhos esporádicos, “changas” e do corte de cana nas usinas. A seguir, construímos uma tabela trazendo as informações pertinentes ao trabalho com um universo de pessoas entrevistadas.

Tabela 9: Entrevistas aos trabalhadores indígenas

Nome do Entrevistado	Ano de Nascimento e local	Ocupação atual	Trabalhos executados no ano anterior	Idade em que trabalhou na usina pela primeira vez	Usinas em que já trabalhou	Considerações sobre o trabalho
Ireno Rodrigues	1929/Bonito	Aposentado	---	16 anos	Santo Antonio	Trabalho “pesado”, “o índio sofre lá fora”, “se tivesse alguém lá a favor dos índios é bom”
Bernardino Rodrigues	Bonito	Aposentado	---		Sonora Xavante Debrasa Cachoeirão MR Passatempo	As considerações sobre o trabalho encontram-se em epígrafe neste capítulo
Galdino Gomes	Lalima	Lavoura	Lavoura e pesca		Sonora Nova Andradina Debrasa	
Plácido Salvador	1954/Lalima	Lavoura	Lavoura	25 anos	1º Sonora (Sebastião) foram entre 12 pessoas. Xavante Silvestre e Natalício	Plácido informa que trabalhava fora pra ganhar dinheiro, comprar alguma coisa (calcado, roupa) ajudar os pais. Dava dinheiro pra mãe, quando não trabalhava fora ajudava o pai na lavoura. Plantavam arroz somente para consumo. A última vez que foi trabalhar na usina foi para fazer o casamento da filha mais velha. Informa que compensava ir na usina porque ganhava dinheiro.
Daniel Salvador	Lalima	Criação de gado	Servente de pedreiro em Campo Grande		Sonora Xavante	
Waldir Xavier	1967/Bonito	Lavoura e pesca	Lavoura, pesca, changa no Assentamento Tupambae	14 anos	Sonora Nova Andradina	<p><i>“Eu fui [na usina] porque os cara iam, diziam que era bom... como eu queria ganhar dinheiro eu fui também... e queria ajudar a mãe também”. A última vez que foi para usina foi para realizar seu casamento, depois que casou não foi mais para a usina.</i></p> <p><i>O trabalho “na primeira vez é sempre ruim, depois vai pegando o ritmo de trabalho, vai gostando do serviço... vê que dá resultado daí você vai de novo, mas é um serviço que não quero para meus filhos”.</i></p> <p><i>“Quando a gente é novo é bom, dá muito dinheiro. Lá a gente</i></p>

						<p><i>tinha chance de ganhar dinheiro rápido, coisa que aqui não acontece, só que o serviço é pesado”</i></p> <p>Valdir informa que, m função dos trabalhos externos, não deu continuidade aos estudos, nem seus irmãos. Ele trabalhou em vários outros lugares (fazendas e usinas).</p>
Gilmar Vieira	Lalima		Lavoura, serviço público	12 anos	Xavante	<p>Foi por questão familiar, pai era doente, precisou ajudar a família. Tinha experiência porque já havia cortado cana quando tinha mais ou menos 09 anos. Nessa época a usina contratava por empreitada, então o homem podia levar a família pra ajudar.</p> <p>A preferência para as usinas é devido as dificuldades de desenvolver atividades dentro da aldeia. A usina dá mais dinheiro. Mas afirma que as usinas selecionam os cortadores conforme a produção, o que dificulta quem corta pouca cana.</p> <p>Omitiu a idade para trabalhar na usina, quando ia a fiscalização eles iam (os menores) pra beira do córrego se esconder. Afirma que se atualmente a usina tivesse contratando gente não teria homens na aldeia. <i>“O trabalhador vai na usina por causa das dívidas”</i>, as pessoas precisam das coisas, daí quando compram não tem como pagar apenas com as atividades dentro da aldeia. A consequência disso é que os casais novos estão saindo fora da aldeia. Gilmar acha que a produção poderia fixar a mão de obra na aldeia. Com a redução de contratação o ex-cacique acha que falta um projeto que faça gerar emprego, pois tem família que depende da usina e valoriza mais a usina do que seu próprio lugar.</p>
Pedro Rodrigues	Lalima	Pesca	Trabalhos em fazendas, lavoura	14 anos	Sonora Nova Andradina Santa Olinda	<p><i>“Naquela época todo mundo ia, gurizada que agüentava trabalhar já ia pra fora, o que a gente buscava mais era ganhar dinheiro mesmo, ajudar em casa, comprar algumas coisa pra gente”</i>. Atualmente ainda trabalha na usina porque precisa sustentar a família.</p> <p>No começo Pedro contou que foi ruim, <i>“ficava pra trás no eito”</i>, mas logo pegava o ritmo do trabalho e tudo fluía bem. Atualmente já está acostumado, as coisas mudaram muito do que como era antes, as usinas mudaram muito. Pedro fala que atualmente é muito melhor trabalhar na usina do que antes.</p>

						<p>Enfaticamente fala que o trabalho não é bom, mas mesmo assim que continua indo porque não tem outra alternativa.</p> <p>Pedro relata que na aldeia é difícil ganhar dinheiro, porque “<i>se planta tem vez que não dá, quando dá não tem onde vender, então fica complicado, daí é melhor ir pra usina, lá já é mais garantido. Você trabalhou naquele dia já fez o seu dia</i>”</p> <p>“<i>No começo o ruim foi largar a casa, saí da escola pra ir trabalhar</i>”. Conta que no trabalho pensava em estar em casa, mas que não deixava se abater pois tinha que trabalhar. O pior de tudo, conta, é que agora não tem pra onde ir, tem que trabalhar e as alternativas são as usinas ou as fazendas, sempre trabalhos pesados.</p>
Arlindo Ximenes	1984/Lalima	Estuda e faz Lavoura	Trabalhou na usina, changas, lavoura	16 anos	Nova Andradina	<p>Sobre o trabalho informa que: “<i>no começo foi ruim, nos primeiros dias não ganhei nada, depois a gente acostuma, os companheiros ajudam e a gente vai embora, mas o trabalho é pesado</i>”.</p> <p>Foi para a usina porque “<i>quis ajudar minha mãe</i>”, tinha irmãos pequenos e a família passava por necessidades. Hoje ainda vai porque precisa de dinheiro e a usina sempre preenche esse espaço. Isso porque “<i>na usina você trabalha 2 meses e recebe R\$ 1.200, 1.800, dependendo da produção. Na aldeia, só com a lavoura, pesca, você não recebe esse valor em 2 meses</i>”. A dificuldade de permanecer na aldeia é que os produtos não têm saídas, ou seja, não tem onde vender, quando vende é por um preço muito barato.</p> <p>Arlindo estudava em Miranda, com a necessidade familiar abandonou a escola, depois da usina foi trabalhar em outros locais (fazendas).</p>
Rosalino Rodrigues	Pílad Rebuá	Pequenos serviços de Pedreiro	Pedreiro, usina, pesca	15 anos	Sonora Xavante Santa Helena	<p>Foi para usina porque precisava ajudar a mãe, família passava necessidades. Atualmente porque é umas das alternativas que tem. É pedreiro, mas quando não tem serviço por perto vai para a usina.</p> <p>Conta que no início foi complicado, “<i>encarar aquele solzão bravo não é fácil</i>”. Atualmente acha que já mudou muito, que o trabalho não é mais como era antes e que está melhor para trabalhar. A usina oferece “<i>dinheiro mais rápido</i>”.</p>

						Por causa da usina parou de estudar, estava na quinta série... posteriormente acha que a maior perda foi parar de estudar e agora tem que encarar os serviços pesados.
João Paulo Savador	9/06/1979/ Lalima	Lavoura	Trabalho em fazendas, pesca, lavoura	11 anos	Sonora Debrasa Nova Andradina Passatempo MR Vista Alegre Sidrolândia Cachoeirão Rio Brilhante Coimbra LDC	O motivo que atualmente vai para usina é a falta de organização interna para as atividades produtivas, não tem recurso, tem o trator mas não é suficiente. Pra ficar dentro da aldeia tem que ter roça grande. Isso “obriga a gente a sair”. Falta de um caminhão pra levar os produtos para a cidade. Aos 11 anos fugiu dos pais para ir para usina. Estudou apenas 1 ano.
Aldoney Rodrigues	Lalima	Músico	Músico, trabalhou para Funasa (manutenção de rede de água)	16 anos	Sonora 1996 Santa Fé 1999 Santa Helena 2006 e 2010	Foi para usina porque queria conhecer, buscava alguma forma de ganhar dinheiro. A última ida foi para terminar de pagar a moto <i>“É um trabalho pesado”, “quando cheguei lá os cara me ensinaram como que era, Papa (primo) me ajudou bastante”.</i> <i>“É um trabalho que eu não recomendo pra ninguém porque é sofrido”</i> (enfático) Na usina tem-se a possibilidade de ganhar dinheiro mais rápido. <i>“Trabalhar na aldeia não dá quase nada, a não ser que você consiga algum emprego aqui mesmo, mas é difícil.”</i> Para ir para usina saiu da escola (abandono do ensino).
Romário de Souza	Lalima				Santa Helena	
Enedino	Lalima	Usina	Trabalhou na usina e na Associação	18 anos	Debrasa Santa Helena	
Kênio de Souza	Lalima	Usina	Trabalhou na usina e na Associação	18 anos	Debrasa Santa Helena	

Fonte: pesquisa de campo

Os jovens informam que os trabalhos nas usinas são executados em função das necessidades de adquirir um bem material e de ajudar os pais. Atualmente observamos um problema social em que muitos deles acabam destinando grande parte do ganho na aquisição de bebidas alcoólicas. Completam o grupo os recém casados ou pais de famílias que buscam na usina uma forma de sustentar ou complementar a renda da família. O perfil padrão desses trabalhadores é praticamente o mesmo entre os solteiros e casados, ou seja, é uma população que necessita do trabalho assalariado para subsistir, não tem oportunidade para outro tipo de trabalho, ainda que tenha estudado até o Nível Médio, convivem com uma demanda enorme de necessidades que exigem soluções imediatas e, se não bastasse tais condições sociais precárias de subsistência, estão sempre enfrentando problemas como o alcoolismo, violência entre outros problemas sociais.

Quando não existe uma pessoa de contato nas Reservas, como um cabeçante, as usinas que necessitam de trabalhadores para o corte de cana ou trato da lavoura da cana entram em contato com o cacique da aldeia solicitando trabalhadores para a usina. O cacique da aldeia contatada indica um indígena para ser “cabeçante”. Nesse caso, pode ocorrer do cacique valer-se de seu poder local para indicar alguém pertencente a sua facção política⁴⁶ ou grupo familiar. Todavia, como são décadas de trabalho nas usinas, geralmente os cabeçantes são retirados do próprio grupo de trabalhadores ou de uma pessoa de *referência* para o grupo como enfatizamos. Além de ser um mérito do trabalho e do exercício da função de cortador de cana, na elevação de cortador para a função de “cabeçante” tem sido muito importante a relação de confiança e amizade com seu superior imediato nas usinas, os Fiscais. O desempenho na função e os relacionamentos pessoais com o Fiscal acabam sendo importantes na indicação do trabalhador junto à usina para atuar como cabeçante.

As relações de trabalho iniciam com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social que foi uma das exigências do “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”, vigente desde 1999. O “Pacto” acrescentou ainda a obrigatoriedade recolhimento do INSS e FGTS, a jornada máxima de 8 horas diárias, cumprimento da oferta de serviços adequados por parte do empregador aos trabalhadores, tais como, alojamento, alimentação e transporte⁴⁷.

⁴⁶ Sobre facções ver Ferreira, 2007.

⁴⁷ Uma nova configuração dessa relação de trabalho é a não celebração do Contrato Coletivo de Trabalho. O embasamento legal que está sendo usado como referência para a contratação de trabalhadores indígenas é o “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”, que a partir deste, segue-se diretamente com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Celebrado o contrato, as usinas liberam aos trabalhadores, através do “cabeçante”, o “adiantamento”. O adiantamento é um valor X antecipado aos indígenas antes de haver o deslocamento destes para as usinas. Uma vez retirado o adiantamento, o indígena fica na obrigação de ir à Usina para efetuar o pagamento do adiantamento. É uma forma capitalista de domínio praticado desde que começaram a trabalhar para as usinas: o indígena sai da aldeia devendo o empregador e só passa a efetivamente computar o ganho salarial quando da liquidação da dívida. Antes, como vimos, o adiantamento era em espécie. Atualmente não ocorre em dinheiro, ocorre em “vales” ou “gastos” em supermercados especialmente designado para tal fim. Além de, o adiantamento ser uma forma de domínio do capital sobre o trabalhador, os indígenas ficam impossibilitados de escolher livremente o estabelecimento que melhor convém executar seu “gasto”. Por esse motivo, muitos trabalhadores tem procurado evitar o “adiantamento”, principalmente os jovens solteiros. Porém, como muitos trabalhadores, pais de famílias, se deslocam por necessidades familiares, o adiantamento é mais que uma simples ajuda de custo, mas significa o abastecimento da casa, a alegria dos filhos com guloseimas e brinquedos, suporte para atravessar um momento de crise da economia doméstica.

Outro aspecto relevante trazido pelo “Pacto”, peculiar dessa relação e que está prevista no contrato é a manutenção do vínculo do indígena com seu local de origem. Por esse motivo, os contratos não devem ultrapassar o prazo de 70. Findo este prazo as usinas devem reconduzir os trabalhadores para suas respectivas aldeias, retornando ao trabalho dentro de 10 dias. Esse aspecto, como já marcamos, implica na descaracterização da continuidade das relações de trabalho.

Durante a pesquisa de campo em Lalima, num intervalo de 3 meses foi possível observar a saída de 3 turmas de trabalhadores para as usinas. No dia marcado para a viagem chega da usina um ônibus que leva os trabalhadores. Logo pela manhã cruza pela via principal buzinando, chamando a atenção dos trabalhadores indígenas. Cruza toda a extensão da aldeia e vai até o ponto final de parada onde, juntamente com o cabeçante, inicia o trajeto de volta fazendo o embarque dos trabalhadores. O pequeno percurso dentro da aldeia mais parece um longo caminho, a demora é grande para o embarque. A família acompanha os trabalhadores até o ônibus. O mais comum é ver mães, esposas e crianças (filhos, sobrinhos) na despedida. O momento da despedida, em alguns casos, leva um observador desconhecido a pensar que o trabalhador indígena está fazendo uma viagem de longo prazo, mas são geralmente para 70

dias. O momento é acompanhado de um abraço e um “*vai com Deus*” e a viagem segue para o trabalho árduo, desgastante, desumano às vezes, nas usinas.

O retorno para as aldeias, ao que parece, é o momento mais feliz da jornada de trabalho nas usinas, tanto para quem foi quanto para quem ficou na aldeia. O retorno é percebido antes de o ônibus entrar na aldeia. De longe se ouve os rojões que aos poucos se aproximam, mais e mais. É a “marca registrada” da chegada das turmas nas aldeias. Todavia, nem sempre a chegada se transforma em intensa alegria: as bebidas alcoólicas são os principais “estraga prazeres” tanto das famílias dos trabalhadores quanto da comunidade como um todo. Não se trata de poetizar, criticar ou criminalizar o consumo de álcool. Trata-se de apresentar para problematização um dos problemas sociais mais comuns e avançados das aldeias indígenas Terena: o alcoolismo.

3.4. Considerações

O capítulo 3 buscou demonstrar alguns desdobramentos no campo das relações de trabalho agroindustriais, a partir do Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena, e outros aspectos decorrentes da continuidade dessas relações. O principal aspecto que podemos resgatar desse momento são as mudanças nos aspectos “sociais” do trabalho, como o próprio nome do Pacto sugere. A interferência nos aspectos sociais do trabalho abre espaço para o debate e crítica sobre como ficam os aspectos “econômicos” nas relações de trabalho (como elemento de grande interesse dos trabalhadores indígenas). A não interferência do Pacto na esfera “econômica”, principalmente para obtenção de melhores salários, remonta à *questão social* que enfatizamos no início, de desigualdade e subalternidade econômica. A interferência nos aspectos sociais (CTPS, FGTS, INSS, alimentação e alojamento, manutenção do vínculo com a Reserva, entre outros), além de representar um avanço nas relações de trabalho Terena, é uma forma do Estado compartilhar da “exploração”, ou seja, existe uma “regularização da exploração” através da concessão de alguns benefícios sem que se altere o resultado do ganho financeiro.

Nesse sentido, as características do campo das relações de trabalho agroindustriais atual são desdobramentos das transformações ocorridas no campo das relações de trabalho Terena historicamente. Isso implica em retomar alguns aspectos que colocamos no princípio do texto que são as bases do campo hoje. A colonização trouxe as fazendas como primeiro ator de interdependência dos indígenas. O processo de territorialização que englobou a criação

das Reservas, as relações de trabalho no Posto, o deslocamento da mão de obra para as fazendas, e o trabalho e fornecimento de cana para a Usina Santo Antonio levaram ao declínio das atividades da economia doméstica (que atuou de forma mais ou menos autônoma até por volta de 1880 e foi perdendo espaço na medida em que o ambiente de interação com os atores se transformava). O Posto, a fazenda e a Usina Santo Antonio foram as bases para a expansão da agroindústria no Mato Grosso do Sul. A transformação do campo pela presença desses atores levou à valorização do trabalho assalariado, principalmente a partir da instalação das usinas no estado. O destaque das usinas se deu pelo fato delas oferecerem um tipo de rendimento de curtíssimo prazo e de maior pagamento, de maior valor monetário do que qualquer outro tipo de empreendimento anterior (Posto, fazenda, “changas” ou economia doméstica). A importância dada ao trabalho na agroindústria não surge pelo fato de ser assalariado, mas pelo fato de acumular uma série de elementos essenciais para a reprodução do grupo. E o interessante desse processo é que o interesse pelo trabalho assalariado não ganhou dimensão no campo externo, mas dentro do próprio território Terena através do trabalho prestado ao Posto. Economia doméstica e trabalho assalariado (“ou serviço”) não podem ser colocados como oposição na história das relações de trabalho Terena pois, na verdade, o segundo é apenas extensão do primeiro e trilharam paralelamente o mesmo caminho, de forma que, somente foram hierarquizadas de maneiras diferentes frente às situações de cada momento.

A transformação do campo das relações de trabalho trouxe alterações nas características organizacionais do trabalho. A etnicidade, como demonstramos, foi fundamental para a reprodução das relações de trabalho. A contratação de trabalhadores indígenas teve que ser adaptado às exigências étnicas de organização do trabalho. Nesse contexto, a figura do cabeçante ocupou uma posição ambivalente de ter que representar os indígenas e as usinas ao mesmo tempo.

Além das motivações de atendimento das necessidades imediatas que atravessaram o contexto das relações de trabalho, de amenizar as condições de precariedade e atender os desejos de consumo, dois elementos aparecem como motivações que faz ter o “serviço” como fundamental: lealdade perante o grupo doméstico e o desejo de sociabilidade. Os depoimentos trazidos na tabela 8 apontam 2 aspectos que podemos destacar da lealdade entre os membros do grupo: casamento e pai doente. Este último representa um componente a mais da dimensão “patrifocal” da organização Terena (Ferreira, 2007), o destaque dado ao homem mais velho considerado como fundador do grupo e ao ato de construir um grupo doméstico. Além desses,

outros são comuns nos grupos domésticos que são as festas de 15 anos para as filhas, festas de formaturas e ajuda de custo para os filhos estudarem. O “serviço” geralmente é visto como o caminho mais fácil para concretizar essa lealdade. Por fim, o desejo de sociabilidade tanto internamente quanto externo, ou seja, ocupar os espaços sociais e compartilhar com os amigos os resultados do trabalho assalariado.

CONCLUSÃO

O ambiente de interação dos atores (Turner, 1971) e a configuração econômica atuais derivam de uma interdependência histórica que remete ao sistema indígena do Chaco. A ideia de tomar o *sistema social indígena* (Ferreira, 2007) como ponto de partida para a construção de nossos argumentos sugeriu, desde logo, que não houve, em momento algum na história Terena, uma economia de subsistência indígena “pura” anterior às usinas (que combate qualquer visão romântica, da ideia de Reserva como “proteção” e “subsistência”), mas sim relações diversas de trabalho e de tipos de trabalhos que foram sendo transformadas e hierarquizadas de maneiras diferentes, em grande medida a partir do processo de territorialização guiado pelo Estado com vistas a abolir o *sistema social indígena*. Por esse motivo que seria equivocado separar o trabalho tradicional na economia doméstica do trabalho assalariado porque, na verdade, estes dois elementos estão contidos na mesma categoria *trabalho* e existiram no século XIX (e talvez anterior a este), atravessaram o século XX e ainda estão presente no século XXI. O que se pode registrar é que as circunstâncias históricas levaram os indígenas à criação da categoria “serviço” para se referir ao trabalho assalariado no quesito valorização do trabalho, que, por outro lado, o contexto etnográfico demonstra que um é a extensão do outro e não dois elementos diferentes.

A utilização da categoria “serviço” para se referir ao trabalho assalariado, se, por um lado, demonstra a percepção do indígena sobre o que é o trabalho, por outro, demonstra que houve um processo de submissão da economia doméstica ao sistema capitalista, pois, ao afirmar que na aldeia não tem “serviço” e que o “serviço” só pode ser encontrado “fora”, as próprias atividades da economia doméstica tomam uma posição secundária, ou seja, mesmo sendo um trabalho, não é o trabalho que se deseja ter.

O “*aniquilamento do sistema social indígena*” (Ferreira, 2007) conduziu os Terena ao *campo das relações de trabalho* tendo, no início, como principais atores a fazenda e o Posto, e mais tarde a Usina Santo Antonio. O elemento étnico passa a ser vista como importante a partir do momento em que se consegue ter o domínio político e econômico do grupo. Ou seja, o colonizador estava convicto de que, diante das prioridades de sobrevivência, tendo seu sistema econômico arrasado e o ambiente ofertando trabalho, haveria o consentimento dos indígenas à subordinação ao trabalho assalariado transferindo todo o conhecimento tradicional para o campo das relações de trabalho. E a manutenção desse desequilíbrio seria a garantia

permanente de mão de obra. A fazenda, o Posto, e mais tarde pela Usina Santo Antonio, anteciparam os aspectos que constituiriam o campo das relações de trabalho agroindustriais.

Outro aspecto decorrente da expansão da agroindústria é o dilema “modernização x pobreza” construído por Andrade (1994). No caso Terena, a pobreza ela já existia antes da modernização, e mesmo antes da instalação das usinas nos anos 80. Se por um lado, a modernidade não resolveu a pobreza, por outro lado, amenizou a situação dos indígenas. Ou seja, as usinas foram imediatamente aceitas no campo das relações de trabalho e se tornaram mais importante que os atores anteriores. Tal importância pode ser entendida pelo curtíssimo prazo do atendimento das necessidades imediatas proporcionada pela rapidez da monetarização do trabalhador indígena. Nesse contexto, a etnicidade foi absorvida por aqueles que necessitavam de mão de obra como uma vantagem, por vários motivos: as condições sociais que são muito mais precárias no caso dos indígenas (em relação ao assentado da Reforma Agrária, ao trabalhador rural não indígena, etc.), as necessidades indígenas de caráter imediatas e a disponibilidade dessa mão de obra serviram de base para definir o nível salarial do trabalho, ou seja, em qualquer atividade de característica “grosseira” em que se pode contratar um trabalhador regional ou um trabalhador indígena, estes aspectos atraem o salário para baixo, e nesse caso contrata-se o último. É óbvio que as *questões sociais* se agravaram por outros caminhos, levando os indígenas a opiniões diversas e instáveis sobre a presença da usina e dos trabalhos que em certa medida perpetuam o desequilíbrio. Assim, modernização e pobreza se aplica no contexto amplo de relações econômicas com os indígenas, de desequilíbrio, mas, por outro lado, a reprodução do trabalho assalariado indígena em grande medida ocorreu com a modernização do setor sucroalcooleiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel C. de. Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. Ed. Unesp, São Paulo, 1994
- BARTH, Fredrick. O guru e o iniciador e outras variações antropológicas (organização de Tomke Lask). Contra Capa Livraria. Rio de Janeiro, 2000.
- BIONDI, Antonio; MONTEIRO, Maurício; GLASS, Verena. (ONG Repórter Brasil). O Brasil dos agrocombustíveis: impactos da lavoura sobre a terra, o meio e a sociedade.
- BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. A história do povo Terena. Brasília: MEC, 2000.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PAQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Editora UnB, Brasília, 1983.
- CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades, 3ª edição, São Paulo, 1975.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de Classes. Zahar Editores, Rio de Janeiro-RJ, 1968.
- CARVALHO, Edgard de A. As alternativas dos vencidos: índios Terena no estado de São Paulo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. O etanol como um novo combustível universal: análise estatística e projeção do consumo doméstico e exportação do etanol brasileiro no período de 2006 a 2011, 2008.
- DURHAN, Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. Editora Perspectiva. São Paulo, 1973.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Martins Fontes. São Paulo, 2003.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Martins Fontes. São Paulo, 2008.
- FERREIRA, Andrey C. Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Tese PPGAS/MN-UFRJ. 2007.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Global Editora, 1933
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia Moderna. 1958. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Bela Feldman-Bianco (org). 2ª Edição. Ed Unesp. 2009.
- HOLLANDA FILHO, Roberto. Agroenergia – Realidade e Perspectiva para o MS, CANASUL/2009.
- HECK, Hego. Brasil – Usinas de Álcool: Remando contra a correnteza. Disponível em: <www.adital.org.br>. Acesso em 06 jul. 2007.
- JANK, Marcos S. Palestra “A Globalização e o Setor Sucroenergético Brasileiro”, apresentado na CANASUL/2010 em Campo Grande, MS.
- LOPES, José Sérgio Leite. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Aos Fetichistas Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro. 1985. 269p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).
- MARX, Karl. O capital. 1980
- MENEZES, Marilda Aparecida. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- NOVAES, José Roberto Pereira. Heróis Anônimos. In: Revista Democracia Viva. Edição nº 36, 2008.
- OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington D.C: Department of State, US Government Printing Office/ Smithsonian Institution Institution/Institute of Social Anthropolgy, Publication n. 9, 1948. 74 p.
- OLIVEIRA, Fabíola C. de. Ocupação, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007. Dissertação. Piracicaba-SP, 2009.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 19ª Edição, Brasiliense, São Paulo, 1986.
- TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas, 1971
- VIEGAS, Suzana de Matos. Terra Calada: os Tupinambás na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Ed. Almedina 7 letras. Coimbra, 2008.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. Editora Best Seller, 6ª Edição, São Paulo, 1994.
- SEMMELOTH, Werner. Palestra “Censo Varietal e Avaliação dos Programas de Melhoramento Genético da Cana de Açúcar Direcionados ao MS, Apresentado na CANASUL/2010 em Campo Grande, MS).
- SILVA, Fernando Altenfelder. Mudança Cultural dos Terena. Revista do Museu Paulista N.S. São Paulo: volume III, 1949. p. 271-379.
- SOARES NUNES, Eduardo. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.4, n.1, p.9-30, jan/jun 2010.
- SOUZA, Cássio N. Inglez de, *at all*; (Orgs). Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2007.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. Revista eletrônica Scielo: Estudos Avançados, vol. 18, nº 51, Maio/Agosto 2004. Acesso em 10/04/2011. <http://www.scielo.org>.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In Petersen, P. (org.), Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009, 33:45.(acessível na página www.aspta.org.br).
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 4 ed. São Paulo: livraria Pioneira editora, 1985.
- WOLF, Eric R. A Europa e os Povos Sem História. Editora USP, 2005.

WOLF, Eric R. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: Antropologia e poder. Felfman-Bianco, Bela e Ribeiro, Gustavo Lins (Orgs.). Coleção Antropologia, Editora UnB e Editora Unicamp, 2003.

Sites:

www.ibge.gov.br

www.pib.socioambiental.org

www.funai.gov.br

www.funasa.gov.br

www.unica.com.br

www.biosul.com.br

www.prt24.gov.br

www.portal.mte.gov.br

www.agricultura.gov.br